UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)

Adriana Ribeiro da Costa

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E MASCULINIDADES: uma análise a partir das narrativas dos homens usuários do CRAS Custodópolis localizado na região de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ

Campos dos Goytacazes - RJ
2025

ADRIANA RIBEIRO DA COSTA

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E MASCULINIDADES: uma análise a partir das narrativas dos homens usuários do CRAS Custodópolis localizado na região de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo.

Campos dos Goytacazes - RJ
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

C837 Costa, Adriana Ribeiro da.

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E MASCULINIDADES : uma análise a partir das narrativas dos homens usuários do CRAS Custodópolis localizado na região de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ / Adriana Ribeiro da Costa. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

119 f. : il.
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.
Orientador: Paulo Rodrigues Gajanigo.

1. Gênero. 2. Masculinidades. 3. Assistência Social. 4. Territórios. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E MASCULINIDADES: uma análise a partir das narrativas dos homens usuários do CRAS Custodópolis localizado na região de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ

ADRIANA RIBEIRO DA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada: 24 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
PAULO RODRIGUES GAJANIGO
Data: 12/08/2025 13:40:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Sociologia Política - UENF)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

(Presidente)

Documento assinado digitalmente
gov.br
GISELE MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA
Data: 12/08/2025 14:57:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Gisele Maria Ribeiro de Almeida (Sociologia - UFF)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROLF RIBEIRO DE SOUZA
Data: 13/08/2025 10:26:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rolf Malungo de Souza (Antropologia - UFF)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Documento assinado digitalmente
gov.br
SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL
Data: 12/08/2025 13:34:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Shirlena Campos de Souza Amaral (Ciências Sociais e Jurídicas - UFF)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

A minha querida mãe e meu amoroso marido

AGRADECIMENTOS

A quem primeiro me guiou em todos os meus caminhos, eternamente grata a meu Senhor Jesus Cristo e minha amada Nossa Senhora Aparecida e meu São José Santíssimo que nunca me deixaram esmorecer e me guiaram sendo luz, onde às vezes só havia escuridão.

Ao meu querido e amoroso marido, Williams Luna, que nunca me deixou desistir e que sempre me lembrava que também era meu lugar estar em uma vaga de mestrado em uma universidade pública. A ele, os meus mais sinceros agradecimentos, o amo de todo o meu coração.

À minha mãe, Ana Maria, que sempre me acolheu nos momentos de crise, me acalmando com sua voz doce e me acalentando nos momentos difíceis. À ela dedico todos os meus trabalhos, afinal sem ela, eu não teria chegado até aqui. Assim como a todos os meus familiares, que estiveram sempre presentes reforçando e renovando as minhas forças, a eles o meu muito obrigada.

Ao meu orientador, professor Dr.º Paulo Rodrigues Gajanigo, que me direcionou da melhor forma possível em meu florescer como pesquisadora na grande área da sociologia. Á ele os meus sinceros agradecimentos. À minha banca examinadora da qualificação, que apontou os meus pontos fortes que dirimiram o meu receio em estar em um campo novo. Os meus sinceros agradecimentos.

Como também não poderia deixar de citar as minhas queridas amigas de mestrado que a UENF me presenteou em meus caminhos. De modo especial, a Júlia Pires que, em nossas conversas, sempre se colocou à minha disposição, seja para desabafar, seja para aconselhar. Obrigada amiga, ter você no mestrado tornou tudo mais leve.

Agradeço também à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, que abriu as portas para uma nova aventura em me tornou mais confortável e confiante nos estudos relacionados ao gênero.

Serei também eternamente grata aos cinco homens entrevistados desta pesquisa, que concederam um pouco do seu tempo corrido para mim e que possibilitaram que o meu trabalho fosse realizado. Sempre lembrarei de todos com carinho, porque todos me acolheram com afeto e respeito.

RESUMO

COSTA, Adriana Ribeiro da. **Territórios vulneráveis e masculinidades**: uma análise a partir das narrativas dos homens usuários do CRAS Custodópolis localizado na região de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ. 2025. Dissertação (Mestrado) - Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2025.

A presente pesquisa busca entender em que medida diferentes elementos apresentados no contexto de múltiplas desigualdades sociais contribuem para a construção de masculinidades a partir de territórios vulneráveis no contexto de Campos dos Goytacazes, na região de Guarus, em específico como campo de análise e observação o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Custodópolis. Foram entrevistados cinco homens cisgêneros neste espaço, a fim de compreender a construção social de suas masculinidades. Como objetivos específicos, buscou-se compreender a relação desses homens entrevistados com o território e como operam as diferentes influências e pressões dos campos supracitados sobre os homens, em uma perspectiva interseccional. A escolha por este CRAS se deu por estes abrangerem regiões periféricas da cidade de Campos dos Goytacazes, mais especificamente a região de Guarus, proporcionando acesso aos homens que residem nas periferias, o objeto desta pesquisa. A pesquisa baseia-se no conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), tida neste trabalho como norteador central. Connell (1995, 2013) fundamenta a masculinidade hegemônica no conceito de hegemonia de Gramsci, ressaltando que não necessariamente ela se impõe pela força física, antes disso, busca reforçar padronizações de comportamento esperados a respeito da construção das masculinidades. Este conceito compreende então a diversidade em relação a ser homem como um constructo histórico e, portanto, mutável e contingencial, ainda que se espere determinados tipos específicos de comportamento, independente das mais variadas maneiras de ser homem.

Palavras chaves: Gênero. Masculinidades. Assistência Social. Territórios.

ABSTRACT

COSTA, Adriana Ribeiro da. **Vulnerable territories and masculinities:** an analysis based on the narratives of men who use the CRAS Custodópolis located in the Guarus region in Campos dos Goytacazes/RJ. 2025. Dissertation (Master's in Political Sociology), Center for Human Sciences, Darcy Ribeiro State University of Northern Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2025.

This research seeks to understand to what extent different elements presented in the context of multiple social inequalities contribute to the construction of masculinities from vulnerable territories in the context of Campos dos Goytacazes, in the Guarus region, specifically as a field of analysis and observation the Social Assistance Reference Center (CRAS) Custodópolis. Five cisgender men were interviewed in this space, in order to understand the social construction of their masculinities. As specific objectives, we sought to understand the relationship of these interviewed men with the territory and how the different influences and pressures of the aforementioned fields operate on men, from an intersectional perspective. This CRAS was chosen because they cover peripheral regions of the city of Campos dos Goytacazes, more specifically the Guarus region, providing access to men who live in the peripheries, the object of this research. The research is based on the concept of hegemonic masculinity (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), considered in this work as a central guide. Connell (1995, 2013) bases hegemonic masculinity on Gramsci's concept of hegemony, emphasizing that it is not necessarily imposed by physical force; rather, it seeks to reinforce expected behavioral standards regarding the construction of masculinities. This concept then understands the diversity in relation to being a man as a historical construct and, therefore, changeable and contingent, even though certain specific types of behavior are expected, regardless of the most varied ways of being a man.

Keyword: Gender. Masculinities. Social Assistance. Territories

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**

CAPÍTULO I - CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO **17**

1.1- Campos dos Goytacazes e a região de Guarus: uma relação histórica de segregação social 17

1.2 - A formação sócio-histórica da região de Guarus 26

1.3 - O estigma dos territórios de Guarus e seus afetamentos 39

1.4 - O CRAS Custodópolis e sua abrangência territorial 47

CAPÍTULO II - PATRIARCADO E SEUS REBATIMENTOS SOCIAIS **56**

2.1 - Patriarcado e o conceito de masculinidade hegemônica 56

2.2 - Homens e acesso aos CRAS: a “erosão” simbólica do ser masculino 63

CAPÍTULO III - CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS **75**

3.1 - A dinâmica dos homens nos CRAS: uma análise a partir da observação participante 75

3.2 - Análise do bloco temático “cidade e bairro” na ótica dos homens entrevistados 86

3.3 - As masculinidades e os territórios: análise a partir das narrativas dos entrevistados 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS **109**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **113**

APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS **118**

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é realizada tendo como campo de observação e análise o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado no bairro de Custodópolis, em Campos dos Goytacazes, cidade do norte no estado do Rio de Janeiro. Esta escolha foi necessária pois um dos objetivos principais deste trabalho consiste em compreender como intercorre a relação dos territórios vulneráveis abrangidos e seus impactos nas masculinidades dos homens que residem em contextos periféricos da cidade.

Considerando a influência do território na produção das identidades e, ainda, as implicações destas nas relações sociais de maneira heterogênea, torna-se fundamental compreender como as identidades masculinas são construídas e afetadas pelos contextos de periferia urbana. Dado o contexto de múltiplas desigualdades sociais, acirradas também pela pandemia da COVID-19, importa considerar os aspectos como: as relações de classe; as hierarquizações sociais e o aspecto geracional compreendido nestas; questões relacionadas à raça e etnia; desigualdade de gênero; o patriarcado e sua incidência nas relações sociais (COSTA, 2022), entre outros, impactam as masculinidades em contextos periféricos.

A justificativa em torno da presente pesquisa relaciona-se com o meu trabalho de conclusão do curso (TCC) de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde fora analisado a construção social do homem agressor inserido nos processos de violência doméstica em cinco cidades do Norte e Noroeste Fluminense[1], a partir da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha (COSTA, 2022). Após a apresentação para a banca examinadora do TCC, suscitaram então categorias que demandam um maior aprofundamento quanto à discussão de gênero masculino e patriarcado. O TCC em questão se constituiu a partir do estágio supervisionado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no 6º Núcleo Regional, especificamente no setor da Equipe Técnica Interdisciplinar Criminal onde o campo de observação se estabeleceu.

Neste âmbito, a pesquisa foi realizada a partir da análise dos estudos sociais, instrumento do Serviço Social e nestes era possível ter acesso às entrevistas com os homens enquadrados na figura do agressor. Nelas, a agressividade como algo “inerente ao jeito de ser homem” (segundo informações coletadas), o entendimento

[1] Os municípios analisados foram Cambuci, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra.

do domínio pela força física e simbólica do corpo feminino e o não reconhecimento como homens agressores, foram pontos evidenciados e problematizados ao longo da referida pesquisa.

Todavia, o que mais chama a atenção é que as narrativas dos homens se direcionaram em uma concepção de que seus relatos poderiam contribuir para a sua própria condenação, uma vez que tais processos são analisados na esfera criminal do Poder Judiciário. Além disso, os relatos sobre si próprios ficaram prejudicados em tal contexto, sendo as vítimas[2] as principais relatoras da trajetória social do (ex) companheiro. Desse modo, as exposições dos homens se mostraram comprometidas, pois não foi possível ter maiores informações a respeito deles a partir de seus próprios relatos ou quando o faziam eram evasivos sobre suas trajetórias ao mesmo tempo que se furtavam em responder diretamente sobre a denúncia das agressões. Desta forma, a justificativa de uma nova pesquisa se fez necessária, elencando o CRAS como principal espaço de observação e análise. A escolha deste espaço se dá pois as narrativas dos homens ocorrem fora do âmbito do judiciário e de um âmbito formal, desta forma, os relatos obtidos durante a pesquisa ocorrem de forma mais livre, visto que não foram figurados enquanto homens agressores na esfera penal.

Desta maneira, a escolha pelo CRAS Custodópolis se fundamenta, pois, além de abranger regiões periféricas da cidade de Campos dos Goytacazes, também institui um local de acesso aos homens usuários que adentram nestes espaços. Assim, a escolha metodológica pelo CRAS se coloca na perspectiva de ter além do acesso aos homens a fim de obter suas narrativas através das entrevistas, como também ter um espaço delineado de entrada nesses territórios, visto a abrangência do CRAS supracitado. Desta forma, foram entrevistados cinco homens cisgêneros, entre idades que variam de 25 a 61 anos. Os entrevistados foram identificados nesta pesquisa por nomes fictícios, não tendo nenhuma relação com seus nomes verdadeiros, apenas para o propósito didático de explicitação dos dados colhidos nas entrevistas e preservação das suas identidades. Em relação à escolha dos entrevistados, foi realizada a abordagem dos homens usuários dos CRAS que se encontravam presentes no CRAS Custodópolis nos momentos da realização das observações participantes. Pois, partindo do princípio de que as entrevistas

[2] Na referida pesquisa foram analisadas somente vítimas do sexo feminino que tiveram relação conjugal com o agressor do sexo masculino.

ocorreram no ambiente institucional da assistência social, foi fundamental entender a dinâmica de entrada dos homens nestes locais e suas perspectivas em relação a sua própria masculinidade.

Ademais, o CRAS Custodópolis está localizado na região de Guarus, que é atravessada por duas fronteiras: uma de ordem simbólica, na qual o estigma (GOFFMAN, 1978) é sua marca principal e outra geográfica pelo Rio Paraíba do Sul e isso traz consequências para as dinâmicas sociais da cidade. Destaca-se então que ser morador da região de Guarus, carrega em si um poderoso estigma (GOFFMAN, 1978; PINHEIRO, 2018; ASSIS, 2016), a fronteira estabelecida pelo rio que corta a cidade não é só geográfica, mas também social e moral. Ser de Guarus é portar um marcador social muito bem delineado no imaginário campista (ASSIS, 2016), pois demarca claramente a relação centro x periferia. Com efeito, esta conjuntura reflete-se nas subjetividades dos sujeitos, bem como produz influências nas trajetórias de vida, acessos à cidade e nos processos de individuação. Segundo Assis (2016) e Pinheiro (2018), há uma forte influência no estigma que atravessa as identidades dos moradores das regiões de periferia, como é o caso de Guarus, onde está localizado o CRAS em Custodópolis. Desta maneira, observar este local é fundamental para identificar algumas condicionantes históricas, sociais, econômicas e culturais que influenciam na produção de masculinidades em um contexto periférico.

O advento da procura e do acesso dos homens aos CRAS da cidade configura-se como uma atualização da dinâmica de atendimento nestes equipamentos. Isto também ocorre devido aos impactos do acirramento das desigualdades sociais, principalmente por fatores ligados à governança em contexto pós-pandêmico. Como resultado, os homens adentram nesses espaços, predominantemente, não assumindo um papel de representação da família como um todo, mas sim na perspectiva de uma representação individual. Esta postura impacta diretamente no que se entende, a partir desses agentes, no que é ser homem masculino, visto que a procura por políticas de assistência é historicamente uma reivindicação feminina.

Enfatizando o elo entre indivíduo e sociedade, público e privado, que incidem diretamente nas expectativas sociais esperadas à figura do homem, isto é, entre a noção hegemônica de masculinidade (CONNELL, 1995; 2013) produzida socialmente e aquela que se configura *in loco* na vida social, é fundamental

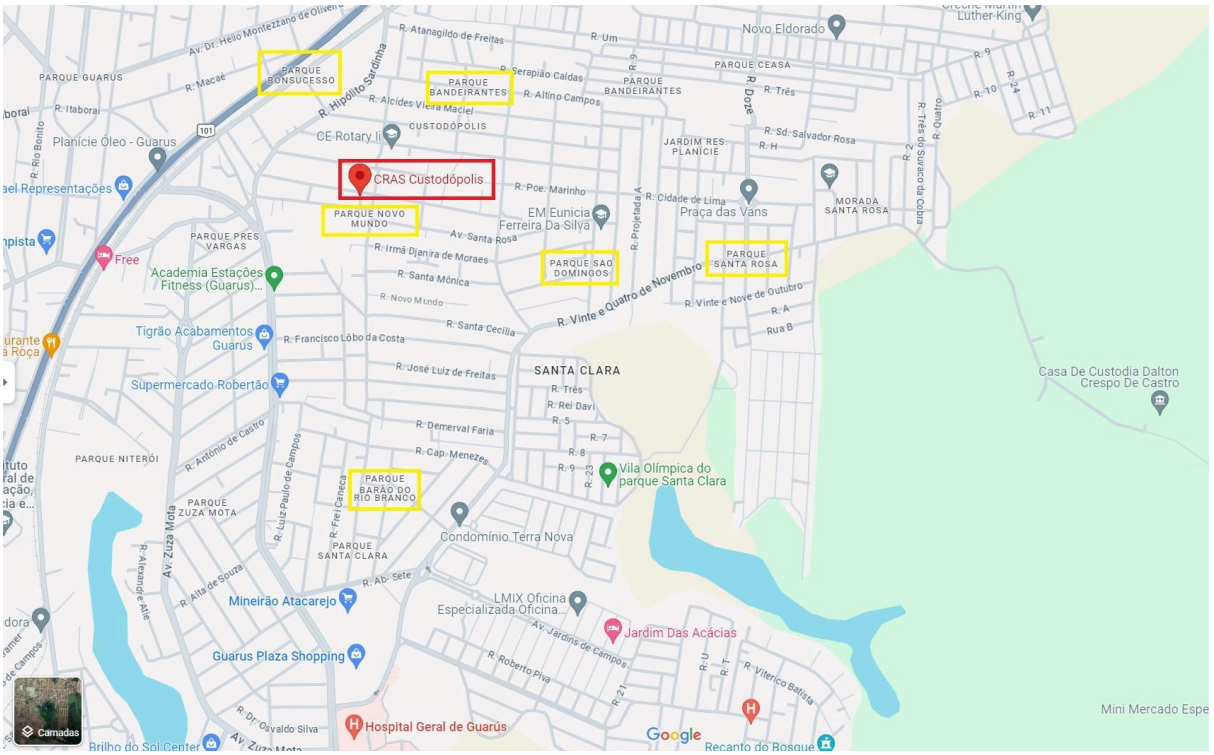
considerar os efeitos das desigualdades sistêmicas. Esta pesquisa analisa as masculinidades a partir do recorte de observação estabelecido no CRAS Custodópolis, que tem em seu perfil de atendimento um público diverso que necessita de uma intervenção básica do Estado a partir de políticas públicas sociais. Bem como, o campo da pesquisa posiciona-se geográfica e socialmente em regiões de periferia, marcadas por vulnerabilidades de ordem social e acesso precário aos serviços públicos de maneira efetiva.

A pesquisa conta como principais ferramentas metodológicas a entrevista compreensiva semiestruturada (KAUFMANN, 2014) e observação participante no campo (WHYTE, 2005; VALLADARES, 2007), com o objetivo de esmiuçar analiticamente como e quais os elementos contribuem para as masculinidades em contextos periféricos, a partir da narrativa dos homens usuários dos CRAS entrevistados e de suas percepções. Nestas entrevistas, objetiva-se compreender como os homens entrevistados compreendem a suas masculinidades e quais relações estabelecem em suas percepções nestes processos, sobretudo, considerando o impacto do território e suas dinâmicas sobre esta produção. Portanto, trata-se de uma pesquisa eminentemente empírica e focada na compreensão das relações que se estabelecem entre território, poderes, gênero, identidades e sociabilidades.

Buscou-se então analisar, nesta pesquisa, enquanto objetivo geral, como estes diferentes elementos do território, como o estigma, a violência urbana, pobreza, infraestrutura urbana insuficiente e precária, entre outros, impactam nas masculinidades a partir de narrativas dos homens que são usuários dos equipamentos básicos da política de assistência social em territórios vulneráveis no contexto de Campos dos Goytacazes/RJ. A fim de compreender como o lugar e o local social impactam diretamente no processo de individuação de sujeitos homens, sobretudo, em sua produção de masculinidades.

A abrangência dos bairros do CRAS Custodópolis são: Condominio Santa Rosa I e II (Programa Habitacional Morar Feliz), Parque Bandeirantes, Parque Barão do Rio Branco, Parque Bonsucesso, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Santa Rosa e Parque São Domingos.

Imagem 1: Bairros atendidos pelos CRAS Custodópolis (assinalados de amarelo). Na imagem, não foi possível assinalar os bairros: Condomínio Santa Rosa I e II e Parque Nova Campos.



Fonte: Google Maps.

Todos estes bairros fazem parte de Guarus e são caracterizados por estarem em territórios marginalizados. Guarus abrange uma área de 115 km² com grande densidade demográfica (IBGE, 2022). Segundo Luna (2019, p. 58-59) a:

> [...] área distrital de Guarus é majoritariamente habitacional e recebe pouco ou quase nada de investimento dos setores público ou privado no que se refere à geração de empregos formais diretos ou indiretos. Quando essas iniciativas ocorrem, buscam ofertar empregos no setor de serviços. Como é possível perceber a construção de um *shopping center* desde meados do ano de 2018, no estilo *outlet*, ao lado do Hospital Geral de Guarus, no Parque Rio Branco [...] Além da inserção de uma nova rede atacadista de supermercados ao lado deste shopping. Em suma, os empregos que se geram em Guarus atendem principalmente ao setor de comércio e serviços (idem).

Com o aprofundamento das desigualdades sociais no contexto da pandemia da COVID-19, é percebido uma mudança gradativa da clientela que busca por políticas públicas de assistência nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Campos dos Goytacazes. Segundo relatam as assistentes sociais que

trabalham nos CRAS[3], se antes somente as mulheres eram as requerentes destas políticas, a nível local, estes CRAS percebem uma mudança na dinâmica dos atendimentos, pois há um aumento crescente no acesso do público masculino nesses locais. A relevância do objeto se coloca em evidência, pois analisar a perspectiva do gênero especialmente das masculinidades, sobretudo, em contexto de periferias urbanas, isto é, de territórios marginalizados, é fundamental para se compreender e dimensionar a multiplicidade destas masculinidades, bem como de sua complexidade no jogo das relações sociais.

Ademais, o problema da pesquisa se baseia em analisar se o território, neste caso, na perspectiva de territórios vulneráveis, impacta nas masculinidades e como este afetamento se manifesta nos campos e narrativas analisados. Para tanto, recorre-se a perspectiva de Campos, Cavalcanti e Nascimento (2019) que analisam o contexto nacional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em relação aos homens no acesso as políticas sociais nos CRAS, bem como discutem que a PNAS possui um marcador de gênero, embora não seja uma política de gênero, pois a referida política determina que o "responsável pela unidade familiar seja preferencialmente do sexo feminino" (CAMPOS; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2019, p. 240).

Porém, visto que o CRAS está localizado e abrange territórios vulneráveis, privilegia-se a escolha desses espaços, pois constituem-se como um *lócus* privilegiado que proporcionam acessos aos homens que residem nas periferias, o objeto desta pesquisa. Sobretudo, se e como as particularidades desses territórios impactam em suas masculinidades, buscando entender, a partir de Bourdieu (1989; 2012), os elementos simbólicos que constituem a multiplicidade que fundamenta esta percepção.

Desta forma, a pesquisa fundamenta-se na teoria do poder simbólico de Bourdieu (1989; 2012), onde buscará compreender de que maneira as masculinidades se constituem a partir de múltiplos cruzamentos entre os campos e suas regras intrínsecas estruturadas pelo patriarcado (LERNER, 2019) enquanto poder simbólico construtor da realidade social que fundamenta as relações de

[3] Segundo observado no curso de extensão "Relações patriarcais de gênero na constituição de assistentes sociais enquanto sujeitos individuais e profissionais e as incidências destas relações no trabalho com famílias nos CRAS e CREAS de Campos dos Goytacazes", promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região e pelo Núcleo de Pesquisa em Famílias, Sujeitos Sociais e Territórios Vulneráveis, vinculado à Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, entre os dias, 03, 10, 17, 24 e 31 de outubro de 2022.

gênero. A partir da discussão estabelecida entre Bourdieu (idem; ibidem) e as teorias da masculinidade propostas por Connell (1995; 2013), bem como da compreensão do conceito de *habitus* de gênero elucidada pelas autoras Silva e Ferreira (2023), compreendemos a construção das masculinidades neste território como um duplo e simultâneo processo: individual e social.

No decorrer da pesquisa de campo, é observado, alinhando-se aos postulados teóricos citados, um processo de erosão simbólica dessas masculinidades, em virtude do não cumprimento dos parâmetros arbitrários impostos simbolicamente pela masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) local em relação ao que se espera socialmente de uma suposta masculinidade com maior acúmulo de prestígio social no território. Tendo em vista os resultados da pesquisa, é possível afirmar que a masculinidade hegemônica local se apresenta como uma normativa em que incorpora e dissemina uma forma de ser homem com mais honrarias e prestígio social. Esta forma está incorporada na figura de um homem cisheteropatriarcal (AKOTIRENE, 2022), que confessa uma religião cristã e que se esforça para manter sua subsistência e da sua família pela via do trabalho, seja ele formal ou informal. Estes parâmetros são percebidos como categorias nativas deste contexto social específico, entre eles, destaca-se o trabalho como elemento que reforça uma concepção moral que confere honra sobre os homens no território. Isto é, ser um “homem trabalhador” (sic) é um marcador social de suma importância para a masculinidade hegemônica (Ibidem).

A metodologia da pesquisa se desenvolve em uma base qualitativa, a partir das ferramentas metodológicas da observação participante (WHYTE, 2005; VALLADARES, 2007) e entrevistas compreensivas semiestruturadas (KAUFMANN, 2014) com os homens que estavam presente dos dias de atendimentos no CRAS Custodópolis. A observação participante realizada no âmbito dos CRAS objetiva compreender a partir dos enunciados metodológicos de Whyte (2005), a chegada dos homens usuários ao espaço de atendimento básico da política socioassistencial, sua relação com a instituição e como o comportamento destes homens se manifesta em um *lócus* classificado como destinado ao público feminino.

Considerando as dificuldades próprias do campo no que diz respeito a realização da pesquisa, seja por limitações burocráticas impostas ou até mesmo a não resposta dos homens abordados para as entrevistas, a observação participante proposta assenta-se no próprio processo do artesanato intelectual (MILLS, 2009).

Pois, articula-se à construção do objeto aqui delimitado nesta pesquisa aos imprevistos que o campo possui, em suma, os imponderáveis da vida real (MALINOWSKI, 1976). Trata-se, portanto, de um processo tanto de negociação com a instituição burocrática que regula e orienta os CRAS, a saber, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), quanto com os profissionais dos CRAS e os próprios entrevistados.

O direcionamento das entrevistas consiste na compreensão de quais elementos desses territórios impactam em suas masculinidades. As narrativas são analisadas a partir da perspectiva de compreender os objetivos propostos através do relato particular do indivíduo ao qual se identifica enquanto gênero masculino. A escolha da ferramenta metodológica de observação participante (WHYTE, 2005; VALLADARES, 2007), se faz na perspectiva de apresentar e contextualizar o modo como ocorre a dinâmica dos CRAS, não apenas em sua dimensão de equipamento público da assistência social.

Portanto, o trabalho se divide em três capítulos, o primeiro traz a discussão sobre os aspectos sócio-históricos da construção do território de Guarus desde o período colonial, entendendo os múltiplos processos que o afetaram e que ainda hoje o atravessam. Elucida-se a estigmatização perene que permeia o imaginário campista no tempo presente enquanto fruto de processos políticos históricos.

Ao longo do segundo capítulo analisamos os aspectos teóricos das teorias do patriarcado, masculinidade hegemônica e gênero à luz da teoria bourdieusiana do poder simbólico. Compreendendo os aspectos simbólicos e multifacetados que contribuem na construção de diversos *habitus* de gênero, com foco nas masculinidades.

Por fim, o terceiro e último capítulo deste trabalho debruça-se em analisar os dados empíricos coletados tanto nas observações de campo, como nas entrevistas realizadas com os cinco homens, com o objetivo de compreender as possíveis influências do território na construção de suas masculinidades e sua percepção sobre seu contexto social.

A pesquisa traduz-se então no esforço de compreender sociologicamente os atravessamentos que o gênero possui na vida social contemporânea. Uma vez que o gênero é algo presente em quase todos os aspectos das sociabilidades — se não em todos —, é então fundamental o estabelecimento de pesquisas que enfoquem sua multidimensionalidade e relevância social contemporaneamente.

CAPÍTULO I - CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

As discussões acadêmicas sobre gênero têm ganhado cada vez mais o cenário das pesquisas científicas a nível mundial. Tal ênfase também tem se apresentado no Brasil contemporâneo, a partir de múltiplos enfoques e em diferentes campos do conhecimento, para além das próprias ciências humanas e sociais aplicadas.

Neste trabalho, pretende-se abordar a temática de maneira interseccional, compreendendo a produção de masculinidades e suas relações com o território, a raça/etnia e as classes sociais, tendo como campo de análise o Centro de Referência da Assistência Social em Custodópolis (CRAS), localizado no subdistrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes - RJ. A presente pesquisa busca então compreender como intercorre a relação dos territórios vulneráveis com a produção das masculinidades dos homens que residem em contextos periféricos.

Para adentrar nas discussões sobre o objeto desta pesquisa, é imprescindível abordar a história de Campos dos Goytacazes, cidade localizada no Norte Fluminense. Neste capítulo, como ponto de partida, será abordado a construção da cidade de Campos e mais especificamente, do seu subdistrito Guarus. A formação da região de Guarus, representado como o outro lado do Rio Paraíba do Sul, tem estreitas relações com a segregação social, que culminam na criação e reprodução do estigma (GOFFMANN, 2008) daquelas que lá vivem, no imaginário social campista.

1.1 - CAMPOS DOS GOYTACAZES E A REGIÃO DE GUARUS: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA DE SEGREGAÇÃO SOCIAL

Em primeiro lugar, torna-se importante delimitar nesta dissertação, a fim de basear o referencial teórico escolhido no que se refere conceitualmente ao território. Neste trabalho, não é tomado unicamente como referência a definição do que o Estado, neste caso, a cidade de Campos dos Goytacazes a partir do poder público municipal, delimita historicamente como sendo formalmente uma territorialidade, bem como suas fronteiras.

Adota-se a concepção de Milton Santos (1993; 2001) e Maria Laura Silveira (2001), que definem o “território usado”, isto é, uma estrutura que possui sua autenticidade e que abarca a vida social que determinada população com suas

identidades experimenta e põe em prática, no jogo das relações sociais, culturais políticas e econômicas, cotidianamente.

Imagem 2 - Praça São Salvador 1967: Catedral Menor do Santíssimo Salvador. Campos dos Goytacazes, RJ[4]



O território na análise miltoniana é definido para além de uma mera demarcação em escalas geográficas dispostas em um mapa, na prática, define-se o território usado a partir de três elementos centrais:

> a) as horizontalidades manifestadas pela contiguidade dos lugares vizinhos reunidos pela continuidade territorial, os espaços banais; e as verticalidades formados por pontos distantes uns dos outros ligados por diversas formas e processos sociais, as redes; b) as diversas formas de acontecer solidário, como o homólogo, marcada pelas complementaridades funcionais (agrícola-urbano), o complementar, definidos pelas relações campo-cidade e entre cidades (produção-intercâmbio), e o hierárquico, pautado na racionalização das atividades e do comando de uma organização; e c) dialética do território, mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política (SANTOS, 1993 Apud FUINI, 2015, p. 259).

Desta forma, o conceito de território para Milton Santos compreende múltiplas influências, seja no âmbito internacional da economia relacionada ao processo de

[4] "A Praça São Salvador foi inaugurada no século XIX. Em 1841 ocorreu a festa de comemoração pela coroação de Dom Pedro II. Somente em 1869 foi providenciado seu nivelamento. Em 1874 foi proposto o ajardinamento e seu fechamento com gradis, mas só foi realizado em 1888. É possível conferir no entorno da praça, o edifício da Associação Comercial, o prédio da Lira de Apolo, lojas comerciais, agências bancárias, palacetes históricos, o antigo prédio do Hotel Gaspar, o Chafariz de louça Belga e a Catedral Menor do Santíssimo Salvador além de uma vista bastante interessante do Rio Paraíba do Sul". Fonte: IBGE, 2015.

globalização e aprofundamento do capitalismo, seja em um contexto local em suas dinâmicas próprias a partir das redes que se consubstanciam, promovem fluxos e lógicas próprias de existência e, consequentemente, identidades sociais.

Compreende-se tais fluxos então como redes que são geradas nos processos sociais que estão conectadas ao território e suas dinâmicas próprias. No que se refere a região de Guarus, oficialmente[5], o poder público municipal não reconhece uma divisão em sua formação administrativa que confira à localidade um status de distrito ou qualquer outra forma de diferenciação administrativa. Haja visto que através da Lei Estadual n.º 6.001/67, o distrito de Guarus foi extinto e anexado ao distrito sede do município de Campos dos Goytacazes. No entanto, o território usado à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul através da sua população se autodenomina e reconhece em sua identidade como moradores da região de Guarus (PINHEIRO, 2018).

Entretanto, a autoafirmação desta identidade relacionada ao território possui correspondência em processos históricos de segregação que refletem a própria construção da cidade de Campos dos Goytacazes desde o período colonial. Desta forma, a fim de melhor esmiuçar conceitualmente a noção de território, compreende-se então o conceito de cidade, a partir da definição de Alvarenga (2020, p. 39):

> Entende-se por cidade, [...] o espaço urbano socialmente produzido, resultado das decisões históricas, que traduzem as lutas sociais por igualdade de direitos e acessos, além de ser definida pelos sentimentos de quem nela vive, da visão que o povo residente tem sobre cada área do espaço urbano pela vivência. A cidade é o espaço que precisa atender às necessidades das pessoas que nela habitam, evitando ao máximo as desigualdades impostas pelo modelo capitalista. No entanto, muitas são as desigualdades que ainda precisam ser enfrentadas no espaço urbano pelos seus cidadãos. Um exemplo é a segregação e os distanciamentos entre parcelas da população causados pela mesma.

Isto posto, para os fins de cumprir com os objetivos desta pesquisa, se faz necessário então apresentar a cidade de Campos dos Goytacazes, considerando as suas imbricações históricas com o território de Guarus especificamente analisado nesta pesquisa. Esta relação tem como característica principal, a segregação

---

[5] Segundo o IBGE: “Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 14 distritos: Campos de Goitacazes, Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso em 21 set. 2024.

socioespacial do território. A noção que até os dias atuais impera no imaginário campista de que a região da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul é “perigosa”, remonta historicamente à forma como este território foi tratado desde dos primórdios de sua constituição. Assim, como forma de delinear o conceito de segregação para esta pesquisa, elenca-se os escritos de Villaça (2011), que apesar de serem direcionados à capital paulista, possui muitas semelhanças com os processos históricos segregacionais que existem em Campos.

O autor ressalta que é necessário explicar os processos sociais tomando como base a região da cidade e não apenas uma abordagem no bairro em si, pois “[...] permite uma melhor explicação da estrutura urbana como um todo e de suas articulações com os processos sociais fundamentais e do próprio processo de segregação” (VILLAÇA, 2011, p. 40). É possível então, segundo o autor, desvelar com uma maior articulação “à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da cidade e a seus movimentos” (Idem). Desta maneira, Alvarenga (2020), ao tratar em sua pesquisa sobre a formação sociohistórica do subdistrito de Guarus, baseia sua escolha conceitual de segregação em Villaça (2011) e articula os aspectos levantados pelo autor com os elementos de Guarus. Desta forma, conforme Alvarenga (2020) a partir da análise da obra de Villaça (2011), ocorre na cidade de Campos, um processo histórico e multifacetado de exclusão social através de uma segregação socioespacial, produzido de maneira intencional, seja a partir da especulação imobiliária sobre os valores da terra, seja ainda, a partir da perpetração de políticas públicas de cunho higienista, que fragmentaram a cidade em basicamente dois lados distintos: Guarus e Campos.

Do mesmo modo, revisitando o trabalho da autora, é notável a importância de se considerar a dominação social nas relações de desigualdade inseridas na cidade. Esta forma de dominação tem raízes históricas desde a formação dos territórios que compõem a então Vila de São Salvador de Campos.

A trajetória histórica da formação e formalização da Vila de São Salvador de Campos, nome ao qual se institui em 29 de maio de 1677, está interligada com a dominação dos indígenas que habitavam tais territórios:

> Apenas em 1619, pela missão de dois padres jesuítas, é que se conseguiu a dominação dos indígenas que habitavam a margem sul do rio, fato que abriu as portas para o domínio das cobiçadas terras goitacás (ALVARENGA, 2020, p. 55).

Assim, uma vez dominados e catequizados, eram alocados em aldeias e desempenhavam a função estratégica de defesa da margem direita do rio caso sofressem algum eventual ataque dos indígenas não dominados na margem esquerda do rio (LAMEGO, 1945; FARIA 2003 Apud ALVARENGA, 2020).

Nos relatos e documentos históricos relacionados à margem esquerda do Rio, onde estava a terra de *Guarulhos*, atual Guarus, está sempre presente no discurso dos colonizadores e viajantes estrangeiros a noção de que se tratava de um território perigoso e violento. Tal concepção atrela-se ao fato de que a dominação dos indígenas que lá habitavam não ocorreu de forma tão rápida como os portugueses planejavam (ALVARENGA, 2020; ASSIS, 2016). Conforme afirmam Falcão e Teixeira (2010, p. 3) os indígenas goitacás eram retratados como ameaçadores e hostis:

> Os Goitacá, de acordo com Simão de Vasconcelos que escreve em fins do século XVI, habitavam entre o rio Macaé e Paraíba do Sul, eram divididos em três ramos, Goitacá-camopi, Goitacá-guassú e Goitacá-jacoritó, e todos viviam em constante hostilidade uns com os outros. Um viajante no mesmo século, Jean de Léry em seu relato enfatiza a rivalidade desta tribo, não entre eles, mas sim com os Tupinambás, o qual estes, cantando ameaçavam-os, dizendo que os comeriam em ritual de guerra. Porém neste canto chamam a atenção para o fato dos Goitacá serem considerados mais guerreiros e que assim, os Tupinambá não conseguiriam atacá-los. Esses dois autores em seus relatos afirmam que os Goitacá eram ferozes, arredios e que eram hostis às tribos vizinhas. Outro autor, seiscentista, Gabriel Soares de Souza, descreve-os como muito valentes, fortes e ótimos guerreiros. Caçavam tubarão com uma estaca à mão, e confeccionavam flechas com pontas feitas com os dentes dos tubarões. Cantavam e dançavam como os Tupinambás, plantavam pouco, pois eram ótimos caçadores e nadadores. A partir desses relatos não se tem mais nenhum relato original até o século XIX acerca dos Goitacá, ao que parece com as leituras dos viajantes posteriores, os próximos relatos são apenas cópias desses viajantes citados acima.

Esses relatos históricos consolidaram, à época colonial, uma percepção de classificação dos territórios de Guarus e dos povos que o habitavam como perigosos. Entretanto, é notável que tal definição ainda persiste no imaginário campista, onde os bairros que o compõem e seus moradores estão imersos em um cotidiano de violência, segregação e estigmatização, tanto em relação ao território, quanto com base em fatores étnico raciais de exclusão. Outro fato importante, que corrobora com esta análise, é que, segundo Assis (2016, p. 45):

> As notícias sobre Guarulhos passaram a ser motivo de temor dos moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul. A solução sinalizada pelos vereadores da Vila seria o envio de pólvora e uma

> artilharia para defendê-la de um possível ataque. Eis o momento em que uma localidade é categorizada como perigosa. Nesse primeiro momento, o habitante de Guarus perigoso é o indígena que fora colocado em redução católica.

Esta *redução católica* ao qual o autor faz menção, relaciona-se ao fato de que segundo Malheiros (2008, p. 31) “solicitar missionários numa região de expansão econômica e territorial, como Campos dos Goytacazes, era muito mais do que um empenho em dilatar o rebanho católico, angariando ‘gentios’ para a ‘boa nova’”. Esta forma de nomenclatura, em que se classifica o indígena como *gentio*, perpassa ao que segundo Assis (2016, p. 43) afirma:

> Como o Português colonizador era cristão, este não deixou de recorrer às categorias ancoradas nessa cosmovisão para categorizar os grupos. O que seria um “gentio”? Um não cristão. Seria simples se a religião não estivesse inserida em um projeto político colonizador. Ser gentio é ser de “fora”, não compartilhar da mesma visão de mundo dos internos, no caso, cristãos portugueses.

Justifica-se então, novamente, o aspecto histórico de presunção de conduta daqueles indígenas que não se dobravam à colonização ou não queriam estabelecer comércio com os portugueses. Tal concepção vai ao encontro do que afirma Soffiati (1998)[6] que a história da cidade de Campos dos Goytacazes é profundamente marcada por processos de extrema violência em relação a sua unificação administrativa, sobretudo, no que se refere aos povos indígenas autóctones que habitavam a região.

Segundo o autor, há uma classificação específica dos grupos indígenas goytacá feita a partir de sua análise historiográfica dos relatos de Jean de Léry, Gabriel Soares de Souza, Miguel Aires Maldonado, José de Castilho Pinto e Simão de Vasconcelos, que estiveram em diferentes momentos na planície goytacá, entre os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Portanto, em diferentes etapas do processo de colonização do território e, consequentemente, de apagamento da cultura e história indígena local.

Tais viajantes e colonizadores atribuem aos indígenas goytacá em seus relatos as alcunhas dicotômicas de “bravos”, os que habitavam a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, atual região de Guarus, e de “mansos”, os que habitavam a região do cabo de São Tomé. Ainda segundo os relatos históricos por parte dos

---

[6] Disponível em: O Monitor Campista. **O massacre dos índios do Norte Fluminense**. Campos, 1998. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&Pesq=O%20m assacre%20dos%20%c3%adndios%20do%20Norte%20Fluminense&pagfis=50323> Acesso em 04 nov. 2024.

colonizadores, os indígenas goytacá, classificados como os mais “cruéis” e “violentos”, que viviam em estado de guerra entre si e com os demais indígenas que habitavam a região.

Havia um grande interesse econômico na região de Guarus por parte da capitania do Rio de Janeiro, no abastecimento de carne a partir da criação de gado. Desta forma, dominar os campos dos goitacazes era fundamental para a continuidade da colônia, pois era ali que os sete capitães[7] “acharam” pastos para que tal empreendimento fosse concretizado (LAMEGO, 1920; ALVARENGA, 2020).

> A Vila de São Salvador de Campos foi instalada às margens do rio Paraíba do Sul, na parte mais alta da margem direita, pois as terras se mostravam mais estáveis e férteis, propícias para a produção da cana de açúcar e a criação de gado (ALVARENGA, 2020, 56).

No que se refere ao território específico da atual região de Guarus, ocupá-lo a qualquer custo foi profundamente pensado e planejado pelos portugueses, clérigos, e até mesmo pela população local da Vila de São Salvador de Campos. Tal empreitada só era possível, se ali não houvesse mais os indígenas “bravos” e “selvagens”.

Desta forma, a fim de produzir uma imagem negativa simbólica dos indígenas perante a Coroa e no imaginário social, membros do clero e representantes da Metrópole relataram supostas atrocidades, estigmatizando-os como canibais, sujos, selvagens itinerantes, beligerantes e agressivos. No entanto, um relato histórico contradiz esta concepção. Manuel Corrêa e seu irmão Duarte Corrêa relatam que encontraram entre os goytacá um homem negro, que ao avistá-los, fugiu ao encontro dos indígenas, pois “(...) preferiu continuar entre os índios, onde era bem tratado” (PEIXOTO, 1984, p. 31). Assim como também encontraram degredados portugueses naufragados na região costeira de Campos, que viviam há anos entre os indígenas goytacá.

Tanto Soffiati (1998) quanto Bueno (2019) afirmam que os goytacá só foram de fato derrotados a partir de uma verdadeira guerra biológica por parte dos portugueses, o que evidencia o planejamento prévio da missão econômica e religiosa de os exterminar. Bueno (idem, p. 113) relata as palavras do padre Simão de Vasconcelos (1596 - 1671), “[...] os Goitacá eram cerca de 12 mil e jamais foram

[7] Os sete capitães que iniciaram a ocupação do território de Campos dos Goytacazes são: Miguel Ayres Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa e Duarte Corrêa.

vencidos pelos europeus no campo de batalha: a tribo foi exterminada em fins do século XVIII, por uma epidemia de varíola, propositalmente espalhada entre eles".

Imagem 3 - "Correria dos botocudos[8] na terra goitacá"[9]



Pintura feita em fins do século XVIII por um clérigo desconhecido, que testemunhou o genocídio português sobre os indígenas goitacá.

A "redução católica" alcança, então, o seu ápice nas terras goytacá, o massacre premeditado só se consolidou a partir de uma campanha de estigmatização e animalização dos goitacá, que uma vez rebaixados à categoria de "gentios", que recusaram abdicar de seus costumes, sua cultura e sua liberdade, que da mesma forma rejeitaram o estabelecimento de comércio com os portugueses. A partir disso, só restaria, então, o seu completo extermínio, necessário, segundo o planejamento colonizatório para o avanço do gado e, consequentemente, do "progresso".

> Em meados do século XIX, o presidente da província do Rio de Janeiro autorizou a construção da primeira igreja nas terras do lado esquerdo do rio, a Matriz de Santo Antônio dos Guarulhos, o que confirma que, nesse período, a urbanização não ocorreu apenas na margem direita. Além desse fato, em 1861, pelo decreto de número 1225, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Penha, onde atualmente é a localidade de Morro do Coco — área que se localiza após o subdistrito de Guarus —, onde já havia uma capela destinada à santa (CARNEIRO, 1985 Apud ALVARENGA, 2020, p. 63).

---

[8] Nome pejorativo atribuído pelos portugueses aos indígenas goitacá, devido ao fato dos goytacazes utilizarem batoques de madeira em perfurações na face e nas orelhas.
[9] Obra disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&Pesq=guarus&pagfis=50323>. Acesso em 11 nov. 2024.

Desta forma, o estigma produzido sobre o território de Guarus surgido arbitrariamente à época da colonização se consolidou ao longo dos anos, embora tenha tomado formas distintas, nos diferentes ciclos econômicos e políticos que afetou tanto a cidade de Campos, quanto o país.

Assis (2021) destaca os diversos ciclos que a região de Guarus vivenciou, especificamente a de Custodópolis, desde o processo de colonização, passando pela ocupação maciça e urbanização do território. O autor destaca que para além do "problema" dos indígenas goytacá, havia um outro, que de igual maneira, aterrorizava os moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul, os quilombolas, que de igual modo eram classificados como beligerantes, ladrões e agressivos.

No período de 1881, a Vila de São Salvador possuía ao todo cerca de 99.995 habitantes. Deste montante, a região de Guarulhos, atual Guarus, possuía cerca de 16.874 habitantes, dentre os quais 3.740 eram homens livres, 3.455 eram mulheres livres, 1.076 eram os jovens escravizados ingênuos, 876 eram as jovens escravizadas ingênuas, 3.907 eram os homens escravizados e 3.320 eram as mulheres escravizadas. Em comparação com a Vila de São Salvador e demais localidades, apenas a região de Guarulhos tinha um número maior de habitantes escravizados que livres, ao que Assis (idem) conclui que a região era habitada majoritariamente por pessoas negras, concentrando aproximadamente 19% de toda a população escravizada na Vila em seu território.

> Como destacado até aqui, a localidade de Guarus foi categorizada moralmente como um lugar perigoso desde os primórdios da sua ocupação. Havia uma propagação intensa de rumores sobre os perigos da circulação pela localidade. [...] Guarus constituía outra cidade, um lugar adequado para a permanência das populações tomadas por perigosas e que não despertava o interesse do poder público. Esse lugar passou a constituir um problema maior quando houve uma necessidade de expansão do município para o Norte. O aterramento da Vila de São Salvador, a infestação de Puris e Aimorés, assim como a presença dos malvados quilombolas, constituíam uma situação de indeterminação cujo efeito foi a desqualificação do território (ASSIS, 2021, p. 50).

Este novo "problema" dos quilombolas reforça a categorização negativa atribuída ao território das "terras de Custódio"[10] como sendo perigoso, violento e que deveria ser evitado. Como já explicitado, este fenômeno histórico de longa duração

[10] Nome que era atribuído popularmente a região que hoje é conhecida como Custodópolis, pois sua posse pertencia a Custódio Siqueira e Greví Siqueira, que será melhor abordado mais adiante neste trabalho.

que acomete a região de Guarus consolida uma estigmatização profunda nos moradores da região, afetando a construção de suas identidades e influenciando no jogo das relações sociais no cotidiano da cidade de Campos, inclusive nas relações de trabalho no período de ocupação do território após o fim da escravidão.

O espaço passou a ser ocupado por usinas da indústria sucroalcooleira, que à margem esquerda do Paraíba contava com as usinas de Sapucaia, Santana, Outeiro e São João. Desta forma, Assis (2021) afirma que o território de Guarus, incluindo Custodópolis, passou a ser um local de moradia da força de trabalho que abastecia esta nova indústria, consolidando um novo núcleo urbano. Este fator permanece ainda hoje na localidade, pois segue sendo uma região dormitório com migração pendular diária, onde uma boa parte da força de trabalho que exerce profissão na região central da cidade reside.

Desta forma, a ocupação do território à margem esquerda do Paraíba propiciou a partir do devir histórico e de modo contingencial, a existência de zonas morais (PARK, 1948) que recortam a cidade de Campos para além de suas fronteiras políticas e geográficas. Pois construiu um substrato cultural e político, que passou a existir com suas próprias dinâmicas internas, de modo independente deste longo processo de estigmatização, embora, obviamente, seja influenciado por ele (ALVARENGA, 2020; ASSIS, 2021) .

1.2 - A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA REGIÃO DE GUARUS

O início do processo de urbanização da então Vila de São Salvador ocorreu a partir dos arredores da catedral de São Salvador e da praça que leva seu nome. Sendo assim, os primórdios dos arruamentos da cidade foram a partir da margem direita do rio Paraíba do Sul. Assim, a então região de Guarulhos, deu-se a partir da metade do século XIX, com a construção da Matriz de Santo Antônio dos Guarulhos:

> Em meados do século XIX, o presidente da província do Rio de Janeiro autorizou a construção da primeira igreja nas terras do lado esquerdo do rio, a Matriz de Santo Antônio dos Guarulhos, o que confirma que, nesse período, a urbanização não ocorreu apenas na margem direita (ALVARENGA, 2020, p. 63).

Outro ponto destacado pela autora é a construção da ponte Barcelos Martins, que foi de suma importância visto que se torna um marco na evolução e expansão da urbanização da cidade, além também, de ser um meio de conexão com a outra

margem do rio (Idem, 2020). Um segundo fator fundamental nesse sentido, foi a construção da ponte de ferro que liga as duas margens, sendo assim:

> Com a implantação da ponte de ferro sobre o rio Paraíba do Sul, que ligava Campos a Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, no Espírito Santo, entre 1877-1878 e 1907, respectivamente, os transportes para Vitória, no Espírito Santo, são facilitados, e a linha férrea presente na margem esquerda, existente desde 1877, passou a ser ainda mais utilizada (Ibidem, 2020, p. 66).

A consequência de tal construção, a saber, da Estação Carangola em 1875, é uma maior movimentação naquela área, que mudou a dinâmica do cotidiano nesses territórios. Entretanto, a construção da ponte não tinha o intuito de ligar meramente a margem norte com a Vila de São Salvador, mas sim de promover um maior escoamento do comércio local com o Espírito Santo. Pois, nesta altura da colonização do Brasil, a agroexportação que se consolidou com uma ampla concentração de terras trabalhadas por negros escravizados (PRADO JUNIOR, 1987), também se fazia presente na região da Vila de São Salvador. Neste sentido, a região de Guarus foi vista pela elite local como uma mera rota de passagem da produção da Vila para o Espírito Santo, que por sua vez era classificada como uma “província pobre” e que precisava da produção local para o seu desenvolvimento (PRADO, 2018). Deste modo, a região de Guarus não era colocada nos planos de investimento e desenvolvimento para os moradores daquele lugar e sim como rota de passagem. Assis (2016) argumenta que na região de Guarus, em decorrência de ser uma justaposição de passagens distintas dos fluxos comerciais, algumas residências precárias começaram a se estabelecer na localidade, bem como de um grande quilombo para negros escravizados fugidos. Evidenciando que:

> A desigualdade e a segregação se fazem presentes na cidade de Campos, principalmente nas localidades mais afastadas da área central, e potencializa-se nas que estão na margem esquerda do rio, como é o caso do subdistrito de Guarus (ALVARENGA, 2020, p. 54)

A autora ainda evidencia que o poder público ignorou, à época, a ocupação presente no território de Guarus, pois os mapas confeccionados a mando das elites locais não continham as habitações que existiam na margem esquerda do Paraíba. Demonstrando a intenção em se ocultar a existência de que aquelas terras já estavam sendo ocupadas, ainda que de maneira esgarçada e em menor número. Ao passo que outros mapas escritos por viajantes e/ou comerciantes, possuíam as demarcações de alguns prédios edificados daquele lado.

Segundo Assis (2021), em um primeiro momento logo após o massacre contra os indígenas goytacás, a faixa de terra de Guarus passou a ser ocupada pelos Capuchinhos[11] a partir de uma concessão pública do poder local da época à Ordem.

Abordar a ocupação do território de Guarus à luz da intervenção política e religiosa da igreja católica é fundamental, pois permite compreender que tal empreitada possuía o objetivo de produzir uma espécie de barreira de contenção entre a parte mais interna daquele espaço, “infestado”, segundo a imprensa local à época, de quilombolas armados e violentos[12]:

> No arraial de Travessão, deste município, existe um quilombo de escravos fugidos, os quaes, em numero de seis, armados de espingardas, lanças, foices e outras armas, atacam os transeuntes para roubarem, disparam tiros nas portas das casas, trazendo em contínuo sobresalto os moradores daquelle lugar. Pedir providencia ao Exm. Delegado de polícia é inútil, porque, não dispondo ele de força, nenhuma poderá dar, por isso, chamamos a atenção do Exm. Chefe de polícia da província, que poderá mandar uma força especialmente para capturar esses quilombolas que são o terror da população do travessão. (MONITOR CAMPISTA, Ano 46, n. 102, 16 maio 1883).

Neste sentido, a ocupação da então aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos tinha como um dos objetivos a pacificação das tensões presentes na região, segundo Malheiros (2008), Alvarenga (2020) e Assis (2021). Contudo, é somente com a abolição da escravidão em 1888 que a localidade começa a viver processos mais intensos de ocupação para moradia, a partir do estabelecimento de políticas de urbanização e pavimentação do espaço.

Porém, com a ampliação da circulação pela cidade, sobretudo, a partir das necessidades econômicas e logísticas no transporte de insumos e outras mercadorias para o norte, é que estas políticas de urbanização começam a de fato serem implementadas. Entretanto, o estigma que classifica o território de Guarulhos

---

[11] A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos é um grupo religioso missionário de origem italiana, mas que, porém, na época do Brasil Império, o grupo que se estabeleceu na então aldeia Santo Antônio dos Guarulhos, atual Guarus, era de origem francesa. Contudo, com o rompimento de relações diplomáticas entre os impérios de Portugal e França em fins do século XVII, os missionários capuchinhos são expulsos pelo Estado tanto da região, quanto proibidos de retornar para realizar novas missões (MALHEIROS, 2008, p. 182-188). Sobre a Ordem, maiores informações em: <https://www.capuchinhos.org.br/institucional/apresentacao>. Acesso em 26 dez. 2024,

[12] Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&Pesq=No%20%20arraial%20%20de%20%20Travess%c3%a3o,%20%20deste%20%20munic%c3%adpio&pagfis=8875> . Acesso em 30 dez. 2024.

como perigoso de se transitar, devido ao fato de estar ocupado por pessoas classificadas como indesejadas, se consolidou como um problema público à época:

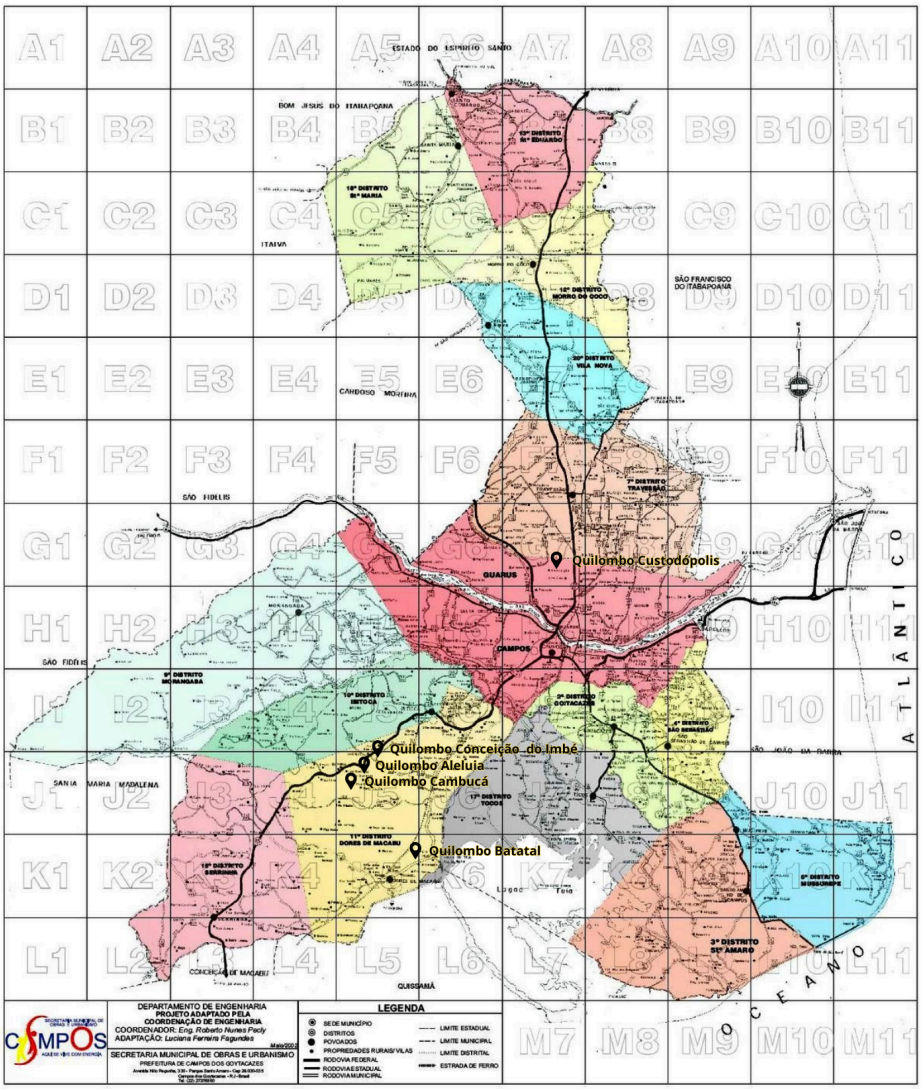
> Havia uma propagação intensa de rumores sobre os perigos da circulação pela localidade. Não houve uma bota-abaixo, como na cidade do Rio de Janeiro. Guarus constituía outra cidade, um lugar adequado para a permanência das populações tomadas por perigosas e que não despertava o interesse do poder público. Esse lugar passou a constituir um problema maior quando houve uma necessidade de expansão do município para o Norte. O aterramento da Vila de São Salvador, a infestação de Puris e Aimorés, assim como a presença dos malvados quilombolas, constituíam uma situação de indeterminação cujo efeito foi a desqualificação do território (ASSIS, 2021, p. 50).

Algo que, porém, O Monitor Campista, periódico oitocentista, deixou de ilustrar de maneira intencional, pois era um dos principais porta-vozes das elites escravistas do período, foi que os conflitos promovidos pelos quilombolas da região de Guarulhos (CORDEIRO, 2012) correspondiam às ações políticas organizadas segundo a luta abolicionista em Campos dos Goytacazes.

Estes grupos abolicionistas não eram compostos unicamente por pessoas brancas e pardas de uma pequena burguesia local, entre eles também havia os escravizados que fugiam para a região de Guarulhos, constituindo no território um quilombo na atual região de Custodópolis[13]. O mapa abaixo ilustra onde eram os quilombos ativos em Campos, e foi elaborado a partir de dados reunidos e compilados do IBGE, Fundação Cultural Palmares e da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

[13] Segundo a Fundação Cultural Palmares, Campos dos Goytacazes possui cinco territórios de origem quilombola, são eles: **Conceição do Imbé**, código do IBGE nº 3301009, processo na Fundação Cultural Palmares nº 01420.002165/2005-51; **Cambucá**, código do IBGE nº 3301009, processo na Fundação Cultural Palmares nº 01420.002163/2005-61; **Aleluia**, código do IBGE nº 3301009, processo na Fundação Cultural Palmares nº 01420.002155/2005-15; **Batatal**, código do IBGE nº 3301009, processo na Fundação Cultural Palmares nº 01420.002164/2005-14; e **Custodópolis** código do IBGE nº 3301009, processo na Fundação Cultural Palmares nº 01420.102023/2018-15. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/01/ipatrimonio-Quilombos certificados-2020-Fonte-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em 30 dez. 2024.

Mapa 1: Quilombos ativos em Campos dos Goytacazes



Mapa disponível originalmente em: <https://www.campos.rj.gov.br/mapas-municipais.php>. Acesso em 30 dez. 2024.

Ao reflexo do que aconteceu no Ceará em 1884, como a primeira província do país a abolir a escravidão, houve uma forte movimentação de movimentos abolicionistas e negros escravizados para que essa realidade fosse expandida para todo o Brasil e em Campos dos Goytacazes não foi diferente. Um exemplo disso foi a criação do jornal *Vinte e Cinco de Março*, pelo Luiz Carlos de Lacerda e seus companheiros abolicionistas. Este veículo de comunicação e informações constituíram-se como componentes cruciais no debate na abolição em Campos dos Goytacazes, estabelecendo um contraponto ao Monitor Campista e suas manchetes em prol do regime de escravidão:

> [...] pode-se perceber que toda a lógica interna do jornal contribuía para a sua construção argumentativa de apoio o projeto de uma

> abolição imediata e sem indenizações (a exemplo do Ceará). E como afirmavam ser a escravidão ilegal, usaram de vários recursos para convencer seus 'leitores' disto, com notícias detalhadas de violências, discursos baseados nas leis brasileiras, argumentações filosóficas e econômicas, e até com os romances transcritos (MONNERAT, 2012, p.10).

Entretanto, o movimento abolicionista em Campos começa de fato por volta de 1855 com a criação da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, que incluía apenas homens brancos de uma pequena burguesia local que juntava recursos para promover a alforria de pessoas negras escravizadas. Quase 30 anos depois, em 1881, é criada a Sociedade Campista Libertadora, que tinha entre seus membros Luiz Carlos de Lacerda, outros abolicionistas locais, muitos negros libertos e escravizados que compunham a formação de quilombos pelo município. (MONNERAT, 2012, p. 146-148).

A autora enfatiza que a partir da criação do jornal e destas sociedades é que se logra uma pressão maior na conquista da abolição da escravidão em Campos, entretanto, os movimentos de quilombo na cidade também exerciam imensa pressão na sociedade local, sobretudo, o de Custodóplis, que em mais de uma ocasião estampou os jornais locais da época, assustando as elites escravistas locais com a capacidade de organização e mobilização abolicionista que detinham.

Em 1883, ano de muito fervor na luta abolicionista em Campos, uma segunda notícia publicada em O Monitor Campista reforça a visão editorial escravista do jornal, que clama publicamente às autoridades políticas e policiais por uma repressão aos quilombolas da região de Travessão de Campos, que habitavam nas áreas do quilombo de Custodópolis[14]:

> Quilombo no Travessão - Os quilombolas que ha longo tempo se achão homiziados[15] nas mattas da freguezia do Travessão deste município, continuão a commetter novos crimes, novos attentados, zombando das proprias autoridades que ainda não tiverão a precisa coragem para captura-los!
>
> Por muitas vezes temos pedido providencias ao Sr. delegado de policia desta cidade, ao digno administrador da provincia e ao Sr. Dr. chefe de policia e nenhuma tem sido dada até hoje, continuando o

[14] Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&Pesq=No%20%20arraial%20%20de%20%20Travess%c3%a3o,%20%20deste%20%20munic%c3%adpio&pagfis=9117>. Acesso em 30 dez. 2024.

[15] Segundo o dicionário Priberam, *homiziado* é a pessoa foragida da justiça e que se encontra abrigada em algum local. Naquele contexto da escravidão, homiziado era o fugitivo do regime, que no caso da Aldeia dos Guarulhos eram quilombolas. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/homiziado>. Acesso em 30 dez. 2024.

povo d'aquelle lugar cada vez mais aterrorisado, por não ter tido a menor garantia da parte das autoridades, achando-se entretanto, á mercê **daquelles bandidos** [grifo meu] que publicamente matão, roubam, e até fazem devastações por meio de incendio!

A freguezia do Travessão acha-se em um estado verdadeiramente anomalo.

Todos receião transitar pelas estradas e mesmo de dia os negociantes temem abrir as portas de suas casas.

Segundo uma correspondencia que hoje publicamos, na madrugada de hontem os quilombolas tenárão assassinar o cidadão Antonio Bahia e seu irmão. Deitárão fogo á habitação em que elles se achavão em companhia de sua familia e cercando a casa eseperárão que elles acossados pelas chamas sahissem para poderem conseguir o seu intento.

Felizmente os irmãos Bahia lográrão fugir disfarçados com trajes de mulher.

Além deste facto recebemos tambem hontem a seguinte comunicação: "Por varias vezes tem V. reclamado das autoridades competentes providencias energicas sobre os quilombolas que invadem a freguezia do Travessão e até hoje nenhuma tem sido dada por aquelles a quem compete **garantir a segurança e a tranquilidade publica** [grifo meu].

Os factos diariamente se reproduzem e tem tomado cada vez maiores proporções, a ponto de caminharmos para um medonho abysmo de ondem podem resultar iminentes desgraças.

Ainda clamão vingança as gottas de sangue derramadas no arraial do Travessão, sendo a victima desse drama cujo autor fôra o facinora José Viegas, o laborioso cidadão Domingos Cruz, chefe de numerosa familia.

Ainda clamão vingança todos aqueles que têm sido victimas dos roubos e attentados commettidos por essa **horda de bandidos** [grifo meu].

E para cumulo de tanta desmoralisação, no dia 14 do corrente, ás 4 horas da madrugada acabarão de praticar mais uma nova façanha sendo a victima o Sr. Bernardino Arêas, **fazendeiro** [grifo do editor].

Os quilombolas em grande numero, do qual tambem fazia parte **um escravo do Sr. Arêas** [grifo meu], por nome Oscar, e conhecidos pelos bandidos por Vulcão, assaltárão a fazenda daquelle Sr. e o injuriarão atrozmente, não tendo o Sr. Arêas podido repelli-los por temer alguma desgraça

Dirigindo-se os quilombolas ao engenho, que então estava funccionando, pedirão bebida e **tentárão seduzir para o seu grupo os escravos do Sr. Arêas** [grifo meu], que estavão no trabalho,

> mostrando-lhes bastante dinheiro producto dos roubos que elles têm commettido.
>
> Que vergonha e que miseria para um paiz como o nosso que tem os fóruns de civilisado!
>
> **Onde estão as garantias facultadas pela lei?** [grifo meu]
>
> Aonde existe a policia? O que tem feito ella? Nada absolutamente.
>
> Ha pouco o delegado de policia enviou quatro praças ao subdelegado do Travessão, porém essa autoridade com tão pequena força não quiz arriscar a sua vida e nada quiz fazer.
>
> O caso é sério e grave e os habitantes da freguezia do Travessão apelão para as dignas autoridades que dirigem os destinos desta provincia".
>
> Dando esta noticia pedimos ainda uma vez aos Exmos. presidente e chefe de policia da provincia em nome da população intenra da freguezia do Travessão, as mais energicas providencias afim de que ella possa voltar tranquilla aos seus labores sem o terror que lhe inspira tão terriveis quão audazes criminosos (MONITOR CAMPISTA, Ano 46, n. 161, 18 de julho 1883).

Este recorte jornalístico demonstra o pavor construído pela população da Vila de São Salvador em relação aos habitantes da Aldeia de Guarulhos e do Arraial de Travessão a partir do Quilombo de Custodópolis. Por outro lado, pode-se perceber como que a resistência à escravidão era encarada como banditismo e desordem pública, pois uma vez que a escravidão era legitimada pela Lei, resistir aos seus ensejos era um ato de execração pública. Desconstruindo o discurso da reportagem, as classificações "facínora", "bandido" em oposição a "chefe de família" e "fazendeiro" reforçam as oposições e tensões não só raciais, mas também de classe e gênero, uma vez que pessoas escravizadas ou recém libertas sem instrução formal (ingênuos) não podiam deter propriedade privada, tampouco as mulheres aparecem nas notícias com algum protagonismo de um lado ou outro da história.

Da mesma maneira, ao classificar como "invasão" ações de incursão por parte dos quilombolas aos latifúndios ao norte da província é classificado como um crime terrível, desprezando o fato de que centenas de indígenas tenham sido assassinados e expulsos para que estes locais passassem a existir a partir da demarcação do espaço.

Neste contexto, o Jornal Vinte e Cinco de Março teve um papel central na organização discursiva das pautas do movimento abolicionista de Campos, bem

como no auxílio logístico e prático aos escravizados fugitivos. Seja a partir do apoio público ao projeto Dantas, que em 1884 reivindicava a transição gradual para o fim da escravidão reconhecendo que escravizados sexagenários deveriam ser libertos sem a indenização para os senhores, assim como previa a distribuição de terras para trabalhadores livres, elementos que segundo Monnerat (2012) aterrorizaram as elites escravistas locais. Seja pela exposição das autoridades locais à sua condescendência diante dos abusos e crimes cometidos pelos escravistas, expondo ainda membros à paisana da própria polícia na participação de espancamentos e assassinatos de populares, quilombolas e abolicionistas (MONNERAT, 2012, p. 173 - 181).

Porém, ainda segundo Monnerat (idem), com a destituição de Dantas do gabinete e a posterior derrota da sua tímida proposta de fim da escravidão, e a implementação da Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários em 1885, que adiou a abolição completa e ampliou legitimidade da violação da humanidade dos negros escravizados, o Jornal Vinte e Cinco de Março reorganizou suas estratégias de comunicação abolicionista em Campos e através do Carlos de Lacerda, promoveu intensas e violentas mobilizações em Campos dos Goytacazes. Desde a incursão, resgate e libertação de negros escravizados em inúmeras fazendas até queima de canaviais, classificados pelos jornais apoiadores do regime escravista local como “verdadeiros atentados”:

> Assim, a 18 de março de 1888 teve início a reunião que recebeu o nome de Congresso Agrícola e que contou com ilustres personagens do movimento abolicionista, como os irmãos Carlos, Cândido e Álvaro de Lacerda, então deputado provincial, Nilo Peçanha, a quem coube lavrar a ata da Assembleia, e Francisco Portela. Assim reunidos no Paço da Câmara Municipal, tiraram documento / monção a ser enviado ao Governo Imperial solicitando o fim da escravidão. Além disso, ficou posto que seriam formadas comissões para libertar os escravos nas freguesias e, ainda em 25 daquele mês, as comissões se reuniriam a fim de declarar extinta a escravidão em Campos (RIBEIRO, 2012, p. 153).

Desta forma, a abolição da escravatura em Campos foi resultado de um movimento combativo composto tanto por quilombolas e negros libertos, quanto por pessoas de classe média e de populares frente às violências dirigidas à população negra escravizada:

> [...] a concessão de alforrias foi muito mais intensa durante o ano de 1887, do que quando comparada aos anos de 1885 a 1886, o que nos possibilita afirmar que, muito provavelmente, a abertura à

> liberdade escrava está ligada ao crescimento das tensões causada pelo aumento das manifestações de rebeldia negra, bem como pela intensa e combativa propaganda abolicionista realizada pelo Vinte e Cinco de Março. No que toca ao ano de 1888, apesar do grande número de indivíduos que adquirem a liberdade, ficou estabelecido da reunião do congresso que pretender extirpar a escravidão de Campos, que o próprio documento da reunião serviria aos fazendeiros e escravos como garantia da liberdade (RIBEIRO, 2012, p. 155).

Porém, com o fim da escravidão, a inserção do negro livre na sociedade de classes campista também possui suas particularidades e problemáticas em relação à realidade brasileira como um todo. Diferentemente das grandes metrópoles, que com o fim da escravidão sofreram processos de modernização das forças produtivas com o aprofundamento do trabalho assalariado, ainda que lentamente e de modo precário, em Campos este processo não representou necessariamente o fim do trabalho escravizado, que no pós-1988 ganhou um aspecto de relativa legalidade, sobretudo, nas lavouras de cana-de-açúcar que se estendiam ao longo de boa parte da região de Guarus, e nas zonas rurais no extremo sul e ao norte (ASSIS, 2021). Estas lavouras abasteciam as usinas da nascente indústria sucroalcooleira campista ao longo das primeiras décadas do século XX. Na região de Guarus, como já dito, havia um denso povoamento de quilombolas combativos e empenhados no processo abolicionista local e regional, que após o fim da escravidão foram absorvidos paulatinamente como força de trabalho precário à indústria sucroalcooleira local. Desta forma:

> Explorados em sua força de trabalho, as manifestações escravas dificilmente transcenderiam às limitações que o próprio sistema lhes impunha – a condição de explorados, de vítimas. Mas não vítimas inertes, acéfalas ou anômalas, como quer que seja boa parte da historiografia que durante anos consagrou à figura do negro o papel de simples objeto de trabalho, em verdade, apenas o papel de coisa dentro do sistema. A Abolição, longe de ser um negócio de brancos, conforme afirmou Octávio Ianni, foi o resultado da associação dos ideais abolicionistas às lutas dos próprios escravos. [...] No entanto, tendo a abolição no Brasil ocorrido em meio às manifestações e clamores de escravos, abolicionistas e populares, o panorama do pós-Abolição continuará a exigir dos negros, agora ex-escravos, a dedicação a um mundo que sempre lhes pertenceu: o mundo do trabalho (RIBEIRO, 2012, p. 157).

À medida que a expansão de estradas, pontes, canais e ferrovias ao norte e ao leste do município de Campos se estabeleceu a partir de interesses econômicos e de circulação de mercadorias e insumos para as nascentes usinas de

cana-de-açúcar, a ocupação do território à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul ao redor principalmente destas estradas aumentou significativamente. Assis (2021) argumenta que esta ocupação parte da intencionalidade de se morar próximo aos postos de trabalho disponíveis à época, que na margem esquerda eram as usinas da indústria sucroalcooleira Santana, São João, Outeiro e Sapucaia. No período pré-abolição, as principais faixas de território ocupadas em maior escala eram a da atual região de Travessão de Campos e da Lagoa das Pedras, atual região dos parques Guarus e Lebret.

No âmbito desta ocupação pós-abolição, o distrito de Guarus é predominantemente agrário, baseado em uma economia rural de pequena propriedade familiar, com diversificação produtiva destinada a abastecer a demanda local e regional. Ao passo que à margem direita houve a predominância de um regime de grande propriedade, voltada à exportação de açúcar e álcool para o mercado internacional através da concentração de um maior contingente da indústria sucroalcooleira deste lado do rio:

> No tocante à produção de Guarus, Mello (1881, p. 145) salienta que as pequenas propriedades produziam café, milho, feijão, araruta e mandioca para o consumo. O autor destaca ainda uma produção diversificada de produtos que supriam a cidade, dos quais posso citar a farinha, o feijão, o açúcar, a aguardente, o café, o arroz, o polvilho, o toucinho, o gado, os porcos, os queijos, o milho, a goiaba, o leite, os ovos, as frutas, as verduras, o feixe, a lenha, o fumo, os meios de sola (couro curtido) e a madeira para construção (ASSIS, 2021, p. 55).

Até mesmo na expansão da fronteira agrícola para a plantação de canaviais de um lado e outro do Rio Paraíba do Sul houve diferenciações. Enquanto do lado direito a maior parte das plantações se concentra nas áreas adjacentes às usinas, do lado esquerdo a concentração se deu já nas proximidades da encosta. Fato que, segundo Assis (2021), não evidencia somente um desalinhamento ou incompetência do poder público municipal, mas se consubstancia enquanto um projeto de segregação espacial. Pois a concentração desordenada destas plantações não só atrapalhava a circulação interna de quem residia na localidade, como também prejudicava o escoamento da produção rural para a sede do município, isolando ainda mais seus moradores dentro do território de Guarus. Neste sentido, em 1926, o plano então denominado Saturnino de Brito, apresenta medidas para melhorias urbanísticas na cidade. O território de Guarus foi abordado neste plano, porém havia

um cunho higienista como pano de fundo de tais ações, pois considerava apenas elementos estéticos e econômicos (ALVARENGA, 2020).

Segundo a autora, nesse período e devido a essas providências para urbanização da cidade, há a constituição de um núcleo urbano, ainda que pequeno, na margem esquerda do rio. Este núcleo estava localizado nas regiões, onde atualmente são os bairros Jardim Carioca e Parque Vicente Gonçalves Dias, mais próximo a encosta do rio e onde existia a Estação Ferroviária Carangola. Assim, há então, uma espécie de herança de prestígio ainda hoje nestas localidades, visto que são considerados os bairros em Guarus com as melhores infraestruturas e propriedades mais caras. Esta dinâmica de urbanização, historicamente, permite que tais bairros dentro de Guarus vivenciem uma condição de maior prestígio frente aos demais, pois sua formação foi planejada a partir de um projeto urbanístico oficial, enquanto as demais localidades mais afastadas do rio vivenciaram processos de ocupação sem que o planejamento público as considerasse. No âmbito do plano Saturnino de Brito, a margem direita, sede do município, foi muito mais privilegiada, com maior destino de recursos e obras públicas.

Isto posto, é possível afirmar que a urbanização na cidade de Campos, seguiu pautada na segregação, elemento fundamental no entendimento da construção e perpetuação do estigma para com a região de Guarus:

> Com as intervenções urbanas que ocorreram na cidade, após a mudança de século, com intuito higienista, fica clara a diferenciação feita entre áreas da cidade, considerando que as melhorias executadas foram na área central e com medidas que visavam apenas o embelezamento e o calçamento de ruas (ALVARENGA, 2020, p. 73).

Assis (2021) argumenta ainda que a ocupação da atual região de Custodópolis é intensificada em 1920, a partir da venda de loteamentos das antigas terras de Custódio, com a edificação de casas de barro encimadas por telhado de palha de vegetações nativas. O que confere à localidade o nome de Cidade de Palha em um primeiro momento de maior migração para a região:

> A primeira ocupação da localidade, ainda denominada Cidade de Palha, delineou o núcleo do bairro, onde está localizada a praça. Relatos dos moradores apresentam diferentes momentos pelos quais o bairro passou, descritos aqui à luz de projetos individuais e coletivos de limpeza moral, que visavam/visam à reelaboração da imagem do bairro em espaços de sociabilidade fora dele, sobretudo em áreas da margem direita do rio Paraíba do Sul. Em um primeiro momento, a Cidade de Palha possuía uma forte

> presença negra, relacionada à imagem do Doutor Custódio Siqueira, membro do Partido Comunista que se opunha ao governo Vargas; após a morte de Custódio Siqueira, o interventor Amaral Peixoto buscou aproximação do bairro, por meio do governo de Salo Brand, prefeito da cidade no ano de 1947 (ASSIS, 2021, p. 23).

Os fluxos de migrantes para a região de Guarus são delimitados pelo autor a partir de três momentos. O primeiro em 1920 composto, sobretudo, por descendentes diretos de negros escravizados em diversas regiões da cidade e que acabaram por tornarem-se pequenos comerciantes ou trabalhadores do setor sucroaalcoleiro. Um segundo momento, que ocorre a partir de 1960 com uma maior chegada de trabalhadores das zonas rurais da cidade para abastecimento do comércio na região central, e por fim, um terceiro momento de migração, que ocorre a partir da descendência de filhos, netos e bisnetos da segunda geração de migrantes, ao que o autor afirma:

> A terceira geração de moradores, que seriam os netos dos imigrantes que chegaram ao bairro na segunda metade do século XX, estabeleceu uma interação mais intensa com a margem direita da cidade à medida que a circulação aumentou, seja pela ampliação da oferta de transporte público, seja pela construção de novas vias e pontes que deram maior acesso dos moradores à área central. Esse movimento intensificou inclusive a expansão dos limites do núcleo populacional do bairro, com a criação de novos loteamentos. Com a expansão do bairro, bem como com a intensificação da sua interação com as outras áreas da cidade, novas categorias profissionais começaram a surgir entre seus moradores. Os netos e bisnetos dos migrantes da “roça” começaram a acessar a cidade não somente via trabalho manual e prestação de serviços; eles começaram a se inserir também em instituições de ensino superior. A “roça” passou a ser mobilizada por esses jovens como uma categoria abstrata e experimentada pelos seus pais. Eles sequer sabem com clareza as funções exercidas pelos pais e avós que “vieram da roça”. Esse distanciamento do bairro em relação à roça evidencia uma aproximação dos jovens com a cidade, mas não o transforma necessariamente em um bairro urbanizado, mas sim periférico em relação aos processos de urbanização da cidade, dada as categorias morais que lhe são atribuídas (ASSIS, 2021, p. 129).

Desta forma, apesar de algumas diferenças de cunho geracional e cultural existentes entre as gerações de migrantes que ocuparam Guarus, podemos afirmar que historicamente o território e seus moradores são submetidos às categorizações e classificações negativas e estigmatizantes que são atribuídas à região. Assim, mesmo que a terceira geração de migrantes experimente a cidade de Campos e seus entornos de uma maneira mais integrada, seja pelo ingresso no ensino superior, entrada no mundo do trabalho qualificado ou pelo consumo em atividades

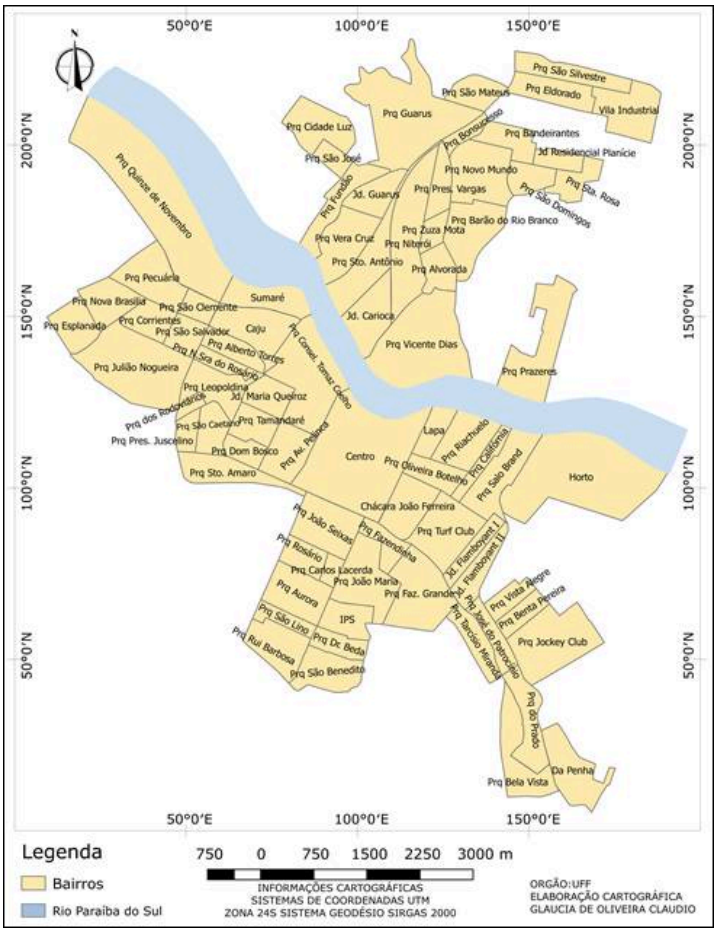
culturais ou de lazer, independentemente da sua posição social, “ser de Guarus” se apresenta ainda hoje como uma barreira cultural vivenciada na cidade, sobretudo, por quem é residente em qualquer um dos seus bairros. Porém, como tratado brevemente neste item, nem todas as microrregiões de Guarus são afetadas da mesma maneira pelo estigma negativo. Em razão de políticas de urbanização da faixa mais próxima da margem do Paraíba do Sul, alguns bairros gozam de um relativo prestígio, como são os casos dos parques Jardim Carioca e Vicente Dias.

Contudo, em cada momento histórico desde o período colonial, tais processos de estigmatização da região possuem características similares: racismo e intolerância religiosa, construção social da noção de território violento com pessoas beligerantes e marginalizadas que devem ser evitadas, desigualdades sociais e econômicas aprofundadas pelo Estado a partir da execução de políticas públicas e sociais, de teor higienista e segregatório. Assim, consolida-se uma noção arbitrária sobre toda uma parcela da população campista, historicamente presente no senso comum e em noções de mundo excludentes, que produz afetamentos cotidianos e que tanto contribui para uma noção preconceituosa, quanto para a constituição de uma identidade que acaba por ser apropriada pelos sujeitos estigmatizados e utilizada de diferentes formas no ser e agir coletivamente no jogo das relações sociais da cidade de Campos dos Goytacazes.

1.3 - O ESTIGMA DOS TERRITÓRIOS DE GUARUS E SEUS AFETAMENTOS

Segundo Park (1948), as cidades se consolidam em suas construções física, social, cultural e política a partir de divisões e subdivisões que produzem regiões morais. A partir destas dinâmicas emergem símbolos, significados e narrativas de valorização, quanto de estigmatização de determinados espaços. Compreendendo o contexto histórico da formação da cidade de Campos, é possível perceber sociologicamente que múltiplos fatores contribuíram de maneira direta ou indireta na produção do estigma dos territórios de Guarus, e como este contexto se apresenta nos dias atuais de modo reformulado.

Mapa 2: bairros de Campos dos Goytacazes



Fonte: CIDAC, 2018.

Torna-se então imprescindível compreender que as formações dos territórios impactam diretamente na vivência do cotidiano e na permanência dos moradores em determinadas localidades, bem como na formação dos seus sentimentos de pertencimento e identidade. Sendo assim, as reflexões que aqui serão tecidas, estão debruçadas pelos escritos de Goffman (2008), antropólogo e sociólogo americano-canadense, que nos apresenta seu conceito de estigma.

Segundo o autor, foram os gregos que primeiro criaram tal conceito para “se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa extraordinária ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 2008, p. 11). Porém, seu significado desdobrou-se por uma mudança conceitual, que segundo o autor insere algumas noções preliminares para a compreensão do termo.

Seguindo esta perspectiva, há duas categorias que precisam ser apresentadas: a identidade social virtual e a real. Essas categorias estão inseridas no jogo das relações sociais já estabelecidas, desta forma:

> [...] quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" [...] Baseando-nos nessas preconcepções, nós a transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. [...] Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial — uma caracterização "efetiva", uma *identidade social virtual*. A categoria e seus atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua *identidade social real*." (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Assim, ainda segundo o autor:

> Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído [...] Assim, deixamos de considerá-lo como criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande — algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem — e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Ao relacionar tais conceitos com a presente pesquisa, é possível afirmar que há fatores e atributos estigmatizados na região territorial de Guarus. Se analisarmos pela sua marcação histórica, o território, desde sua ocupação pelos colonizadores portugueses, carrega uma marca do estigma de ocupantes destes territórios como hostis:

> Em um dos trechos oriundos dos relatos dos primeiros exploradores, Feydit (2004) afirma que os índios que habitavam a parte norte do rio — os Guarulhos — eram "ferozes", ao passo que "os da parte Sul eram uma horda da mesma raça [goitacazes], porém muito mais pacíficos". Quando teve início a expansão do município em direção ao norte (Guarus), já no final do século XIX e início do XX, Lamego (1945, p. 176) afirma que "para o norte o colono primitivo encontra um matagal fechado e intransponível, infestado de Purís e de Aimorés". A partir do trecho transcrito, nota-se que os índios que habitavam as terras em questão não eram considerados moradores da região e nem ao menos seres humanos, mas sim uma infestação, empecilhos para a inevitável colonização (ALVARENGA, 2020, p. 55).

Essa marcação como território "fechado e intransponível" ainda persiste no imaginário social campista, em que a presença constante da violência e a da insegurança são categorias já largamente atribuídas socialmente para retratar a região. Porém, o território em si é constituído por aqueles que nele habitam e

estabelecem ali um meio de reprodução da sua vida social, atribuindo-lhes sentido (SANTOS, 1993), assim, ainda segundo Goffman (2008, p. 14), é possível compreender que:

> [...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Nas entrevistas realizadas no CRAS Custodópolis, alguns relatos foram ao encontro justamente neste ponto. Carlos[16], 25 anos, morador do bairro Parque Santa Rosa desde que nasceu, trabalha como garçom nos restaurantes centrais da cidade, quando perguntado se ele já havia experienciado algum tipo de preconceito na relação com outras pessoas, Carlos afirmou que sofre “geralmente das pessoas da ponte pra lá” (sic). Ao ser perguntado sobre o que ouviu, relata que tais narrativas são colocadas em forma de piada, e Carlos afirma que foram todas relacionadas à violência, assim segundo ele “todo lugar tem violência mas ali (Parque Santa Rosa) tomou a fama mas não é tão exagerado como o pessoal fala” (sic). A experiência de ser morador do Santa Rosa, para Carlos, não se caracteriza como uma vivência ruim, mas ainda assim, carrega o estigma atribuído de morar em um lugar classificado como inseguro e perigoso.

Outro fato importante a ser abordado nesta pesquisa são as conversas informais com os moradores e trabalhadores que se encontravam tanto nas dependências do CRAS, quanto em seu entorno, na própria pracinha de Custodópolis. As conversas com os trabalhadores no CRAS deram-se de maneira despretenciosa, porém, como já havia me apresentado como pesquisadora, as conversas direcionaram-se pela linha da denúncia e/ou do desabafo, como se aqueles relatos fossem professados no intuito de estarem escritos e reportados em algum documento.

Um dos relatos que mais exemplifica este processo, foi uma conversa informal que obtive com uma servidora pública municipal, de aproximadamente 40 anos[17]. Estávamos aguardando a abertura dos atendimentos do CRAS, onde os usuários fazem fila do lado de fora da instituição e um dos funcionários auxilia em relação a documentação e direcionamento para o devido atendimento. Desta forma,

---

[16] Nenhum entrevistado será identificado, todos os nomes descritos nesta dissertação são fictícios apenas para o propósito didático de explicitação dos dados colhidos nas entrevistas.

[17] Esta é uma suposição pessoal minha, pois por ter sido uma conversa informal algumas informações pessoais não foram solicitadas.

a recepção do equipamento em questão estava vazia no momento da conversa, estávamos apenas eu e a servidora pública. Ela me repassou diversas informações em relação ao território e quais são as suas percepções e vivências sendo moradora do entorno. Ela, uma mulher de pele negra, me informa de maneira incisiva que foi de sua escolha voltar a morar no Parque Santa Rosa.

Em alguns anos de sua vida, ela morou na parte central da cidade, a margem direita do Rio Paraíba do Sul, mas que não se adaptou, pois segundo ela, os moradores de lá não socializam da mesma maneira que os moradores de Guarus. Contudo, tal decisão de voltar a morar no Parque Santa Rosa teve consequências para o seu cotidiano, visto que tal bairro está fincado no imaginário campista como um bairro extremamente violento e perigoso. Ela relata que sofre preconceito por ser moradora de Guarus, assim, para citar suas palavras: “as pessoas da ponte pra lá, acham que Guarus é só Santa Rosa, eu sou estigmatizada por ser moradora de Guarus” (sic), disse ela com essas exatas palavras.

Tal afirmação corrobora com a discussão de estigma aqui descrita, pois segundo a funcionária municipal, ela não sofre preconceito apenas por morar em um bairro tido como perigoso e violento, mas também porque a faixa territorial que é denominada de Guarus corresponde a esse tipo de expectativa da vivência do cotidiano de seus moradores.

Avançando mais na conversa, ela enfim me explica quais os seus motivos de não querer morar em outro bairro ou até mesmo na parte central da cidade. Relata que a forma como a sua sociabilidade acontece entre os bairros de Guarus é muito mais fluída e que por estarem em regiões que sofrem estigmas parecidos, a comunidade em torno se estrutura nas relações sociais de maneira a se ajudar e se apoiar.

Todos esses exemplos estão ligados à perspectiva comparativa dos territórios e de suas expectativas. Goffman (2008, p. 14) apresenta-nos a categoria dos “normais”, definidos como “nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão [...]”. Assim, a relação entre os “normais” e “estigmatizados” estão interligados pelas expectativas de como se realizam as relações sociais:

> O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem,

> portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso [...] um estigma é, então, na realidade um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...] (GOFFMAN, 2008, p. 13).

Assim, seguindo nosso exemplo da servidora pública não é compreensível para os “normais”, alguém que viva longe de tais locais perigosos querer voltar por sua conta em risco. Entretanto, para um nativo de Guarus o “estigmatizado” pode ser “normalizado”, pois é justamente o fato de ser e estar no território, com sua identidade e pertencimento atrelados à localidade, suas redes sociais de relação e convívio cotidiano que ressignificam o estigma. Desta forma,

> Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação a identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo (GOFFMAN, 2008, p. 41).

Novamente, ela resgata um outro exemplo que justifica a sua residência no bairro. De maneira espontânea e de maneira agitada, me informa que seu filho, um jovem rapaz negro, passa por diversas situações de enquadro policial[18] mesmo não fazendo nada de ilícito, apenas por ser negro, seja na região de Guarus, seja na região central. Tais enquadros, segundo ela, sempre ocorrem mediante o emprego de violência física. Inclusive relata que o amigo de seu filho, também negro e morador da região do Santa Rosa, fora alvejado com um tiro de autoria policial em uma abordagem, mas que os próprios policiais militares não autorizaram o rapaz ser atendido e receber auxílio médico.

Em seu relato fica evidente a violência simbólica e física no cotidiano da cidade, em específico em uma das principais zonas morais de violência, onde é aceitável que haja truculência em uma abordagem policial de rotina, demonstrando como essas violências estão direcionadas de maneira qualitativa e quantitativamente diferentes (PARK, 1948).

Em relação a tal discussão, é indispensável tratar as categorias referentes à cor da pele, especialmente, quando nos referimos aos usuários que são atendidos pelos CRAS. Em pesquisa realizada pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria

[18] Residi no Parque Novo Mundo entre os anos de 2016 a 2019, em minha memória como moradora do entorno dos bairros de Custodópolis, Parque Santa Rosa e Calabouço percebia rotineiramente a abordagem policial direcionada a jovens do sexo masculino, negros e pardos, sobretudo, aos fins de semana.

Municipal de Desenvolvimento Humano e Social da cidade de Campos dos Goytacazes RJ, em agosto de 2023, o número de pessoas negras e pardas referenciados no Cadastro Único, por território, ou seja, pela abrangência do CRAS, foi de 13.330 indivíduos de um total de 18.288 referenciados. Sendo assim 73% dos usuários atendidos pelo CRAS Custodópolis, se autodeclaram pessoas pretas e pardas.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), nos primeiros capítulos de seu livro “Preconceito racial: modos, temas e tempos”, apresenta a contextualização e determinação histórica sobre os conceitos de cor, raça, etnia e preconceito entre os seres humanos. Segundo o autor, é importante compreender que a discussão de cor é por muitas vezes abordada apenas para falar de pessoas negras, porém é necessário racializar também a pele branca e incluí-la em tais debates. Assim, ao tratar mais especificamente das classificações raciais no Brasil, o autor cita Marvin Harris, que, segundo ele, foi

> [...] quem melhor sintetizou a especificidade da classificação de cor no Brasil, ao descobrir que, ao contrário do que se passava nos Estados Unidos, não havia regra de descendência racial no Brasil, ou seja, os filhos não herdaram o mesmo status social dos pais. [...] No Brasil, entretanto, a cor dos filhos era definida socialmente de modo individual e independente dos pais, podendo um pai preto, por exemplo, gerar um filho branco ou morena, caso este apresentasse fenótipos brancos. Ou seja, no Brasil, eram a aparência física, as marcas fisionômicas e socioculturais que contavam na classificação de cor, e não a origem ou descendência (GUIMARÃES, 2012, p. 36).

Porém, a classificação por cor, apresenta-se na vida cotidiana dos indivíduos de modo a haver cores de pele que são socialmente rechaçadas. Para tanto, é necessário, conforme Guimarães (2012, p. 47):

> [...] dizer que a percepção das cores é socialmente informada não nos ajuda a explicar por que as cores básicas - o branco e o negro; ou o branco e as outras cores - podem aperecer alinhadas num sistema hierárquico quando se referem a pessoas. Para isso temos que entender o preconceito.

Desse modo, para aprofundarmos nesse assunto, recorremos a Oracy Nogueira (2007) que define o preconceito racial como:

> Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece (Idem, p. 292).

Segundo o autor, no Brasil, o preconceito racial tem uma característica de se apresentar direcionada ao fenótipo das pessoas. Desta forma, Nogueira (2007) denomina tal fenômeno como preconceito de marca:

> Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem (Ibidem, p. 292).

Tal preconceito se apresenta de diversas formas na sociedade, e no nosso caso, também se insere na correlação de forças relacionadas ao cotidiano do território. Principalmente se considerarmos a abrangência territorial do CRAS, pois estes bairros são considerados popularmente no imaginário social campista como muito perigosos e violentos.

Diante do exposto, é possível então considerar que há uma expectativa de conduta, estigmatizada, para com os moradores da região de Guarus. Aliada a essa perspectiva de influência do território e das relações étnico-raciais, Connell e Pearse (2015) afirmam que há também uma expectativa para a performance de gênero, que é socialmente produzida e atribuída a homens e mulheres:

> Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção. [...] Embora as posições de homens e mulheres não sejam simplesmente paralelas, o princípio também é verdadeiro para os homens: ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem (Idem, p. 38).

Além do fato da estigmatização de conduta como indivíduo pertencente ao território, há também a expectativa de gênero, que no nosso foco de análise, perpassa a construção da masculinidade nessas localidades. Principalmente se conciliarmos a trajetória histórica da formação e reconhecimento de Guarus e de como seus territórios se apresentam culturalmente e socialmente para a população campista. É possível afirmar então, que há uma imagem social acoplada ao território e seus moradores que atribui a estes a presunção de perigosos, ainda que não intencionalmente.

Esses fatores aqui explicitados, ainda de forma mais ou menos incisiva, afetam a formação das masculinidades vivenciadas nesses espaços. Masculinidades

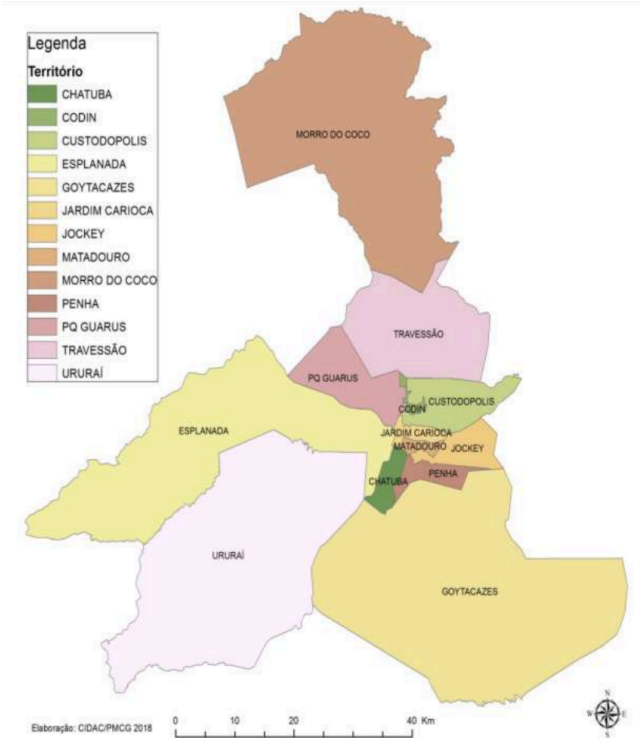
que podem performar padrões de estigmatização além de possuir expectativas relacionadas à cor/raça, gênero, classe social e local de moradia.

1.4 - O CRAS CUSTODÓPOLIS E SUA ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Neste item, será abordada e problematizada a abrangência territorial do CRAS Custodópolis tendo em vista que os habitantes dessas localidades são alvo da visão estigmatizada por parte da população campista. Recorre-se então aos documentos oficiais da Prefeitura e como tais perspectivas impactam na formulação de políticas e na forma em que os homens vivenciam esses territórios.

Em 2023, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes publicou um documento intitulado “Diagnóstico Socioterritorial” organizado pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS/PMCG), em que apresenta dados referentes aos territórios que são abrangidos pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) espalhados pela cidade. Ao todo, são analisados 13 Centros de Referências e suas respectivas abrangências territoriais, melhor visualizados no mapa abaixo.

Mapa 3 - Territórios da assistência no município de Campos dos Goytacazes - RJ



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial Campos dos Goytacazes, 2023.

Contudo, o documento não deixa clara a divisão correta dos territórios dos CRAS e dos CREAS, porém o que se faz relevante nesta pesquisa são os dados referentes aos territórios aos quais o CRAS Custodópolis abrange. Desta forma, para fins de contextualização, tal equipamento abrange atualmente 13 bairros, a saber: Parque Bandeirantes, Parque Barão do Rio Branco, Parque Bonsucesso, Parque Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Santa Clara, Parque Santa Rosa, Parque São Domingos, Residencial Planície, Condomínio Santa Rosa 1[19], Condomínio Santa Rosa 2 e Condomínio dos Nogueiras.

O relatório começa contextualizando as normativas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em relação às justificativas e objetivos da construção do documento.

> É no território que a Política Pública de Assistência se materializa; sendo assim, torna-se importante retratar as várias dimensões que configuram um território e possibilitam um diagnóstico que permita planejar ações dentro da realidade local. Atualmente, o município de Campos dos Goytacazes está dividido em 13 territórios. Diante da importância de se mapear o território em seus diversos aspectos, tornou-se imprescindível levantar algumas características de cada um (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2013, p. 12).

Neste trecho retirado do referido documento é evidente o reconhecimento por parte do próprio município da necessidade de compreender os territórios a partir de dados concretos sobre Campos e as complexas redes na vida cotidiana dos moradores das localidades apresentadas. O poder público municipal reconhece, que

> É importante salientar, portanto, que neste diagnóstico compreende-se a pobreza enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010 Apud. CAMPOS, 2023, p. 14).

Tal análise evidencia, porém, uma contradição latente entre a publicação deste relatório e a realidade local, pois nele considera-se as multiplicidades dos fatores que contribuem para a geração e reprodução da pobreza, e se afirma que a mesma não significa somente uma questão da insuficiência de renda. Entretanto, a

[19] As localidades denominadas Condomínio Santa Rosa 1 e 2 são compostas por casas populares do Programa Morar Feliz, que segundo Alves (2016, p. 1) "[...] é promovido pela Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento do Município de Campos dos Goytacazes-RJ. O Morar Feliz tem como objetivo construir unidades habitacionais populares e promover a posse legal da casa própria para famílias atendidas. Em áreas periféricas, rejeitadas pelo mercado imobiliário, que grande parte da população pobre se instala".

grande maioria das políticas sociais municipais focam apenas na hipossuficiência de renda. Conforme o relatório, as políticas locais poderiam, ainda que elencando o fator de renda como principal, abarcar outras faces das desigualdades conforme abordadas pelo mesmo relatório. Neste sentido, Silva (2010) argumenta que é necessário a adoção de políticas de integração, que atuam de maneira mais eficaz e de modo não parcial, assim o relatório reconhece a necessidade de implementação destas. Por outro lado, a realidade social demonstra que, a efetividade e a qualidade das políticas públicas sociais não são desenhadas e implementadas pelo poder público municipal desta maneira. Pelo contrário, adotam-se políticas de inserção, que "limitam sua atuação sobre os efeitos do disfuncionamento social, sem considerar as determinações estruturais geradoras de pobreza" (Idem, 2010, p.161). Sendo assim, o saldo percebido nesta contradição, entre o disposto no diagnóstico e as políticas sociais hoje disponíveis na assistência social municipal, se caracterizam, segundo Silva (2010):

> São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres "integrados", mantidos na situação de mera reprodução (Ibidem, p. 161).

Tais aspectos observados nas políticas adotadas, quando relacionados às discussões de gênero, tornam-se ainda mais evidentes. Exemplo disso é o "Programa Mãe Coruja", instituído pela Lei Municipal 9.109/2021, mas que, porém, só foi lançado em 2022 pelo prefeito Wladimir Garotinho. Este projeto foi criado com o objetivo de contemplar mensalmente cerca de 200 kits enxoval para gestantes que estejam vinculadas aos CRAS e CREAS da cidade: "O Mãe Coruja é destinado à recém-nascidos, filhos de mães em situação de vulnerabilidade que receberão um enxoval incluindo itens como roupas e materiais para higiene do bebê" (PMCG, 2022).

Apesar de ser um benefício para mulheres grávidas que estejam cadastradas no Cadastro Único[20], ou seja, tendo especificidades de gênero e de classe, as condicionantes colocadas, quando perpassam a família como um todo, somente o

[20] Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, "o Cadastro Único para Programas Sociais identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, quem faz parte da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras". Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em 18 jun. 2024.

aspecto da renda *per capita* é considerado. Assim, tais processos reforçam a naturalização do gênero feminino como principal administradora tanto dos afazeres domésticos quanto de sua família. Ao passo que para o gênero masculino, há o reforço da responsabilização dos recursos financeiros para sustento da família. Esta naturalização e reforço dos papéis de gênero na sociedade são atribuídos às expectativas sociais para homens e mulheres relacionadas a suas características biológicas e sociais. Segundo Bourdieu (2012), tais determinações conferem bases para sua complementaridade, assim como para suas divergências, pois:

> Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima /embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo/, subir/descer, fora/dentro, sair/entrar). [...] Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as "naturalizam", inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos […] (BOURDIEU, 2012, p. 16).

Com isso, faz-se necessário entender que os corpos femininos e masculinos desempenham funções não apenas biológicas na sociedade, mas também culturais:

> Essa maneira de olhar para o corpo implica entendê-lo não apenas como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como produto de um intrínseco inter-relacionamento entre natureza e cultura. Em outras palavras: o corpo não é algo que está dado a priori. Ele resulta de uma construção cultural sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. Essa afirmação leva a pensar, por exemplo, que nem mesmo aquilo que é dado como natural do corpo existe sem a intervenção da cultura (GOELLNER, 2010, p. 73).

Neste sentido, é perceptível o quanto que tais iniciativas dos programas sociais focalizam demandas necessárias, porém, com políticas demasiadamente precárias e parciais, haja visto a quem de fato o Programa Social Mãe Coruja atende.

Ainda segundo consta no relatório socioterritorial, a partir de dados coletados através do CadÚnico, em agosto de 2023, o município de Campos possuía 108.717 famílias cadastradas, totalizando 235.781 pessoas referenciadas, ou seja, cerca de 48% de sua população total, segundo o Censo do IBGE (2022), que é de 483.540

habitantes. Deste montante de famílias e pessoas referenciadas, o CRAS Custodópolis representa 8%, totalizando 8.278 famílias e 18.288 pessoas referenciadas. Destas, 10.486 ou 57% são mulheres e 7.802 ou 43% são homens, conforme consta no relatório, de onde compilamos seus dados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Dados Socioterritoriais da Assistência Social em Campos dos Goytacazes (CadÚnico)

CRAS Custodópolis		*Total dos CRAS analisados no município*
Pessoas referenciadas	18.288 (8%)	235.781 (100%)
Número de crianças e adolescentes	6.574 (36%)	80.598 (34%)
Número de idosos	1.643 (9%)	27.450 (12%)
Número de mulheres referenciadas	10.486 (57%)	135.954 (58%)
Número de homens referenciados	7.802 (43%)	99.827 (42%)
Número de negros e pardos autodeclarados	13.330 (73%)	157.107 (67%)
Número de arranjos monoparentais de chefia feminina	2228 (27%)	27.958 (26%)
Número de pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses (ago. 2023)	3.813 (21%)	53.231 (23%)
Dentre as pessoas que trabalharam, exerceram trabalho informal nos últimos 12 meses (ago. 2023)	1.625 (9%)	29.610 (13%)
Número de famílias extremamente pobres (ago. 2023)	5.747 (69%)	73.081 (67%)

Fonte: Diagnóstico Socioterritorial de Campos dos Goytacazes, ano de referência 2023.

A tabela acima apresentada é uma breve compilação dos dados apresentados pelo relatório socioterritorial da prefeitura de Campos dos Goytacazes,

considerando o CRAS de Custodópolis e seus bairros de abrangência, em relação ao quantitativo total de pessoas referenciadas no CadÚnico do município.

Na tabela acima, há dados expressivos em relação à disposição de gênero dos indivíduos atendidos, assim, conforme descrito no próprio relatório, “a presença feminina se apresentou como maioria no território: 57% das pessoas cadastradas” (CAMPOS, 2023, p. 45). Este dado também reflete quando analisado o principal gênero responsável pela unidade familiar, que é predominantemente feminino: “entre os que se declaram responsável familiar verifica-se a predominância da mulher, representando 76% do total” (Idem, 2023, p. 47). Sobre esses dados, Campos, Cavalcanti e Nascimento (2019, p. 240) argumentam que há uma prerrogativa na PNAS, onde “o CadÚnico recomenda que a pessoa indicada como Responsável pela Unidade Familiar (RF) seja preferencialmente do sexo feminino”, porém que esta determinação reforça papéis sociais de gênero:

> Assim, é fundamental a reflexão que tal prerrogativa, se por um lado, busca promover o exercício da cidadania por mulheres em situação de vulnerabilidade, por outro, tende a reforçar o papel feminino tradicional de cuidadora da família [...] (Idem, 2019, p. 240-241).

Isto posto, os autores problematizam o direcionamento das políticas de assistência em relação ao gênero masculino, pois:

> Dessa forma, pensar sobre o lugar dos homens nas ações da PNAS significa questionar sobre quem seria o sujeito alvo da assistência, já que a Política, ao designar os sujeitos que necessitam de atenção, demarca quem são aqueles reconhecidos como vulneráveis e que serão considerados prioritários para os serviços e benefícios (Ibidem, 2019, p. 241).

Ainda que as políticas sociais tenham avançado em relação ao debate, formulação e acesso à proteção social, há por outro lado, noções e pré-concepções que precisam estar no centro das discussões para sua problematização. Como nesse caso, sobre a discussão dos papéis sociais de gênero e como as políticas sociais podem reforçar ou alterar a dinâmica na relação da família com o Estado, bem como nas relações no próprio seio familiar. Neste caso, é necessário problematizar profundamente sobre como o gênero masculino está sendo tratado (ou não) no âmbito das políticas, desde a sua formulação até a implantação:

> Assim, ser homem é seguir à risca os “códigos de virilidade” secularmente construídos e concebidos como verdades absolutas. Entender a construção social dos gêneros é fundamental para compreendermos os papéis familiares imputados a homens e mulheres. Nossa representação de família está assentada nesta

> visão e nesta divisão entre as esferas pública e privada. Para a mulher, o mundo privado, a família, a casa, o afeto, as práticas do cuidado; já para os homens, o mundo público, o trabalho, as ruas, a razão (BARBOSA; FREITAS, 2014, p. 67).

Outro eixo analítico importante, são os dados contidos na tabela 1 que priorizam na sua coluna esquerda as informações referentes ao CRAS Custodópolis e sua abrangência. Porém, sua cobertura territorial representa apenas uma parte do território de Guarus. Isto posto, reflete-se que do total dos CRAS analisados, 35% das pessoas referenciadas estão situadas na região de Guarus: Codin (9%), Custodópolis (8%), Jardim Carioca (7%) e Parque Guarus (11%). Com exceção de Morro de Coco (5%) e Travessão (6%), que embora estejam à margem esquerda do Paraíba, não são partes de Guarus, 54% das famílias e pessoas cadastradas estão situadas na margem direita do Rio Paraíba do Sul, portanto, a maioria da população atendida pelos CRAS no município. Neste sentido, infere-se o porquê ainda permanece no imaginário social campista a vinculação estigmatizante em relação ao território de Guarus, como sendo composto por áreas violentas, com concentração de pobreza, baixa infraestrutura e uma sensação de medo em simplesmente se atravessar o rio Paraíba do Sul em direção à margem esquerda.

Este questionamento pode ser deslindado a partir de algumas inferências sobre os dados apontados e compilados na tabela 1. Primeiramente há o fator étnico-racial que situa a região de Guarus em um contraste com o município de Campos, no que se refere a concentração de pessoas pretas e pardas autodeclaradas. A abrangência do CRAS Custodópolis, por exemplo, representa 73% das pessoas nele referenciadas autodeclaradas pretas e pardas. Na mesma esteira, outros três CRAS que compõem o território de Guarus, mas que não são analisados profundamente nesta pesquisa, também apresentam dados semelhantes ao de Custodópolis. Como por exemplo o CRAS Codin, com 76% do seu total de pessoas referenciadas; o CRAS Parque Guarus com 72%; e o Jardim Carioca com 65% autodeclaradas pretas e pardas. Em comparação com a média de 67% de pessoas pretas e pardas autodeclaradas referenciadas em todos os CRAS do município de Campos somados. Também pode-se inferir a respeito dos dados de pessoas extremamente pobres, pois:

> No que tange às famílias em situação de pobreza, isto é, aquelas cuja renda per capita é de até R$218,00 a tabela [...] apresenta os

> territórios com maior incidência, sendo estes: CODIN (71%), Ururaí (71%) e Parque Guarus (70%) (CAMPOS, 2023, p. 24).

O CRAS Custodópolis em seu total de famílias referenciadas que estão em situação de pobreza, representa 69%. Assim como os outros CRAS que compõem a região de Guarus apresentam índices semelhantes. A exceção neste caso é o CRAS Jardim Carioca, que dentre os quatro CRAS que estão localizados na região de Guarus, possui o menor índice, sendo 64% de famílias em situação de pobreza, embora seja um número muito alto. Este fato aliado ao dado de autodeclaração de pessoas pretas e pardas representa uma complexidade latente nas características socioterritoriais da cidade de Campos, pois dentro do território de Guarus a região a qual o CRAS Jardim Carioca tem abrangência, configura-se como bairros que sofreram processos históricos de gentrificação ao longo do século XX, com pequenas regiões de classe média. A respeito do conceito de gentrificação, recorre-se a Pereira (2014) para sua definição:

> Esse termo foi empregado pela primeira vez num conhecido estudo da socióloga britânica Ruth Glass (1964), que cunhou tal expressão para caracterizar o início de uma onda de invasão dos mews da área central de Londres, tradicionalmente ocupados por classes trabalhadoras, por novos moradores de classe média e alta. A expressão deriva do substantivo inglês gentry, que designa indivíduos ou grupos "bem nascidos", de "origem nobre". Assim, foi concebida originalmente para fazer referência a um processo de elitização ou de "enobrecimento" de determinados lugares da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares (PEREIRA, 2014, p. 308).

A análise destes dados evidencia que o processo de estigmatização do território de Guarus não se apresenta de maneira homogênea e uniforme. No imaginário social campista, ser residente em um dos bairros da área de abrangência dos CRAS Custodópolis, Codin e Parque Guarus é classificado socialmente com um fator de maior estigmatização negativa, se comparado com os bairros da área de abrangência do CRAS Jardim Carioca. Ou seja, até mesmo em contextos de periferia e de segregação territorial e social há centros de maior ou menor prestígio:

> Em síntese, há uma generalização no senso comum campista que estigmatiza as pessoas que residem em Guarus. Embora, existam subdistritos que possuam certo prestígio tanto para quem é habitante da região de Guarus quanto para outras pessoas que moram em outros bairros à margem direita do Rio Paraíba do Sul como é o caso do Parque Jardim Carioca e uma pequena região dentro do Parque Vicente Dias que inclusive possui um condomínio de “alto padrão”.

> Os empreendimentos imobiliários descritos acima possuem, a nosso ver, como morador deste distrito, a intenção da especulação imobiliária na implementação de um projeto de gentrificação e higienização social dessa microrregião que fica muito próxima ao Parque Vicente Dias já minimamente gentrificado (LUNA, 2019, p. 58).

Ao analisarmos, então, a região de Guarus e sua formação histórica desde o período colonial, podemos concluir brevemente que a origem destes estigmas e símbolos reducionistas em relação ao território e seus habitantes, perpassam elementos de exclusão social pautada, sobretudo, no critério raça e etnia. Considerando, conforme discutido no primeiro tópico deste capítulo, que a região era habitada por indígenas e quilombolas, classificados pela população da então Vila de São Salvador como “selvagens”.

Portanto, as análises apresentadas ao longo deste capítulo, tanto no que se refere aos dados quantitativos apresentados pela Prefeitura de Campos, bem como a contextualização histórica a respeito da formação sociohistórica da cidade, foram realizadas no intuito de fornecer bases para aprofundamento nas discussões seguintes sobre gênero e suas relações com o território.

CAPÍTULO II - PATRIARCADO E SEUS REBATIMENTOS SOCIAIS

2.1 - PATRIARCADO E O CONCEITO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Neste item será abordado a relação entre o debate teórico sobre os conceitos de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005) e de patriarcado (LERNER, 2019). Assim, ao abordar essas questões é necessário então situar a compreensão das categorias intrínsecas e extrínsecas a tal temática.

A primeira delas é a diferenciação entre sexo e gênero, sendo o primeiro relacionado com fatores biológicos e o segundo com dimensão cultural da vida em sociedade. Assim, Lerner (2019) pontua que:

> **Gênero** é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em dada sociedade, em determinada época. Gênero é um conjunto de papéis culturais. [...] Infelizmente, o termo é usado tanto no discurso acadêmico quanto na mídia como alternável com “sexo”. Na verdade, é provável que seu uso público disseminado se deva ao fato de soar mais “refinado” do que a simples palavra “sexo”, com suas conotações “indecentes”. Tal uso é infeliz, porque esconde e mistifica a diferença entre o que é fato biológico - sexo - e o que é criado pela cultura - gênero (LERNER, 2019, p. 289).

Raewyn Connell, em seu livro intitulado “Masculinidades” (2015),apresenta a trajetória histórica à respeito das primeiras tentativas na criação de uma “ciência social da masculinidade centrada na ideia de papel sexual masculino[21]” (Idem, p. 21, tradução nossa).

Esta efervescência sobre os debates de gênero foi mais intensa no final do século XIX, quando ainda persistia a ideia de que as mulheres não poderiam participar das atividades acadêmicas pois “a mente feminina era demasiadamente delicada para lidar com a rigidez acadêmica” (Ibidem, p. 21, tradução nossa). Afirmações e ideias nesse sentido, resultaram em uma onda de trabalhos científicos a fim de refutar tais postulações que eram tidas até então como verdadeiras.

Na metade do século XX, Connell (2015) apresenta que as discussões relacionadas ao “papel sexual” eram até então entendidas como atreladas à ideia de uma espécie de “papel de dramaturgia”, que remonta a década de 1930 em diante. Porém, a autora considera que o conceito de “papel sexual” tem em si algumas lacunas:

---

[21] O livro da autora Raewyn Connell intitulado “*Masculinities*” não há versão traduzida para o português, dessa maneira, as citações diretas serão traduzidas pela autora da pesquisa de dissertação.

> Na maior parte, porém, a primeira geração de teóricos dos papéis sexuais presumia que os papéis eram bem definidos, que a socialização progredia de forma harmoniosa e que a aprendizagem dos papéis sexuais era tida como algo bom. Internalizar os papéis sexuais contribuía para a estabilidade social, a saúde mental e o desempenho das funções sociais necessárias (CONNELL, 2015, p. 23, tradução nossa).

A incorporação no meio acadêmico sobre os debates acerca do feminismo que ascendia nos anos 1970, foi de suma importância para ampliar as discussões relacionadas ao papel social de gênero:

> Mas agora de maneira geral era assumido que o papel sexual feminino era opressivo e que a internalização desse papel era um meio de fixar meninas e mulheres numa posição subordinada. A pesquisa acerca dos papéis tornou-se uma ferramenta política, definindo um problema e sugerindo estratégias para a sua reforma. (Idem, p. 23, tradução nossa).

Com tantos trabalhos relacionados ao problema conceitual do papel sexual colocado para homens e mulheres, muitos trabalhos começaram a se debruçar em tal temática a fim de problematizar a questão. Um dos pontos levantados pela autora é de que, até então, a forma como eram construídos os conceitos e categorias dentro do meio acadêmico, historicamente, sempre tinham como objeto de observação os homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Mas este foco é mudado quando é introduzido na academia os questionamentos e reflexões feitas pelas feministas, nas quais consistiam em também se considerar a história[22] das mulheres.

Com a introdução de discussões mais ampliadas a respeito de papéis de gênero, suas críticas e problematizações, diversos trabalhos inauguraram uma nova forma mais ampliada de se pensar gênero, mais especificamente, a masculinidade. Conforme debatido por Messerschmidt e Connell:

> Ao longo dos anos 1970 houve uma explosão de escritos sobre o "papel masculino", nitidamente criticando as normas sobre papéis como origem do comportamento opressivo dos homens. A crítica à teoria dos papéis forneceu base conceitual para o primeiro movimento de homens antissexistas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243).

[22] Assim como utilizado pela autora Lerner (2019, p. 28), também utilizarei a nomenclatura história como "o passado não registrado, com inicial minúscula, e 'História', o passado registrado e interpretado, com inicial maiúscula".

Nos anos 1980, há então a formulação de um novo conceito, o de masculinidade hegemônica. Criado para se refletir e analisar as masculinidades em conformidade com “as pesquisas na sociologia sobre estruturas de poder, dando centralidade ao grupo dominante” (Idem, 2013, p. 244-245). Integra então a perspectiva de analisar gênero, principalmente as masculinidades, atrelada a um:

> [...] padrão de práticas (*i.e.*, coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (Ibidem, 2013, p. 245).

A categoria “hegemonia” colocada pelos autores é baseada no conceito de Antonio Gramsci. A hegemonia não necessariamente é fruto de uma imposição do masculino somente pela força física, antes disso, busca reforçar padronizações de comportamento esperados a respeito da construção das masculinidades: “a hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). A forma hegemônica de masculinidade não necessariamente será integrada a todos aqueles que performam masculinidades:

> Isso significa que não serão todos os homens que seguirão de forma direta o modelo hegemônico como o patriarcado os impõe, mas ainda assim, indiretamente, esses desfrutarão de seus privilégios de gênero, visto que o ser homem, através da cultura machista, já os coloca numa posição de superioridade frente às mulheres (COSTA, 2022, p. 16).

É importante situar que tal conceito recebeu críticas e até propostas de reformulação e as principais críticas ao conceito eram relacionadas ao uso do termo “masculinidade”, em uma perspectiva de heteronormatividade. Assim como, recebe críticas em torno da ambiguidade e sobreposição sobre qual determinada forma a masculinidade hegemônica se apresentaria. Assim, ao responder esta última, os autores argumentam que:

> [...] a ambiguidade em processos de gênero talvez seja importante de ser reconhecida como um mecanismo de hegemonia. Considere-se

> como uma definição idealizada de masculinidade é constituída em um processo social. Num nível societal mais amplo (ao qual chamaremos de “regional” na continuidade), há uma circulação de modelos de conduta masculina admirável, que são exaltados pelas igrejas, narrados pela mídia de massa ou celebrados pelo Estado. Tais modelos se referem (mas também em vários sentidos as distorcem) às realidades cotidianas da prática social. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 252)

A partir disto, os autores então publicaram em 2005 (traduzido para o português em 2013) um artigo denominado “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” onde se propõem a ampliar as bases para uma maior compreensão de sua definição. Antes desta publicação, a utilização do conceito perpassou por diversos campos do conhecimento, como estudos relacionados à educação; a influência na criminologia; as formas como eram representados os homens na mídia (inclusive em relação ao esporte e nas guerras); nas instituições militares; entre outros muitos usos do conceito.

> Podemos razoavelmente concluir que a análise das múltiplas masculinidades e o conceito de masculinidade hegemônica serviram como quadro para muitos dos esforços das pesquisas em desenvolvimento sobre homens e masculinidade, substituindo a teoria do papel sexual e os modelos categorias da psiquiatria (Idem, 2013, p. 247).

Desta maneira, a masculinidade hegemônica será utilizada, nesta presente pesquisa, no intuito de compreender e analisar as masculinidades apresentadas no campo, visto que o conceito pode ser aplicado em diversas arenas da vida social, e no nosso caso, mais especificamente, na produção de masculinidades em contextos periféricos de uma cidade no interior do estado do Rio de Janeiro. Neste sentido,

> Masculinidades hegemônicas existentes empiricamente podem ser analisadas em três níveis:
> 1. local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de histórias de vida;
> 2. regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas; e 3. global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades e globalização. (Ibidem, 2013, p. 267).

Há certo consenso na área dos estudos de gênero de que há expectativas criadas em torno do gênero que engendram uma forma de ser e de se apresentar na

sociedade que, segundo Akotirene (2022), é cisheteropatriarcal. Este termo é explicado pela autora como:

> O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras[23] aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas. (AKOTIRENE, 2022, p. 118).

Porém, ainda que existam expectativas nas performances de gênero, não necessariamente os indivíduos as seguem, visto que há diversas formas de se experienciar e de construir as masculinidades (VIGOYA, 2018). Desta maneira, Connel e Pearse (2015) entendem que o gênero não é algo fixo:

> Assim, não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero - ou respondemos ao lugar que nos é dado -, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39).

Tendo feito tais considerações, conforme proposto no título deste item, há uma relação direta e intrínseca do conceito de masculinidade hegemônica e o patriarcado. Compreende-se então, segundo a definição de Gerda Lerner (2019) que o descreve e delimita como:

> **Patriarcado**, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas *não* significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos (LERNER, 2019, p. 290).

[23] “O termo “cisgênero” é usado para definir pessoas que se identificam com o gênero que é designado quando nasceram, o qual é associado socialmente ao sexo biológico. Em outras palavras, são pessoas nascidas com pênis que se identificam como homens e pessoas nascidas com vagina que se identificam como mulheres”. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/cis-e-trans-qual-a-diferena-dos-termos/>. Acesso em 02 abr 2025.

Segundo a definição acima, a criação do patriarcado direciona-se à dominação masculina, sendo disseminada desde seus primeiros indícios históricos como algo natural e intrínseco à noção biológica do homem:

> A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2012, p. 33).

Os conceitos de masculinidade hegemônica e patriarcado, este último apresentado pela Lerner (2019), quando relacionados entre si, lançam as bases da compreensão não apenas das relações entre os gêneros mas também nas interações intragênero. A forma como se apresenta a masculinidade hegemônica no imaginário social está em conformidade, com o que está posto atualmente na sociedade, que fundamenta-se pela égide cisheteropatriarcal (AKOTIRENE, 2022). Desta maneira, a masculinidade hegemônica ainda se apresenta como aquela que engendra uma forma mais honrosa e adequada de ser homem, e segundo informações colhidas no campo da pesquisa, demonstra-se como o homem que é cisheteropatriarcal, se identifica e é identificado por outros como um homem trabalhador e que professa alguma religião cristã.

Sendo assim, os homens que engendram sua masculinidade mais aproximada ou mais distante do que está posto por esta hegemonia consolidada são assim, rotulados e sutilmente hierarquizados nas relações e práticas sociais cotidianas. Assim,

> Connell ressalta a existência de relações de subordinação intragênero, como no grupo de homens, onde os heterossexuais se adequam ao modelo dominante e os homossexuais fazem parte do modelo de subordinação. Mas este não é o exemplo único, já que homens heterossexuais também podem ser excluídos dependendo da posição social e econômica que ocupam. Desse modo, Connell aponta que o simbólico, na masculinidade subordinada, se aproxima ao simbólico da feminilidade (CONNELL, 1995, p. 79 *apud*. SOUZA, 2009, p. 126).

Visto que o campo analisado é um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), já impõe para os homens que adentram neste equipamento para a requisição de algum direito no âmbito da assistência como um marco social, econômico e de gênero. Assim como o CRAS também pode ser compreendido pelo imaginário social como um espaço majoritariamente feminino, ou seja, classificado no senso comum como um espaço inadequado para os homens.

Campos, Cavalcanti e Nascimento (2019) analisam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e sua relação com o acesso aos homens a políticas sociais e afirmam que o gênero masculino é pouco abordado pela PNAS, visto que a esmagadora maioria dos programas sociais “organizam-se a partir de uma perspectiva pautada em papéis tradicionais” (Idem, 2019, p. 240). Os autores ainda abordam que as medidas necessárias para inserção das famílias em programas sociais elegem a mulher como principal responsável pelo benefício concedido e pelo cuidado de sua família, sem conceder as devidas responsabilidades e integração para com os homens.

> Ao preconizar a família como núcleo central na operacionalização da PNAS, atribui-se à mulher-mãe a responsabilidade tradicional do cuidado e do cumprimento dos critérios dos programas sociais existentes. E pouco tem sido feito para superar o esvaziamento da presença masculina nos serviços da rede socioassistencial, a exemplo do PBF (Programa Bolsa Família) (Ibidem, 2019, p. 247).

Esses debates são importantes de ser integrados, pois, compreende-se que estes homens são preconizados ou estigmatizados pelo lugar onde moram, pelas oportunidades de trabalhos que não têm acesso devido ao estigma, etarismo, cor/raça ou problemas de saúde, como também pelas próprias políticas governamentais que reforçam a ideia de que “homem não precisa de assistência”.

> O silêncio sobre esses homens que se encontram em situação de vulnerabilidade social pode reforçar traços impostos pelo padrão cultural hegemônico que demarcam concepções referentes à masculinidade (homens não são confiáveis, não se responsabilizam pelo cuidado com a família e não sabem gerenciar o recurso oferecido pelo programa em prol da satisfação familiar). Em outras palavras, é imprescindível reconhecer a dimensão relacional do gênero que possibilita desconstruir, principalmente, argumentos culpabilizantes sobre o masculino que demarcam o discurso de parte das discussões em torno das relações de gênero e que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas (PORTELA; MEDRADO; MELO; SOUZA, 2004). (CAMPOS; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2019, p. 248).

Outro ponto a se destacar, baseado nos autores, quando realizadas as entrevistas com os homens no CRAS, sobre quais eram as suas principais demandas que impulsionaram a procurar o equipamento, a maioria das respostas, de maneira imediata, foi relacionada ao desemprego. Porém, no decorrer das entrevistas, em que pude estabelecer uma conversa aberta e mais informal com os entrevistados, fica claro que as demandas eram de maneira mais individualizada, ou

seja, sua procura pelo CRAS relaciona-se com sua própria subsistência. Visto que os três homens (com exceção de Carlos e Guilherme) que responderam “desemprego” moravam sozinhos ou com as suas respectivas mães, já idosas e aposentadas, que por sua vez não são dependentes economicamente dos filhos. Estes relatos chamam a atenção, pois na observação participante pode-se perceber que as mulheres que ali esperavam por atendimento demandam questões relacionadas a família, seja com os filhos, sobrinhos ou com suas mães idosas.

É possível, então, relacionar o que preconiza a masculinidade hegemônica: por ser uma normativa de gênero, ela apresenta uma forma mais honrosa do ser homem, com o que está disposto na PNAS, em que compreende o lugar social do homem na família, direta ou indiretamente. Estas concepções reforçam uma certa focalização em um papel social tradicional de homem, consolidando um sentido de que este homem, que depende da assistência social, está em um estado de certo fracasso simbólico e social. Assim,

> [...] é indispensável colocar na ordem do dia a análise crítica da PNAS e do PBF, em volta do qual se articulam os significados sociais da masculinidade e da feminilidade que influenciam diretamente quem serão os sujeitos atendidos pelas ações socioassistenciais (CAMPOS; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2019, p. 252).

Assim como do ponto de vista sociológico é importante problematizar a noção de suposta inerência do patriarcado em relação aos homens. Contudo, embora este sistema social que engendra padrões de comportamento a estes homens acabe por fornecê-los elementos que reforçam diversos privilégios e acessos, também contribui para que os homens sejam posicionados em subsistemas de classificação hierárquicos.

Desta forma, o patriarcado é algo extrínseco aos homens, socialmente construído, pois está presente no aspecto cultural e educacional, e é apreendido e internalizado ao longo da vida. Para tanto, adotamos a concepção bourdieusiana (BOURDIEU, 1989; 2005), abordada na próxima sessão, a fim de analisar os aspectos extrínsecos que condicionam as mais diversas formas de masculinidades e suas classificações a partir dos conceitos de patriarcado, masculinidade hegemônica e dominação masculina.

2.2 - HOMENS E ACESSO AOS CRAS: A “EROSÃO” SIMBÓLICA DO SER MASCULINO

A partir de uma metodologia sociológica bourdieusiana pautada na dúvida radical metódica, que se propõe a analisar a realidade social não como algo dado, mas sim construído social e historicamente, analisaremos então a construção das masculinidades a partir da noção de que problemas e conceitos devem ser construídos, a fim de se compreender as dinâmicas sociais que se estabelecem no campo da pesquisa. Para isso, cabe compreender a partir de uma perspectiva funcional, como que se estrutura um poder simbólico na vida cotidiana, nos mais diversos campos, consolidando diversos *habitus*, entrelaçados diretamente com uma noção flexível, derivada funcionalmente de uma economia de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2005).

Pierre Bourdieu, (1989) ao analisar a estrutura dos campos em sua teoria sociológica, afirma que estes são estruturados pelo poder simbólico, além de possuírem uma flexibilidade e volatilidade, semelhante à hierarquia social e econômica, de onde deriva o conceito de capitais simbólicos, postos em jogo nas relações sociais a fim de reproduzir e legitimar diversas distinções sociais:

> Não há posição no sistema de produção e circulação de bens simbólicos (e, em geral, na estrutura social) que não envolva um tipo determinado de tomadas de posição e que não exclua todo um repertório das tomadas de posição ou, se inviáveis, se tornem objeto de proibições ou prescrições explícitas. A lei que rege a relação entre as estruturas objetivas do campo (em particular, a hierarquia objetiva dos degraus de consagração) e as práticas por intermédio do *habitus* – princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio – são apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática, segundo a qual as aspirações subjetivas tendem a se ajustar às oportunidades objetivas (SILVA, FERREIRA, 2023, p. 9).

Embora se legitimem na realidade social de modo autônomo, e se imponham a partir de critérios de competência e mérito enquanto uma credencial, tais imposições se consolidam a partir de violências simbólicas, que promovem o papel de classificação e seleção dos sujeitos às classes sociais em sua hierarquizada estratificação, a partir do maior ou menor acúmulo destes capitais. Estas violências também são cometidas pelos agentes que incorporam os símbolos e signos à sua prática social e reproduzem seus preceitos, que reproduz, assim, as relações sociais e as desigualdades:

> O *habitus* é um conceito central na teoria do campo social de Bourdieu, pois nos ajuda a compreender como os agentes se movem dentro desse campo, ou seja, como o manobram. *Habitus*, então, é o

> elemento que vincula o mundo subjetivo ao mundo objetivo. Ele é um modo de ação e de pensar originado da posição do(a) agente dentro do campo. Esse conceito abarca as margens de manobra, pois o(a) agente aprende as regras da instituição, ou seja, o que é esperado dele(a). O(A) agente internaliza as pautas e as regras específicas das instituições dadas pelas condições objetivas, não sendo mera peça estática do processo. O(A) agente aprende também a se movimentar em relação ao que dele(a) se espera, inclusive, no sentido das relações de gênero que serão estabelecidas, quanto a comportamentos, atitudes (...) (SILVA, FERREIRA, 2023, p. 12).

O poder simbólico, tal como propõe Bourdieu (1989), se apresenta como um contraponto ao que Karl Marx designa como ideologia. Neste sentido, Bourdieu afirma que estas ideologias se apresentam na realidade social não como um mero falseamento da realidade a despeito da dominação material da burguesia aos proletários, ou em outras palavras, como um reflexo que distorcia a real compreensão destas relações. Mais do que isso, o poder simbólico é uma construção da realidade concreta:

> O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências' (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Neste âmbito, Bourdieu afirma que os critérios da objetividade para a ciência social, bem como os aspectos metodológicos e instrumentais, conseguem estabelecer um contraponto de entendimento deste contexto, até mesmo da sua superação. O autor propõe então o conceito de poder simbólico para dar conta de compreender objetivamente a realidade social e seus arranjos diversos, variáveis no tempo e no espaço. Assim, o poder simbólico está presente e consolidado nos sistemas simbólicos, que de modo análogo à teoria marxiana, compreende as superestruturas ideológicas e simbólicas, que compõem o tecido social. Dispostos nas diferentes sociedades e suas culturas, tais sistemas reproduzem os antagonismos que reagem nos indivíduos a partir do *habitus*.

Desta forma, compreende-se aqui nesta pesquisa o patriarcado como um poder simbólico constituído historicamente e que, embora tenha sido obra de agentes culturais portadores de grandes volumes de capitais culturais e simbólicos na antiguidade, este poder consolida-se de maneira autônoma e passa a instituir

valores, classificações hierárquicas e dissemina diversas violências simbólicas da mesma forma que constrói a realidade e reproduz na vida cotidiana múltiplas ideologias e corporifica *habitus* diversos, inclusive de gênero (SILVA, FERREIRA, 2023), dinâmicos e variáveis segundo cada contexto social.

Tal arranjo conceitual corresponde, em linhas gerais, para Bourdieu um ponto de partida próprio da sociologia. A relação entre os campos e os sistemas simbólicos se dá a partir do ponto em que, os sistemas simbólicos são estruturas estruturantes que fundamentam os campos, produzindo e reproduzindo historicamente as padronizações e hierarquizações sociais, daquilo que é classificado como certo ou errado, verdadeiro ou falso:

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados' (BOURDIEU, 1989, p.11).

Assim, compreendendo o poder simbólico como produtor dos sistemas simbólicos, que por sua vez consolidam os campos e seu regramento interno e disseminam diferentes *habitus* dos sujeitos, infere-se então que o poder simbólico é um poder de construção da realidade concreta.

Por *habitus,* Bourdieu (1989; 2005) entende a corporificação e internalização do próprio poder simbólico no âmbito da subjetividade do sujeito, em que o agente não é meramente uma peça na estrutura social, mas sim um operador na construção de objetos e, portanto, de ser influente nesta estrutura, ao mesmo passo em que é também afetado pela estrutura, pois reproduz a violência simbólica ao replicar de modo incorporado em sua subjetividade os valores e preceitos das classes dominantes em seu cotidiano, trata-se então de:

> [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983b, p. 65)

Portanto, o *habitus* não é imutável, embora sofra por influências conscientes e inconscientes das regras dos campos, suas ideologias arbitrárias, da coerção mútua dos próprios agentes assim como na crença de sua legitimidade social:

> O habitus é uma estrutura aberta, pois (para ao autor, os agentes podem se utilizar de estratégias inconscientes engendradas pelo habitus) pode engendrar estratégias inconscientes ou semiconscientes, que podem ser produzidas em resposta a uma situação estruturada, segundo os esquemas constitutivos do habitus (SILVA, FERREIRA, 2023, p. 9).

Deste modo, Bourdieu (idem; ibidem) afirma que não cabe à sociologia replicar a noção marxiana de influência inexorável do coletivo ao indivíduo, nem considerar somente o aspecto individualista metodológico weberiano que afirma o papel protagonista da ação social sobre o âmbito cultural. Tampouco compreender a realidade a partir de tipos ideais, pois tipos ideais são variáveis no tempo e podem se desfazer ou não fazer sentido analítico em uma perspectiva histórica. À sociologia bourdieusiana compete então entender essa dinâmica entre a influência das estruturas sociais estruturadas na realidade sobre os sujeitos. Ao mesmo tempo que se deve compreender o papel destes agentes na produção e reprodução destas estruturas, deve-se também definir seu lugar social, ou seja, o seu posicionamento de maior ou menor influência a partir dos diferentes acúmulos dos capitais simbólicos: culturais, sociais e econômicos.

Compreende-se aqui então o método proposto por Bourdieu a partir do que se convém chamar de pensamento relacional, ou seja, que busca pôr em análise as diferentes influências destes campos e suas regras a respeito dos distintos poderes simbólicos, assim como os processos históricos e sociológicos de composição destes poderes, comparando com os diferentes campos existentes:

> Dito de outra forma, conforme Pierre Bourdieu, a ordem social é também uma ordem dos corpos. Assim, cabe considerar o princípio da teoria do conhecimento social, segundo o qual as condições objetivas determinam as práticas e os limites mesmo da experiência que o indivíduo pode ter de suas práticas e das condições que as determinam. Nessa lógica, não é a condição de classe que determina o indivíduo, mas o agente que se autodetermina a partir da tomada de consciência, parcial ou total, da verdade objetiva de sua situação de classe (e por que não de gênero?) (SILVA, FERREIRA, 2023, p. 11).

Bourdieu (2005) chama de primeira síntese as produções e reproduções simbólicas como instrumentos de dominação e de segunda síntese as funções políticas de dominação e legitimação dos sistemas simbólicos:

> Os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante porque são estruturados, e um poder de imposição simbólica, de extorsão da crença porque não são constituídos ao acaso. [...] Não é possível compreender a existência de uma ordem simbólica e de uma ordem social, e os efeitos de dominação que se exercem pela imposição dessa ordem simbólica, a não ser que se recorra simultaneamente às tradições neokantianas e às tradições estruturalistas para explicar o fato de que as estruturas cognitivas que aplicamos ao mundo social, e que lhe são ajustadas, são tanto construtivas como coerentes, de uma coerência histórica, ligada a uma tradição de Estado (BOURDIEU, 2014, p. 234 - 235).

Para o autor, os sistemas simbólicos também se consolidam como estruturas estruturadas de comunicação, isto é, linguagens diversas, e de modo simultâneo, como estruturas estruturadas de conhecimento:

> A cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU,1989, p. 11).

Com isso, Bourdieu estabelece uma potente crítica ao marxismo e sua teoria a respeito das classes sociais que se consolidam a partir de um obscurecimento das relações sociais antagônicas a partir do falseamento ideológico da realidade. Para o autor, não há separação entre infraestrutura e superestrutura, mas sim uma relação direta e interdependente entre ambas, onde a hierarquização da sociedade é vinculada diretamente à reprodução social das desigualdades. Ao passo que esta hierarquização se reproduz a si mesma de modo autônomo, a reprodução social depende de um jogo simbólico de regras e linguagens inerentemente contidas nas relações humanas e culturais.

Sendo assim, o autor afirma que não compete à sociologia a busca de definições ancoradas em pressupostos que fujam à sua compreensão objetiva e metodológica, como por exemplo “luta de classes”. Cabe, sim, entender como se dispõem os campos de forças simbólicas dispostos na complexa realidade social, pois é dentro destes campos que se estabelecem as disputas pela definição e ordenamento social e cultural.

O gênero como já apresentado representa uma construção social e histórica que se reproduz cotidianamente nas relações sociais. O ser masculino ou feminino é construído tanto por operações estabelecidas na cultura e educação, influenciando os indivíduos a se constituírem em seus *habitus* a partir de parâmetros definidos e esperados destes sujeitos, como também se constituem através da ação consciente ou não dos agentes individuais, que se moldam ao sabor do seu contexto social e possibilidades de construção disponíveis segundo os recursos e elementos simbólicos a que têm acesso, pois trata-se do:

> Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da "situação", o habitus não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do habitus, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o habitus define a percepção da situação que o determina (BOURDIEU, 1983a, p. 106).

Por se tratar de um espaço mormente frequentado por mulheres, que inclusive são preferencialmente escolhidas para serem a responsável pela unidade familiar conforme disposto na PNAS (CAMPOS; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2019), e ainda, devido ao fato de que a profissão de assistente social ser eminentemente ocupada em sua maioria por mulheres, como o próprio campo evidencia. Tal percepção alinha-se com os dados nacionais, pois, segundo o Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no período de 2016 a 2019, demonstrou que:

> Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. "Outras expressões de Gênero", diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10% (BRASIL, 2022, p. 23).

Desta forma, o espaço do CRAS se mostra para o homem como um local de presença majoritariamente feminina, seja por parte das profissionais da assistência, seja pelo público de usuárias. Ao analisar a chegada destes homens no espaço público do CRAS é possível identificar que estes procuram se integrar ao ambiente e interagem com outros homens e mulheres. Embora aparentemente não haja nenhum conflito perceptível neste momento, quando estes homens foram entrevistados,

alguns aspectos sobre suas masculinidades puderam ser expostos por eles mesmos com base em suas respostas, no sentido de que este local, seja institucional e/ou social, também afeta a sua percepção de masculinidade[24].

A vida social é permeada por múltiplas interações e afetos, neste sentido, é possível afirmar com base nas teorias de gênero, masculinidade e na sociologia bourdieusiana que coexistem diversos *habitus* e maneiras de ser e agir socialmente. No âmbito da pesquisa, é notável que a noção nativa de "homem trabalhador" se mescla ao *habitus* de gênero profundamente matizada com as cores de uma masculinidade hegemônica no jogo das relações sociais, onde para o homem é fundamental ser visto socialmente como digno e íntegro:

> A 'situação' é, de certa maneira, a condição que permite a realização do habitus. Quando as condições objetivas da realização não são dadas, o habitus, contrariado, e de forma contínua, pela situação, pode ser o lugar de forças explosivas (ressentimento) que podem esperar (ou melhor, espreitar) a ocasião para se exercerem, e que se exprimem no momento em que as condições objetivas se apresentam. [...] Em suma, em reação ao mecanismo instantaneísta, somos levados a insistir sobre as capacidades 'assimiladoras' do habitus; mas o habitus é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical (BOURDIEU, 1983a, p. 106).

Com base nas entrevistas concedidas, esta noção de dignidade e integridade é perpassada pelas concepções em que: se ter um trabalho formal ou informal, ser hétero, afirmar uma autonomia simbólica mediante seus pares homens e outros e, ao mesmo tempo, não depender do Estado ou de qualquer outra instituição para a satisfação das suas necessidades, são basilares na formação de um homem digno e honrado. Contudo, o homem que procura o CRAS está, ainda que temporariamente, em uma condição de violação destas condições que solidificam seu *habitus* de gênero hétero-normativo, pois depender do Estado, supostamente, o coloca em uma posição de subalternização, e consequentemente este homem sofre em seu *habitus* uma erosão simbólica desta representação do ser masculino em sua auto-imagem, aliada à uma disposição hegemônica e ideologicamente constituída.

Esta é uma moralidade (PARK, 1948) constituída que é identificada no campo da pesquisa, isto é, na região dos bairros de abrangência do CRAS, em que ser um homem trabalhador é cumprir com os requisitos morais que classificam os homens

[24] A análise das entrevistas se aprofundará no capítulo três deste trabalho.

como portadores de *status* social que os qualificam como dignos, mas mais ainda, cumpre com as expectativas sociais que se esperam dos homens hétero-normativos, consolidadas pelo patriarcado. Esta moralidade cumpre também o papel de diferenciar estes homens do estigma atribuído a região de Guarus, em que ser trabalhador é um fator de distinção positiva no senso comum campista em relação aos moradores do distrito.

Estas expectativas sociais em relação ao gênero masculino hegemônico hétero-normativo são promovidas, segundo Bourdieu, por meio dos especialistas produtores simbólicos, que acabam por prestar um serviço oculto e dissimulado, embora que nem sempre intencional, à manutenção da hierarquização social. Produzem e reproduzem ideologias duplamente determinadas, em primeiro lugar pelas classes dominantes que são fiadoras simbólicas e econômicas das produções culturais e, em segundo lugar, a partir também dos interesses destes especialistas. Ademais, estas expectativas são correspondentes ao ideário capitalista que atribui ao homem o papel de autossuficiência simbólica e material, moralidade condicionada ao trabalho produtivo, assim como a necessidade de imposição de sua autonomia através da exibição de atributos masculinos hétero-normativos. Neste ponto, o capitalismo e o patriarcado aparecem, desde a emergência deste sistema econômico, como intimamente ligados e mutuamente dependentes um do outro.

As ideologias produzidas pelos produtores simbólicos contribuem tanto no apaziguamento dos conflitos inerentes às desigualdades, conformando a elas aparente normalidade. Da mesma maneira, legitima as violências simbólicas a fim de coibir dissidências à esta hierarquização. Este processo também ocorre com a consolidação do *habitus* de gênero (SILVA, FERREIRA, 2023) pautado na masculinidade hegemônica, percebido no campo como um elemento presente na subjetividade dos homens entrevistados, que vivenciam processos de violências simbólicas, seja pelo gênero, pela cor/raça, local de moradia, idade, ausência de vínculo empregatício, entre outras vulnerabilidades que culminam na erosão de suas masculinidades (BOURDIEU, 2012).

Neste ponto, ocorre o processo de conversão do capital cultural em poder simbólico, pois, este último, uma vez criado e reproduzido histórica e socialmente ao longo do tempo, se desprende da formulação dos especialistas e passa a convergir e operar em sua própria lógica autônoma, passa a ter suas regras e mecanismos de

controle e exclusão social próprios a partir das diferentes formas de violência simbólica (BOURDIEU, 1989; 2005).

A partir deste panorama que a sociologia bourdieusiana estabelece na tentativa de entender as condicionantes sociais das produções culturais, os interesses específicos dos seus agentes, propondo modelos explicativos baseados na compreensão dos processos de transfiguração e dissimulação que camuflam as violências simbólicas nas relações sociais em seus diferentes campos, a fim de produzir e reproduzir os poderes simbólicos, na realidade social.

Desta maneira, Bourdieu traça os parâmetros práticos de operação dos agentes a serviço das classes dominantes e seus interesses, sobretudo, a partir da cultura, através principalmente da arte e da educação, dos artistas em suas mais diversas funções, bem como os profissionais da educação, também em sua multiplicidade profissional. Em todo caso, independentemente das ideologias a que se filiam, estes especialistas tendem a colocar o capital cultural como o principal elemento que consolida, supostamente, uma melhor posição social, a partir da crença de que, quanto maior o acúmulo deste capital cultural, melhor posicionado socialmente na estrutura do campo o indivíduo supostamente estará.

No entanto, o capital simbólico não se restringe apenas ao acúmulo de conhecimentos acadêmicos ou diplomas, mas também corresponde à abundância de atributos sociais e a afirmação destes símbolos na vida cotidiana como elemento de prestígio social. A despeito da presente pesquisa, que analisa se e como o contexto social influenciam na construção de masculinidades, é possível notar que o aspecto local em sua ampla heterogeneidade tem uma vinculação direta com parâmetros globais que visam à uma classificação hierárquica de homens com mais prestígio que outros.

Deste modo, os homens que buscam o CRAS demonstram vivenciar uma perda deste prestígio socialmente atribuído e sentem-se afetados pelo simples fato de buscarem seus direitos sociais, justamente por estarem em condição de distância dos atributos socialmente esperados dos homens hétero-normativos em uma sociedade capitalista como a nossa. Atrela-se ao fator endógeno do campo a respeito da noção de “trabalhador”, onde possuir vínculo empregatício formal ou autônomo produz localmente uma distinção positiva.

Este afetamento não está desvinculado do que o ideário capitalista afirma aos papéis de gênero segundo sua normatividade arbitrária e classificatória. Da mesma

forma, este ideário cumpre um papel de servidão às classes dominantes, que são postas então em evidência, no sentido de que elas dispõem do poder simbólico tanto de acumulação, quanto de distribuição dos capitais simbólicos, ao mesmo tempo em que se colocam no âmbito da reprodução social, na luta pela manutenção do poder desta acumulação e distribuição dos capitais simbólicos. De modo simultâneo, a existência de homens em posição de desemprego é necessária para a reprodução e existência do capitalismo.

Neste sentido, o processo histórico de ascensão social das classes dominantes e sua dominação, ocorrido a partir do fim do feudalismo e surgimento do capitalismo industrial, se perpetua, segundo Bourdieu, a partir da influência cultural destas classes dominantes sobre os produtores simbólicos, entre estes inclui-se também os produtores de *habitus* de gênero.

A masculinidade hegemônica se apresenta como uma das expressões do poder simbólico patriarcal e que se vincula também de maneira simbólica ao mundo do trabalho e sua cultura, no sentido de que, possuir um trabalho confere ao homem cisheteropatriarcal (AKOTIRENE, 2019) um *status* de totalidade que o integra, fornecendo-lhe um acúmulo maior de honra e moralidade entre os seus pares. Porém, no CRAS esta lógica hegemônica se inverte, pois o perfil de homem observado durante o campo da pesquisa, não está ativo em um mercado de trabalho formal, nem sequer informal.

Neste sentido, ocorre uma dinâmica de deslocamento simbólico deste indivíduo no âmbito de uma hierarquização através do *habitus* de gênero, pois este se distancia do ideal hegemônico do masculino, isto é, torna-se, ainda que temporariamente um homem incompleto ou em falta. Ao passo que o seu *habitus* de gênero e, com efeito, sua performance também são afetados por esta condição, ocorrendo um processo de erosão da sua auto-imagem vinculada à ideação do ser homem a partir da masculinidade hegemônica, que instrui um modelo normativo de masculinidade, que aliada ao patriarcado, impõe uma forma de ser homem que é supostamente a mais honrosa.

Silva e Ferreira (2023), ao se debruçarem na teoria bourdieusiana, buscam destrinchar os meandros pelos quais a educação pode tanto legitimar padrões e *habitus* de gênero e de comportamento, como também propor alternativas na problematização destas estruturas consolidadas em diferentes contextos e matizes com vistas a superação destes mecanismos culturais, simbólicos e ideológicos de

controle social e hierarquização. Contudo, para além do sistema de educação formal público ou privado é consenso para as ciências sociais que os indivíduos circulam em diferentes campos e espaços legitimados de socialização. Estes podem ser a família, a religião, grupos de lazer, cultura e convivência, entre outros, bem como nestes aprendem e reproduzem de modo informal e não-formal múltiplos padrões de comportamento, incorporando-os à sua prática social cotidiana, modificando pré-noções constituídas, estabelecendo novas visões de mundo e consensos.

Portanto, a partir do que se propõe nesta pesquisa e seu recorte, analisar o contexto específico de Custodópolis a fim de identificar os elementos sociais e simbólicos que condicionam diversas masculinidades e seus efeitos a partir deste contexto é uma tarefa essencial de um pesquisa sociológica de gênero e das masculinidades, considerando a discussão histórica elencada no capítulo primeiro deste trabalho a respeito das características e estigmas que a região sofre no contexto de Campos dos Goytacazes.

No capítulo seguinte procura-se analisar os dados empíricos coletados através das observações dos homens usuários e suas dinâmicas no cotidiano de atendimento do CRAS, bem como das entrevistas realizadas junto aos cinco homens, a partir da discussão teórica escolhida na construção deste objeto de análise.

CAPÍTULO III - CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS

3.1 - A DINÂMICA DOS HOMENS NOS CRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Imagem 4 - Fachada do Centro de Referência de Assistência Social Custodópolis (CRAS Custodópolis)



CRAS Custodópolis. Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/local/place/fid/0xbdd51c616c363f:0x776687d59789b050/photosphere?iu=https://streetviewpixels-pa.googleapis.com/v1/thumbnail?panoid%3Dembfx3yj3U3dBrXdohTFmw%26cb_client%3Dlu.gallery.gps%26w%3D160%26h%3D106%26yaw%3D213.10031%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100&ik=CAISFmVtYmZ4M3lqM1UzZEJyWGRvaFRGbXc%3D>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Imagem 5 - Lateral direita do Centro de Referência de Assistência Social Custodópolis (CRAS Custodópolis)



Fonte: Imagens Maps. Disponível em: <https://www.google.com/local/place/fid/0xbdd51c616c363f:0x776687d59789b050/photosphere?iu=https://streetviewpixels-pa.googleapis.com/v1/thumbnail?panoid%3Dembfx3yj3U3dBrXdohTFmw%26cb_client%3Dlu.gallery.gps%26w%3D160%26h%3D106%26yaw%3D213.10031%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100&ik=CAISFmVtYmZ4M3lqM1UzZEJyWGRvaFRGbXc%3D>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Para iniciarmos este item, retomo os primeiros contatos com o equipamento da assistência social. O primeiro dia foi para conhecer a instituição e a coordenação visto que teria que me apresentar como pesquisadora. Ao virar a pracinha de Custodópolis, já na esquina da rua era possível observar a fila que havia se formado no muro do CRAS que ainda se encontrava fechado. Ao abrir, pontualmente às 8 horas da manhã, o funcionário do gênero masculino que estava responsável no dia realizava uma triagem com os usuários para entender quem estava agendado e quem poderia ser atendido naquele dia em específico. Cada dia da semana corresponde a um tipo de atendimento no CRAS, sendo assim, os dias aos quais estive no local foram em sua grande maioria, o dia da acolhida, que se configura no dia reservado para acolher os usuários em seu primeiro atendimento. A acolhida começa com uma reunião em que a assistente social responsável explica quais são os programas sociais federais, estaduais e municipais disponíveis e quais são as suas respectivas condicionalidades.

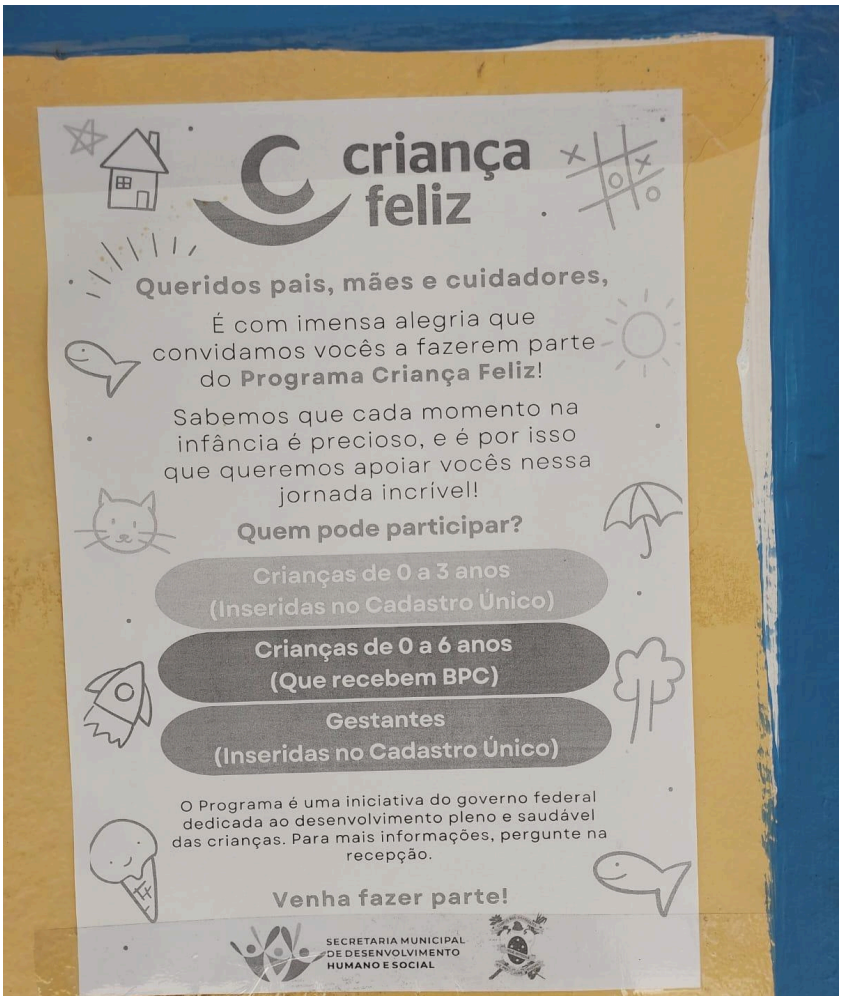
Neste primeiro momento, pude notar que na fila havia apenas três homens negros aguardando, em um universo de 16 mulheres, entre brancas, pardas e negras, incluída a profissional de Serviço Social responsável, de cor branca. Outro ponto de destaque foi a apresentação dos programas oferecidos pelos CRAS: Programa Bolsa Família, Auxílio Funeral, Auxílio Moradia, Inclusão na Baixa Renda da Luz Elétrica, Criança Feliz[25], Distribuição de Cestas Básicas, inclusão de famílias no Programa Municipal Cartão Goitacá[26], inclusão no Benefício de Prestação

[25] Programa social com incentivo federal em que disponibiliza uma equipe em cada CRAS para a realização de visitas semanais para membros das famílias compostas por gestantes, crianças de 0 a 3 anos e/ou para crianças com deficiências. Assim, tais visitas tem como objetivo garantir o desenvolvimento saudável da gestante e da gestação, como também das crianças, fornecendo quando necessário encaminhamentos referentes à saúde e até mesmo confecção de brinquedos, vide a situação de vulnerabilidade econômica da família.

[26] "O programa de transferência de renda, Cartão Goitacá tem o objetivo de enfrentar a fome, a extrema pobreza e pobreza e outras formas de privação das famílias, bem como promover a autonomia das famílias beneficiárias na gestão do benefício." Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/cartao-goitaca/>. Acesso em 02 abr 2025.

Continuada (BPC)[27], Programa Kit Mãe Coruja[28] e a disponibilização do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), para crianças de 6 a 14 anos e para idosos também.

Imagem 6 - Folheto contendo informações sobre o Programa Criança Feliz. Este informativo estava colado em um mural de recados nas dependências do CRAS

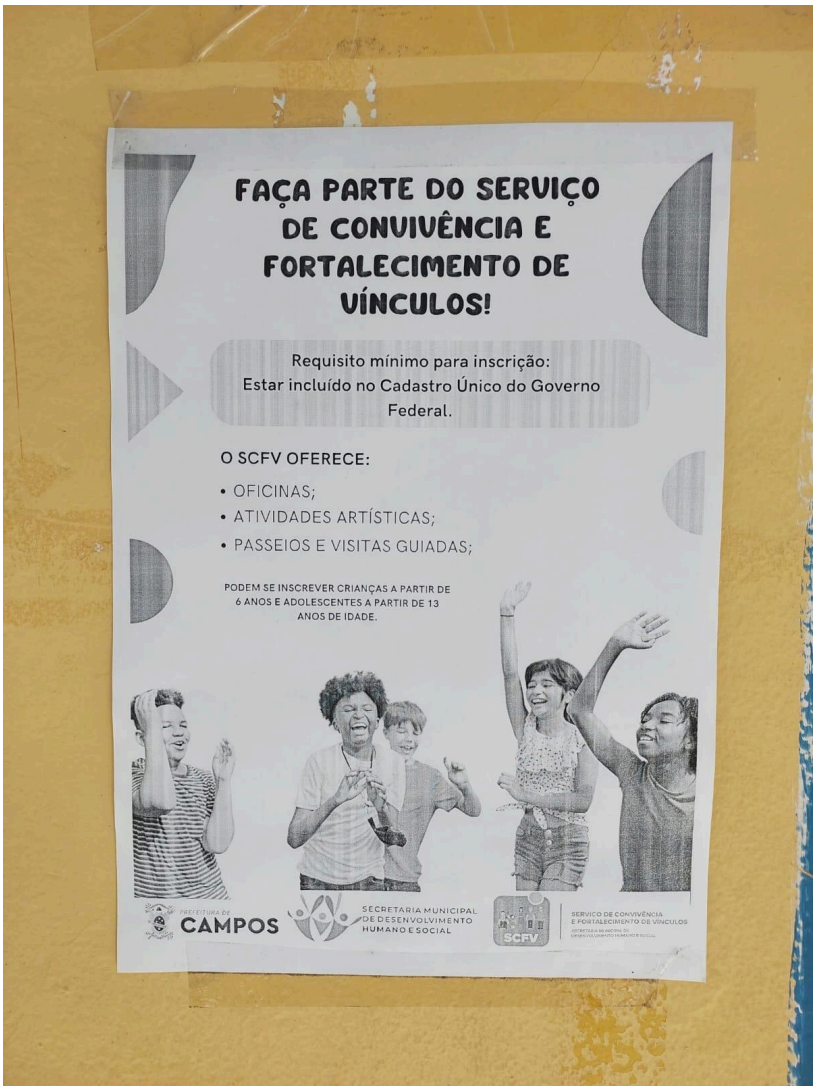


Fonte: Acervo pessoal.

[27] Para receber tal benefício é necessário que a pessoa tenha mais de 65 anos, sem renda comprovada ou com problemas de saúde crônicos ou com qualquer tipo de deficiência que incapacite de realizar trabalhos.

[28] "O Mãe Coruja é destinado a recém-nascidos, filhos de mães em situação de vulnerabilidade que receberão um enxoval incluindo itens como roupas e materiais para higiene do bebê." Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2022/03/17/projeto-mae-coruja-vai-beneficiar-gestantes-com-a-entrega-de-200-kits-enxoval-por-mes-em-campos-no-rj.ghtml> Acesso em: 02 abr. 2025.

Imagem 7 - Folheto com informações a respeito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)



Fonte: Acervo Pessoal.

Durante toda a exposição da assistente social, responsável neste primeiro contato com os usuários, era comum apresentar exemplos relativos à vida cotidiana de ser habitante da cidade de Campos dos Goytacazes. Essas exposições, em minha percepção como pesquisadora, transformaram esse atendimento coletivo em uma aproximação mais humanizada, no sentido de que a profissional catalisou as tensões próprias de uma instituição como o CRAS, que são corporificadas na tensão da fila de espera e de uma certa competitividade latente entre os usuários sobre quem será atendido primeiro. Assim, a profissional proporcionou um lugar de acolhimento, e não como uma reunião protocolar processual. Esse movimento de contar histórias de amigos e familiares, além de expor contextos que são próprios de

Guarus, propiciou uma dinâmica mais fluida nesta reunião em específico. É notável a mudança de como as pessoas que ali estavam reagiram a essa abordagem: da tensão coletiva em estar com a documentação correta para a triagem da inclusão do CADúnico para a consciência de que todos os que ali estavam eram sujeitos de direitos e que não precisaria haver competição ou julgamentos, visto que os programas sociais são destinados para aqueles que precisam.

Ao terminar a reunião, todos foram organizados em ordem de chegada para serem chamados para os atendimentos específicos com os agentes responsáveis pela inclusão dos usuários ao CADúnico. Nesta reunião, os homens que estavam aguardando eram todos idosos[29], e se apresentaram na triagem com demandas individuais de atendimento, seja por questões de saúde que afetam a procura por emprego, seja para a inclusão em benefícios como o recebimento de cestas básicas ou até mesmo para o pedido de inclusão ao BPC. Aparentemente, encontravam-se incluídos junto ao público feminino não apenas na interação social com as mulheres - em número muito maior que o de homens - que ali estavam, mas também no espaço físico do CRAS, não havendo separação espacial de homens e mulheres neste caso.

As conversas neste grupo de homens e mulheres versavam em dois assuntos principais: morte e/ou violência. A pequena televisão do CRAS exibia o programa jornalístico matinal e em suas reportagens a violência era um tema central. As pessoas aguardavam sentadas nas muretas da instituição que dava acesso à porta principal do CRAS onde estava a TV acoplada à parede. Tais noticiários forneciam as bases para as discussões entre os indivíduos. Pude perceber, então, que as exposições deixam claro que a violência mostra-se como algo corriqueiro na vida cotidiana dos usuários do CRAS, como também, aguça nos indivíduos um senso de urgência para agir em casos de violência como os que apareciam na TV. Por exemplo, em caso de tiroteio em seu bairro, os usuários trocaram experiências entre si sobre como agir em uma situação dessas, tais como: “não passar em determinadas ruas”, “evitar falar com algumas pessoas em específico”, entre outras condutas. Alguns citaram ainda que conheciam casos de assassinatos de pessoas

[29] A definição de pessoa idosa, está baseada em conformidade com a Lei 10741/2007: “Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view> . Acesso em 07 abr. 2025.

que por não seguirem algumas destas “normas”, acabaram se tornando vítimas da violência urbana.

Não necessariamente as notícias televisivas abordavam os seus bairros ou mesmo a cidade de Campos. O telejornal apresentou, por exemplo, casos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. Houve ainda um outro exemplo, relacionado aos Estados Unidos, onde a reportagem que abordou o atentado sofrido pelo então candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Donald Trump, em julho de 2024, quando um projétil foi disparado em sua direção e o atingiu na orelha direita em um comício na Pensilvânia[30]. Os homens presentes, então, expuseram quais seriam as melhores formas que cada um escolheria para assassinar o presidente, no sentido de aperfeiçoar o atentado. Um homem, idoso, citou que teria consigo uma arma com munição de 40 milímetros, porque segundo ele, a que foi usada não fez o *“estrago suficiente”* (sic). Outro, com as mesmas características de idade, expôs que o melhor método é a *“facada”* (sic). As mulheres também expuseram as suas escolhas em uníssono aos homens e ali a conversa se intensificou, gerando um rebuliço mesclado com gargalhadas e se prolongou por alguns minutos como forma de interação entre o grupo. O interessante em se observar nestes dois casos de reportagens sobre violência é o senso de identidade diferenciada que as notícias provocaram. Enquanto as primeiras matérias, que versavam sobre a violência na capital e cidades próximas provocaram uma tensão e trocas de experiências entre os presentes sobre como agir e se portar, a notícia sobre Donald Trump gerou um ar mais cômico e menos tenso. O que denota que a similaridade do contexto metropolitano carioca é muito mais próxima com a realidade dos sujeitos presentes.

Outro ponto de destaque é a questão de cor/raça, pois a maioria dos usuários que lá se encontravam eram negros ou pardos. Em contraponto com os profissionais que atuavam no CRAS que em sua maioria eram brancos. Essa realidade está em consonância com os dados do Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2025), que demonstram essa realidade. O montante total de pessoas cadastradas no CADúnico no município de Campos dos Goytacazes, em março de 2025, é de 215.033, ou seja, 44,5% do total da população da cidade, e destas 83.829 são mulheres negras, e 58.931 são homens negros. Assim, o total da

[30] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-diz-que-foi-baleado-na-parte-superior-da-minha-orelha-direita/>. Aceso em 7 abr. 2025.

população negra cadastrada no Cadúnico em Março de 2025, é de 142.760, correspondendo aproximadamente, 66,4% do montante total de pessoas cadastradas no município. Estes dados reforçam a atualidade dramática do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, em que Campos dos Goytacazes espelha a realidade nacional no que se refere às desigualdades sistêmicas entre a população negra.

Em outro dia da pesquisa, pude ir em uma tarde em que o CRAS se preparava para fornecer as cestas básicas para a população atendida, porém só seria possível se o caminhão da prefeitura encostasse na entrada do prédio. Não havia nenhuma confirmação concreta de que neste dia haveria a entrega das cestas básicas, porém, mesmo assim, as pessoas dirigiram-se ao CRAS, formando uma fila de espera por ordem de chegada. Neste dia, era notável que a maioria esmagadora das pessoas que esperavam era do gênero feminino e de maioria negra e parda. Neste dia, havia três homens, idosos, que estavam de maneira distante do resto das pessoas, posicionados em um círculo de conversa[31]. Mesmo tentando me aproximar para entender as relações e conversas que ali se formavam, esse grupo específico de homens afastavam-se quando qualquer outra mulher chegava perto, deixando nítido que não queriam estar integrados ao grupo maior de espera.

A cada minuto que passava, mais pessoas entravam no CRAS, indagando quem estava por último na fila de espera. O caminhão da prefeitura geralmente encosta no CRAS às 15 horas, mas já alguns minutos antes do horário marcado pude perceber certa tensão nas pessoas que ali estavam. A primeira delas foi em relação à fila, que deveria ser bem respeitada, pois as quantidades de cestas poderiam não ser suficientes para atender a população que ali se encontrava. Além desse fator, era possível notar que a falta da confirmação pelos profissionais do CRAS aumentou consideravelmente a tensão entre os usuários e a equipe profissional, como também a demora e atraso do caminhão. “*Algum político esquenta a cabeça com a gente?”* (sic) Foi uma das frases que ouvi de uma mulher que aguardava na fila pelo caminhão que não tinha confirmação de que iria chegar.

A dinâmica de tensão e de disputa que ali imperava se acirrou. Uma mulher transsexual jovem e negra, adentrou ao interior do CRAS para esperar sentada, junto a sua tia já idosa também negra, em um dos bancos na varanda da instituição.

[31] Neste dia, devido às tensões próprias da dinâmica do Centro de Referência estudado, não me senti confortável para o pedido de entrevista com esses homens em específico.

Esta mulher transsexual passou andando em frente ao grupo de homens idosos que estavam conversando. Um deles estabeleceu um olhar que foi atentamente observado pela tia da jovem, ao que ela considerou como um *"deboche"* (sic) e provocou uma reação de indignação na tia, que bradou para os que estavam presentes: *"homofobia é crime!"* (sic). Estabelecido o conflito, logo as mulheres que estavam perto da tia a indagaram sobre quem foi o responsável pelo olhar e tentaram acalmá-la. Nenhum dos homens que estavam lá repreenderam o idoso que lançou o suposto olhar "debochado" para a jovem, sequer responderam às mulheres, ignorando-as. Apesar disso, as mulheres o repreenderam, mas de maneira verbal e branda de modo a demonstrar solidariedade com a tia e de alguma forma a acalmá-la. Os envolvidos, bem como as pessoas presentes não se referiram mais a situação após o ocorrido, encerrando o assunto. A jovem não se ausentou do recinto, permanecendo até que a sua tia fosse atendida.

Na situação acima descrita, ainda que possa causar reações de indignação, principalmente da familiar da jovem e das mulheres no entorno, a observação de uma ocorrência de homofobia não levantou maiores questionamentos e repressões, apesar das reações. A tensão gerada no ambiente após o suposto olhar não alcançou o grupo de homens, que permaneceu em suas conversas paralelas, ignorando o rebuliço formado.

Neste dia, como me encontrava na parte interna da varanda do CRAS, junto com os demais usuários, fui confundida como alguém que estava também na fila, mesmo deixando claro para os presentes qual era o meu posicionamento ali, enquanto pesquisadora.

Imagem 8 - Parte interna da varanda onde os usuários aguardam para serem atendidos. Quando chamados, eles adentram as dependências do CRAS Custodópolis, onde ficam as salas de atendimento



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 9 - Na imagem, a porta branca é a principal entrada para as dependências do CRAS



Fonte: Arquivo pessoal.

No entanto, entendendo que a melhor alternativa era não continuar na posição que estava, me direcionei para dentro do CRAS, onde fica a equipe profissional, de modo a aguardar o caminhão sem causar nenhuma alteração na dinâmica da fila de espera dos usuários no equipamento. Contudo, escuto da janela a seguinte frase de uma mulher que estava na fila, direcionada a mim com furor: "*se ela furar fila, eu furo ela",* seguida de algumas gargalhadas de pessoas no entorno. Neste momento, ao entrar nas dependências do CRAS, mesmo sem a intenção de

obstruir a dinâmica do espaço, acabei por causar o oposto do meu objetivo, pois eu fui lida pelos (as) usuários (as) do CRAS como uma pessoa que estava por tentar “furar a fila”. Este evento se deu, pois, os usuários esperam por sua vez na varanda externa, ao passo que os atendimentos acontecem na parte interna do CRAS, onde eu justamente estava.

Este acontecimento me fez refletir que, talvez por ser uma mulher branca, que em tese está mais próxima de uma imagem acoplada às profissionais do CRAS, que mesmo me esforçando em deixar claro para os usuários que eu não aguardava para receber a cesta básica, mas ao mesmo tempo não me movia da parte externa e que anotava algo no caderno, poderia transmitir aos presentes uma imagem confusa sobre quem eu era naquele momento no campo. Embora eu esperasse ser interpretada como alguém externa àquela realidade, não o fui, pois o ambiente de tensão estabelecido no contexto de distribuição das cestas básicas estimulou um certo ar de competição pelo benefício. Compreendi, então, que não era a melhor ocasião para continuar com a observação participante neste dia em específico.

Um dos pontos centrais que pude notar estando no campo analisado, se refere aos homens que entrevistei, que confundiram a minha presença e meu pedido de entrevista como uma demanda institucional das assistentes sociais[32] do CRAS. Considerando que a maioria das funcionárias do CRAS é branca e eu sendo branca, e a grande maioria dos usuários atendidos por este CRAS é formada por mulheres negras e pardas, percebi certa distância simbólica e social dos atendidos com os atendentes. Este elemento se fez presente inclusive na realização das entrevistas com os homens, como uma espécie de fronteira latente e demasiada tensão. Entretanto, no momento de maior apreensão na realização do campo, no dia da entrega das cestas básicas, esta fronteira se dissolveu, ainda que por alguns momentos, no sentido de demarcar a disputa pelo benefício que se estabeleceu naquele momento.

Esta relação usuário x assistente social, que reflete uma relação mais abrangente entre: cidadão x poder público é composta por um determinado tipo de poder, que no senso comum campista se orienta no sentido de que as assistentes sociais detêm um poder de fornecer ou não o benefício para o usuário[33].

[32] Essa análise será aprofundada no próximo item deste capítulo, ao analisar as entrevistas.

[33] Esta noção é disseminada pelo senso comum, como o (a) assistente social detendo um poder de conceder ou não benefícios e inclusão em programas sociais, mas há condicionantes e sistemas que, muitas vezes, extrapolam a dimensão de poder dos profissionais de Serviço Social.

Obviamente, o poder de conceder ou não benefícios sociais não necessariamente está nas mãos das profissionais do CRAS, visto que todas as políticas sociais preconizam as suas condicionantes, como também sistemas integrados que avaliam a situação dos usuários.

De modo geral, em todas as oportunidades em que estive presente no CRAS realizando a observação participante, os homens se apresentaram de maneira contida, mas ainda assim com certa interação em relação às outras pessoas[34] que se encontravam no CRAS, com ressalva apenas do dia da entrega do caminhão responsável pelo transporte das cestas básicas, pois ali os homens apresentaram-se de maneira a se distanciar das outras pessoas presentes e aproximarem-se entre si.

Portanto, a dinâmica dos homens no CRAS Custodópolis é observada de maneira particular, pois são percebidas múltiplas tensões relacionadas à inclusão destes indivíduos no universo dos seus direitos sociais. A tensão de gênero evidente neste espaço, como no caso da suposta transfobia contra uma jovem transsexual, que gerou uma comoção e reivindicação aos homens por parte das mulheres presentes. A observação e entrevistas realizadas junto a estes homens no CRAS também se mostraram importantes, em um nível sociologicamente relevante, para analisar a percepção que têm sobre o território, o sentido que atribuem às suas masculinidades e sua própria percepção no CRAS enquanto homens. Desta maneira, o próximo item aprofunda estes aspectos através da análise qualitativa e compreensiva das entrevistas (KAUFMANN, 2014).

3.2 - ANÁLISE DO BLOCO TEMÁTICO “CIDADE E BAIRRO” NA ÓTICA DOS HOMENS ENTREVISTADOS

Um dos objetivos específicos que orientou a presente pesquisa era compreender quais os impactos que a estigmatização do território possui sobre o gênero masculino que vivencia o território, considerando a masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995; CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013) e o estigma (GOFFMAN, 1978) como bases de análise. Para atingir tal propósito, foi necessário então fazer uso da ferramenta metodológica da entrevista compreensiva semiestruturada (KAUFMANN, 2014). Desta forma, necessitou-se a construção de um roteiro de entrevista que abarcasse os objetivos específicos, onde foram divididos em três principais blocos, sendo: bloco 1 - cidade e bairro; bloco 2 - a

[34] Tanto da equipe profissional quanto dos usuários, majoritariamente, mulheres.

perspectiva dos homens ao acessar o CRAS; e bloco 3 - sua própria percepção de gênero. Apesar do roteiro construído, as entrevistas foram, majoritariamente, semiabertas. Neste trabalho, conforme citado anteriormente, foram entrevistados cinco homens, em dias alternados, que estavam presentes no CRAS. Neste item serão analisados os blocos 1 e 2, que dispõem, respectivamente sobre as percepções que os entrevistados possuem sobre o bairro vivido cotidianamente e suas noções de acesso ao CRAS sendo homens, assim, as entrevistas são analisadas em ordem cronológica[35].

A região de Guarus está longe de ser algo homogêneo e único, é possível dizer que cada bairro possui sua dinâmica própria. Mesmo que as fronteiras geográficas sejam porosas, as divisões simbólicas e culturais promovem diferenciações, mas também proximidades e continuidades. Um elemento em comum presente nas primeiras cinco perguntas que compõem o primeiro bloco do roteiro de entrevistas é a percepção que todos os homens possuem sobre as necessidades estruturais que a região possui e se há algum tipo de intervenção necessária por parte do poder público municipal.

Os cinco homens entrevistados durante a pesquisa são nascidos em Campos e nativos de Guarus, dentre os quais três afirmam que se mudaram da cidade mas retornaram, dentre eles, dois alegam que esta mudança se deu por questões de procura de melhores condições de trabalho e de renda e suas idades variam entre 30 a 60 anos. Dos cinco entrevistados, apenas dois informaram a cor/raça branca[36], enquanto os outros identificaram-se como negros ou pardos. Assim como as suas idades, em que três eram acima de 50 anos (61 anos, 58 anos e 55 anos) e dois adultos mais jovens (25 e 30 anos). São moradores, respectivamente, de Custodópolis, Nova Campos, Santa Clara, Santa Rosa e Parque Novo Mundo, bairros aos quais são de abrangência do CRAS Custodópolis.

O primeiro entrevistado foi Seu Marcos, homem auto identificado como pardo, de 61 anos e afirma que morou na cidade do Rio de Janeiro, mas que retornou a Custodópolis em 2005. Segundo ele, "*tudo*" precisa de melhoria no bairro, porém quando perguntado sobre o que abrangeria esta categoria "tudo", não soube fornecer elementos mais específicos, mas citou o lazer como o principal elemento de

---

[35] O bloco 3 das entrevistas serão analisadas no próximo item deste capítulo.

[36] Em apêndice ao trabalho está o roteiro de entrevistas utilizado na pesquisa e uma das perguntas versava sobre como eles classificariam a sua cor/raça. Sendo assim, as respostas dessas perguntas foram fornecidas pelos entrevistados.

mudança necessária. O entrevistado também contou que quando os filhos que moram em Niterói o visitam, eles logo querem voltar para casa pois a cidade em si não oferece opções de lazer. Perguntei-lhe sobre os shoppings da cidade, incluindo o Boulevard[37] o maior shopping da cidade, ele me disse que para quem mora em *"cidade grande aquele shopping não era nada*" (sic). Essa falta de oferta de lazer é um dos tópicos que aparece em conversas informais com as pessoas ao longo da pesquisa, pois os espaços de lazer em Campos perpassam a concepção de dispêndio financeiro, no sentido de que os lugares para frequentar com essa finalidade de entretenimento são geralmente os shopping centers da cidade.

Além do outro agravante que é a mobilidade urbana para estes locais, que para quem reside em Guarus, precisa embarcar em dois ônibus para chegar no Shopping Boulevard, por exemplo. A cidade de Campos conta com praças, com valor histórico e social, como por exemplo a Praça Barão do Rio Branco, conhecida como Jardim do Liceu, onde ocorrem alguns eventos pontuais geralmente relacionados a festivais de música e artes. Assim como a Praça Nilo Peçanha, conhecida como Jardim São Benedito, que fica em frente a Igreja Matriz Católica São Benedito, também com valor histórico para a cidade, que se torna um espaço de convivência visto a sua localização perto da Igreja Católica, que mantém um certo fluxo de pessoas na região, além das quadras de esportes que a praça possui. Estas praças ficam localizadas na área do centro, porém, apesar destes espaços públicos, os investimentos ainda são tímidos em relação ao lazer para os moradores da cidade, além de se situarem em pontos centrais da cidade.

Marcos também sentiu dificuldades em relatar quais os principais elementos do bairro que mais gosta, pois afirma que quase não sai de casa devido a problemas de saúde e do cuidado com sua mãe idosa, desta forma, ele não experiencia o território de modo a ter algo que ele goste ou se identifique mais. Esta pergunta tinha o intuito de entender quais eram os locais do bairro em que, na percepção dos homens, compreendiam como espaços com potencialidades, bem como se tais locais faziam parte de seus cotidianos.

Marcos foi simpático e no geral foi aberto às minhas perguntas, inclusive descobrimos juntos, ao longo da nossa entrevista, que ele trabalhou com meu pai em uma empresa de ônibus na cidade do Rio de Janeiro, em que era motorista,

[37] O referido shopping alterou seu nome para Partage Campos em 2024, entretanto, segue sendo conhecido popularmente na cidade como "Boulevard".

assim como meu genitor. Esta aproximação me deixou confortável para o desenvolvimento de uma longa conversa informal, que durou quase uma hora.

A princípio ele me relatou que quando o abordei, houvera pensado que fosse algo relacionado a política partidária da cidade. Essa concepção surgiu pois a entrevista foi realizada no dia 11 de setembro de 2024, às vésperas do pleito eleitoral municipal. Marcos logo se apressou em dizer que não sabia de nenhum político da cidade, e que apenas conhecia Garotinho pela fama que o político tem tanto em Campos quanto na cidade do Rio de Janeiro. Uma outra afirmação do entrevistado chamou a minha atenção, quando disse que apesar de ser campista de nascimento, foi criado no Rio de Janeiro, e ao retornar a morar na sua cidade natal, disse que estranhou a forma como se dão as relações sociais. Estabelecendo um contraste entre as duas experiências de morar em Campos e no Rio de Janeiro, ele relata que nesta última as pessoas tendiam em sua visão a ser mais frias e distantes, mas em Campos, a cultura é outra, encontra-se relações sociais mais próximas, mesmo que as pessoas não se conheçam por muito tempo. Um exemplo disso, segundo ele, é quando as pessoas de fora chegam à cidade e são confrontadas com diversas perguntas referentes a sua vida pessoal em uma linha cronológica até chegar ao bairro. Apesar de ser a sua primeira vez, ele elogiou os profissionais do CRAS e relatou que não houve nenhuma dificuldade de acesso.

O segundo entrevistado, Gustavo, 58 anos, negro, mora com sua mãe no bairro Nova Campos. Gustavo é campista de nascimento, porém viveu por muito tempo em Sorocaba, cidade do Estado de São Paulo. Relata que foi ao município paulista para conseguir emprego, mas não teve êxito e retornou a Campos porque sua mãe estava doente e precisava cuidar dela.

Gustavo relata que o bairro precisava de elementos relacionados ao esporte e o incentivo deste, pois como aprecia atividades esportivas, alega que o bairro se beneficiaria de políticas voltadas a esse aspecto. Mais um ponto de análise no sentido de que há uma carência de opções relacionadas a determinados tipos de convivência saudável com o território, sobretudo, ligadas ao lazer dos moradores do bairro. No entanto, quando perguntado sobre quais elementos ou locais do bairro considera apreciar mais no sentido de frequentar ou sobre algo que julga ser benéfico para a população do bairro, Gustavo não soube me responder, demonstrando uma dúvida profunda em sua expressão facial e corporal em relação à questão.

A entrevista com o Gustavo mostrou-se laboriosa por conta da nossa comunicação. Ao me aproximar dele, para que o convidasse à entrevista, ele entendeu que a entrevista tinha algum tipo de relação financeira de pagamento por parte do entrevistado e, assim, se mostrou relutante. Preocupei-me em explicá-lo que esse não era o objetivo da pesquisa, apresentando qual era a intencionalidade da minha aproximação. O entrevistado afirmou possuir problemas de saúde severos em relação à sua audição, o que se mostrou como uma barreira no estabelecimento do nosso diálogo.

Este fato se mostrou como um imprevisto desafiador durante a entrevista, de modo que nossa conversa foi a mais curta entre todos os entrevistados. No entanto, superada a primeira barreira em nossa aproximação, Gustavo foi simpático e solícito e procurou responder as perguntas que conseguiu entender com clareza. Contudo, algumas perguntas do segundo e terceiro blocos do roteiro de entrevistas não foram respondidas segundo as premissas das questões levantadas, pois suas respostas foram desencontradas e não condizentes com as minhas perguntas, mesmo reformulando-as e refazendo algumas de maneira mais pausada e falando um pouco mais alto, nossa comunicação não fora muito efetiva. Deste modo, agradeci ao Gustavo e me coloquei à disposição caso ainda tivesse dúvidas sobre o processo da pesquisa. O desemprego foi a principal demanda que fez Gustavo direcionar-se ao CRAS, pois me informou que contribui para a aposentadoria de forma autônoma porém não consegue se aposentar devido a sua idade (58 anos). Sendo assim, procurou o CRAS para a aplicação do seu cadastro nos programas aos quais ele tem direito.

O terceiro entrevistado, a quem chamaremos de Carlos, se auto identifica como pardo, tem 25 anos, é morador do Parque Santa Rosa e relata que nunca se mudou do bairro. Em relação ao primeiro bloco do roteiro de entrevistas, Carlos relata que a princípio não consegue informar com clareza quais elementos necessitam melhorar. Neste sentido, reformulei a pergunta e insisti sobre quais aspectos ou locais Carlos acredita que precisam de melhorias, ele afirmou *“pracinhas e árvores”* (sic). Essa opção por “árvores” informada requer destaque. Analisei que essa palavra também perpassa não apenas o que a forma física de uma árvore pode fornecer, como sombra e ar mais fresco, mas também o que a sua presença pode proporcionar. Se alinharmos a interpretação de árvores com pracinhas, seria então possível afirmar que o que o Carlos gostaria era de um bairro

mais estruturado, com lazer para crianças, visto que sua principal demanda nesse dia era a inclusão do seu filho recém-nascido no CADúnico, ou seja, constituindo sua família.

Seguindo em sua entrevista, quando perguntado ao Carlos sobre quais elementos do bairro considera positivos, relata a praticidade de "*ter tudo perto de casa",* ou seja, ter estabelecimentos comerciais perto de onde reside facilita a sua vida cotidiana. Além de apontar que, como mora no bairro desde que nasceu, já havia estabelecido relações com as pessoas, então há uma espécie de rede solidária entre os indivíduos que se conhecem no bairro. Despertando em sua fala, uma noção bastante presente em relação a um certo senso de comunidade, no sentido de que, quando não há recursos formais de ajuda, isto é, corporificados com políticas públicas e sociais, há então a relação de auxílio mútuo dos indivíduos. Também relata, assim como Marcos, que não houve dificuldades no acesso e no atendimento oferecido pelo CRAS. Carlos procurou o equipamento de assistência em questão pois, apesar de trabalhar como garçom, a sua renda ainda era insuficiente, visto que começara sua família recentemente. Então, a sua principal demanda era a inclusão de seu núcleo familiar no Programa Bolsa Família (PBF).

Visto que Carlos estava aberto ao diálogo, ao longo de nossa conversa, direcionei algumas perguntas para além do roteiro no sentido de aprofundar os aspectos relacionados aos estigmas direcionados ao bairro que mora, a saber: Parque Santa Rosa. Como já mencionado, este bairro é considerado pelos moradores nos bairros do entorno como sendo muito perigoso e violento, além desta noção ser reforçada pelas mídias sociais e jornalísticas campistas. Assim, o questionei se algum dia ele havia sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação por ser morador do Parque Santa Rosa e me informou, à princípio, que nunca havia sofrido. Nesse sentido, expliquei o motivo pelo qual eu formulei essa questão visto que há no imaginário campista uma imagem de cunho negativo atrelado ao bairro, principalmente para os habitantes da cidade que não moram na região de Guarus. Quando informei estes elementos relacionados aos moradores de "lá", demonstrou uma feição de clareza, e sua resposta mudou rapidamente e relatou que já foi vítima de piadas e escárnios das pessoas "*que moravam do outro lado da ponte"* (sic) e me explica que *"é perigoso, mas não é tanto assim como dizem"*. Esta resposta também contrasta com as dos outros entrevistados, em relação ao que afirmam em relação ao seu bairro, o senso de pertencimento do Carlos é diferente dos demais. Tanto por

possuir mais redes de sociabilidade com outros moradores, como também por nunca ter morado em outro local. O fator idade também pesa nesse sentido, pois estas redes, em relação aos entrevistados, tendem a ser mais intensas e presentes entre os mais jovens do que entre os mais velhos.

A entrevista de Carlos possui uma peculiaridade. O nosso diálogo ocorreu no dia em que a assistente social responsável me apresentou para os homens presentes, como havia mencionado anteriormente. Sendo assim, Carlos compreendeu sem maiores percalços o meu objetivo no campo e soube me diferenciar dos profissionais da instituição. Porém, como a dinâmica do CRAS, em relação aos atendimentos ocorrem concomitantemente às entrevistas, eu só pude entrevistá-lo no final da manhã. Enquanto estava sozinha, no interior das dependências do CRAS, escrevia em meu caderno as observações na pausa entre uma entrevista e outra. Carlos então se aproxima de mim, saindo da sala da assistente social, onde estava em atendimento com sua esposa e explana que estava pronto para a dinâmica da entrevista. Este fato, apesar de corriqueiro, requer atenção e análise pois estavam na sala da assistente social, ele, sua esposa e seu filho, porém ele refere-se a mim como "*liberado"* (sic) pela assistente social para deixar o atendimento concedido na sala e ser *"encaminhado"* (sic) para mim, porém sua esposa e seu filho ainda permaneceram na sala, onde sua esposa estava sendo entrevistada.

Ao analisar este fato como alguém que está liberado dos cumprimentos burocráticos da entrevista para a inclusão da família no PBF, mais uma vez, corrobora com o que já foi mencionado pelos autores Campos, Cavalcanti e Nascimento (2019), pois o responsável pela unidade familiar, neste caso, não seria o homem nessa família heterossexual e sim a sua esposa. O intuito de fornecer elementos analíticos dessa situação, não se direciona diretamente para o trabalho executado pela profissional do Serviço Social, mas sim, em como o próprio sistema através das disposições contidas na PNAS, contribuem para que haja ainda mais o reforço de estigmas e preconceitos atrelados a imagem de homens como supostamente ineficientes nas responsabilidades de cunho familiar.

Meu quarto entrevistado foi João, 55 anos, homem branco, que mora com sua filha no bairro Parque Santa Clara, é campista e mora no bairro há 40 anos e era a sua primeira vez na dinâmica da entrega das cestas básicas. Em relação a pergunta sobre quais elementos do bairro eram passíveis de melhorias, informa que o

transporte público poderia atender de maneira mais efetiva, além de fornecer rotas que contemplem a entrada em bairros mais distantes, sem necessariamente ter que embarcar em dois ou mais ônibus para o acesso à cidade.

João respondeu sobre quais os aspectos considerava positivos em sua percepção sobre seu bairro e me informou que recentemente, em bairros vizinhos ao seu, foram construídos espaços para crianças, como parquinhos com disposição de brinquedos em que considerou um espaço positivo para que fosse benéfico não só para as famílias com crianças, como também para fomentar a movimentação e uso por parte dos moradores daquelas áreas do território, gerando então uma alternativa de lazer para as crianças.

Em relação ao transporte público municipal citado pelo entrevistado, atualmente a tarifa de ônibus em Campos dos Goytacazes é de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)[38]. Se por exemplo, um morador da região de Guarus quiser deslocar-se para o maior shopping center da cidade, onde geralmente é o espaço de lazer mais comum, faz-se necessário o dispêndio financeiro de R$7,00 (sete reais) a ida e R$7,00 (sete reais) para voltar, totalizando R$14,00 (catorze reais) por pessoa. Este valor pode ser considerável para algumas faixas de renda, principalmente se este indivíduo morar mais afastado da região, seja em Guarus ou em outros distritos da cidade. Assim, segundo dados do ano de 2021, disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da cidade,

> [...] 47.600 famílias da cidade vivem em extrema pobreza na cidade. Cada pessoa dessas famílias, de acordo com a Firjan, vive com até R$89,00 por mês. Isso representa cerca de 130 mil pessoas, ou 25,2% da população campista. A cada quatro pessoas, uma vive em extrema pobreza (BRUM, 2021).

Estes dados são significativos, principalmente se considerarmos que a presente pesquisa foi realizada em um equipamento da assistência social, da qual o público frequentador é, em sua grande maioria, indivíduos que recorrem o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para serem inseridos em programas sociais que possam vir a garantir a sua mínima subsistência. Desta forma, coexistem então múltiplas demandas a serem atendidas pelo poder público sobre determinados aspectos socioeconômicos, de atenção à saúde, do público idoso e suas especificidades, entre outros, tendo em vista as respostas dos entrevistados.

---

[38] Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2022/03/17/prefeitura-de-campos-concede-reajuste-de-cerca-de-25percent-no-valor-do-transporte-publico.ghtml>. Acesso em 22 abr. 2025

Em seu caso, João informou que procurou o CRAS pois está desempregado e mora com sua filha que precisa de sua assistência e também relatou que não sentiu dificuldades em procurar o CRAS. Em relação ao contexto do dia em que o entrevistei, João pareceu ignorar algumas das minhas perguntas, pois estava apreensivo e demonstrando sinais de ansiedade. Importante ressaltar que essa entrevista ocorreu em um dia em que o CRAS Custodópolis inspira uma maior tensão entre os usuários visto que a fila de espera é determinante para aqueles que irão ou não receber o benefício. Desta maneira, nosso diálogo ocorreu de modo que João estava preocupado em perder a sua posição na fila, o que é totalmente compreensível.

Já o quinto entrevistado é Guilherme, homem branco, de 30 anos, e me informa que reside com sua esposa no Parque Novo Mundo. Guilherme apresenta os principais elementos do território que considera passíveis de melhoria, sendo a *"iluminação pública"*, o *"asfalto das ruas"* (sic) em seu bairro, "*mais escolas estaduais"*, pois segundo ele *"tem muito menino que tem que pegar ônibus pra ir pro Centro e tem motorista ruim que não para"* (sic) além de reformas nas escolas estaduais e municipais que já existem. Quanto às escolas, Guilherme explicita que há, em toda a região de Guarus, apenas duas escolas estaduais e compreende que este número precisa aumentar, pois tem muitos jovens moradores em Guarus. Guilherme também aponta a necessidade de *"reformar as pracinhas"* e a segurança por parte do poder público. Elenca a iluminação pública como principal pois há ruas "*que dá medo de passar por elas à noite"* (sic) e que é necessário um reforço na segurança do território pois é uma obrigação legal do poder público.

Novamente o aspecto do lazer é evidenciado por parte dos homens entrevistados, haja visto que Guilherme elenca as reformas de praças como alternativas de lazer para a população, e cita em particular a "*praça do Frederico"* (sic) que é um espaço que fica localizado ao lado da Escola Frederico Paes Barbosa situada no Parque Novo Mundo. Em Junho de 2024, a referida praça passou por uma reestruturação e foi inaugurada[39] em uma cerimônia que teve a participação do prefeito da cidade, Wladimir Garotinho e do secretário de Obras e Infraestrutura Fabrício Ribeiro. Apesar da praça ter sido reestruturada pela Prefeitura em meados do ano de 2024, Guilherme alega que "*foi feito apenas uma maquiagem nessas*

[39] Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=91539>. Acesso em 22 abr. 2025.

reformas recentes" e que a forma ao qual foi feita não duraria por muito tempo. Pois, *"o chão da quadra ainda corta o pé de quem brinca ali, pois tá cheio de rachadura"* (sic) e *"a quadra de areia não tem mais cercamento, então não dá pra usar, pra jogar vôlei"* (sic). Guilherme também lembra que esta praça em específico costumava ser em sua infância um local de convivência e socialização entre famílias, igrejas locais e projetos sociais:

> "(...) ali tinha festa da roça todo ano, que é coisa que igreja evangélica faz, aí vinha um monte de outras igrejas pra fazer também (...) tinha projeto social de esporte para as crianças brincarem, eu mesmo jogava futsal nesse projeto que tinha ali, com meus amigos, hoje não tem nada, só medo de ficar ali a noite" (sic).

Em contrapartida, Guilherme afirma que entre os elementos do bairro que atualmente mais gosta de frequentar é a Avenida José Carlos Pereira Pinto, pois segundo ele, *"ela é boa, você pode fazer uma caminhada nela ali, de uma ponta a outra (...) tem barzinho, churrasquinho, lugar pra comer um lanche, uma pizza, essas coisas"* (sic). Desta forma, uma das únicas opções de lazer segundo Guilherme é a avenida citada, que possui uma ciclovia no meio. Entretanto, ao citar os outros elementos disponíveis para lazer e convivência nas imediações do bairro, a maior parte são de cunho privado e, portanto, depende de um gasto financeiro para sua efetivação, como os bares e lanchonetes. Os espaços de sociabilidade e de entretenimento de cunho público estão disponíveis de maneira insatisfatória para os moradores da região de Guarus. Desta maneira, o que se apresenta como alternativa são os estabelecimentos comerciais, privados que então preenchem essa lacuna na região, mas que não têm o objetivo e nem capacidade de atender uma demanda que é majoritária na localidade.

Guilherme ainda afirma em uma expressão nostálgica que sente falta mesmo é da quadra da escola Frederico Paes Barbosa, onde boa parte da sua infância e adolescência foi vivida:

> "(...) eu vivia ali, final de semana a gente ia todo mundo pra lá jogar bola, soltar pipa, bater papo, depois da igreja de domingo a gente ia pra lá comer hambúrguer e hot dog (...) mas aí começou a ter tiroteio de vez em quando, até mataram gente lá, tudo conhecido nosso. Então passou a ser um lugar de dor também" (sic).

Neste momento, Guilherme enfatizou suas memórias com tristeza a lembrança de alguns amigos de infância que foram assassinados na região da praça. O entrevistado afirma a necessidade de melhoria neste espaço público,

principalmente no que se refere a segurança e a estrutura do local para o estar e usufruir da população.

Em relação às suas demandas que o fizeram procurar o CRAS, o entrevistado afirma que a questão financeira foi o principal determinante: *"eu trabalho, mas mesmo assim não dá pra manter"* (sic). Para Guilherme ter que ir ao CRAS *"é um lugar de vergonha, você fica um pouco envergonhado de ter que pedir benefício do governo"* (sic) e ainda, que sente *"impotência, sensação de impotência, você trabalhar duro, trabalhar muito e mesmo assim não ter dinheiro pra tudo que precisa, pro básico"* (sic). Este sentimento de "vergonha" e "impotência" pode ser analisado e aprofundado quando relacionado às bases tomadas neste trabalho para a discussão de gênero, haja visto que, o que embasa, de modo simbólico, a masculinidade hegemônica neste local social é justamente o homem cumprir o papel de providência pelo trabalho e sustento de si e de sua família. Fundamentado pelos autores Connell e Messerschmidt (2013, p. 267), este elemento simbólico da fala do entrevistado condiz com o que é difundido pela masculinidade hegemônica regional, observada durante a pesquisa na localidade a partir do CRAS:

> A masculinidade hegemônica no nível regional é simbolicamente representada através da ação recíproca de práticas masculinas locais específicas que têm significância regional, como aquelas construídas por atores de filmes de longa-metragem, por atletas profissionais e por políticos. O conteúdo exato dessas práticas varia ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. Ainda, a masculinidade hegemônica regional dá forma a um sentido de realidade masculina em nível societal amplo e, portanto, opera no domínio cultural como material à disposição para ser atualizado, alterado e desafiado através da prática, em uma gama de circunstâncias locais diferentes. Uma masculinidade hegemônica regional fornece, então, uma estrutura cultural que pode ser materializada nas práticas e nas interações cotidianas (Idem).

Portanto, ser homem e usuário das políticas públicas incide sobre este a sensação de impotência e o afasta do ideal apregoado pela masculinidade hegemônica local, no sentido de que o trabalho é a fonte crucial para que o homem receba mais honrarias e prestígio social. Contudo, nesta situação específica de Guilherme, o elemento trabalho, que se consolida de maneira formal, ainda não demonstra ser o suficiente para que ele viva suficientemente bem com sua esposa, que se encontra desempregada e ambos moram de aluguel no bairro, segundo as suas respostas na entrevista. Desta maneira, apesar de seus esforços laborais, reivindicar um direito social é então assumido como algo que o classifica como um

homem que precisa de “ajuda”, ou seja, um homem que possui fragilidades justamente naquilo que o inculca maior honra, que é o trabalho. Aliando esses dois fatores, trabalho e necessidade de ser alvo de intervenção das políticas sociais, a sua masculinidade não é exercida em toda a sua “potência”, mas sim, no aspecto da sua *subserviência*, ainda que de modo temporário, ao sistema socioassistencial.

Guilherme foi o entrevistado com o que tive melhor conexão no momento das entrevistas, sua abertura para mim, tanto de suas memórias, quanto das suas sensações e percepções em relação a estar no CRAS evidenciam a confiança que estabelecemos no campo. Ademais, suas falas situam uma noção de pertencimento ao bairro, às relações que teve e tem com os amigos e locais vividos, até mesmo a melancolia presente na tristeza em lembrar dos amigos assassinados violentamente, refletem os afetos que possui em relação ao território.

Em relação a pergunta sobre como os homens se sentiram ao adentrar ao CRAS e ao trazer uma demanda pessoal que necessita de intervenção por parte da assistência social, apenas com exceção do entrevistado Guilherme, todos os outros relataram não terem sido impactados de nenhuma forma negativa e sempre destacando aspectos positivos no atendimento por parte dos profissionais do CRAS. Estes relatos podem estar em consonância com o exposto no item anterior sobre como a equipe que atua neste CRAS em específico, maneja as tensões imanentes na procura pela instituição, de modo a acolher as demandas e exercer, já nas reuniões de acolhimento, uma perspectiva de atendimento voltada a efetivação da compreensão por parte dos usuários, de que todos são sujeitos de direitos.

De modo geral, os dois blocos de análise demonstram que, apesar da dificuldade inicial por parte dos entrevistados de fornecerem respostas às indagações realizadas, foi possível perceber e analisar que, apesar das especificidades de cada um, todos ressaltam aspectos que precisam de melhoria nos bairros visando um melhor aproveitamento dos espaços públicos disponíveis. Assim como, os quatro dos cinco homens entrevistados relataram não encontrar problemas e nem dificuldades do ponto de vista de gênero, em adentrar e usufruir do CRAS e dos benefícios que este equipamento fornece. Destarte, aqui analisou-se de que maneira o indivíduo homem cisgênero percebe o seu bairro e como é a sua vivência em aportar-se ao CRAS Custodópolis. Seguindo esta perspectiva, o próximo item irá analisar sobre como os entrevistados refletem sobre as suas próprias masculinidades.

3.3 - AS MASCULINIDADES E OS TERRITÓRIOS: ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS ENTREVISTADOS

Neste item serão analisadas as respostas do último bloco das entrevistas, que se referem à percepção de gênero dos cinco homens usuários do CRAS Custodópolis. Como há uma dinâmica própria da instituição, os homens sempre estavam em menor número de usuários, e por vezes, os poucos que se encontravam no CRAS se recusaram a conceder a entrevista. As justificativas eram relacionadas ao tempo que poderiam despender no momento da entrevista, pois poderia demorar e eles perderiam a “vez” na fila ou quando já tinham sido atendidos, não gostariam de serem entrevistados pois poderia demorar. Além do número baixo de homens presentes no campo analisado, foi necessário um dispêndio de tempo que alguns se recusaram, o que é normal visto que perder seu lugar na fila de atendimento, poderia resultar, muitas vezes, em mais dias de espera. Esta tensão permeia toda a realização do campo para aplicação do roteiro de entrevistas, sendo um fator determinante na realização de toda a pesquisa empírica.

Analisando os cinco entrevistados e suas respostas em relação ao terceiro bloco, todos, em unanimidade e independentemente da idade, cor/raça, local de moradia ou situação de emprego/desemprego, consideram-se responsáveis por suas unidades familiares. As respostas baseiam-se em duas justificativas centrais, seja pelo cuidado de um familiar, como por exemplo a mãe, ou em relação a se sentirem responsáveis por manter suas casas do ponto de vista financeiro.

A pergunta seguinte sobre o que consiste em ser homem segundo a ótica dos entrevistados foi a que mais suscitou dúvidas e expressões confusas mescladas com um espanto repentino por parte de todos os entrevistados. Mesmo explicando individualmente todo o objetivo da pesquisa antes de iniciar as entrevistas, nenhum deles esperava por esta pergunta, alguns ainda afirmaram que nunca se perguntaram sobre estes elementos tão profundamente. Entretanto, insistir com este questionamento trouxe importantes reflexões no sentido de compreender como homens de gerações diferentes pensam suas masculinidades e, simultaneamente, permitiu a construção de um conceito compreensivo a respeito das vivências masculinas abordadas nesta pesquisa, no que se refere, sobretudo, à erosão de suas masculinidades, em relação a masculinidade hegemônica de origem patriarcal.

Marcos, 61 anos, encontrou grandes dificuldades em responder esta pergunta, porém após um breve momento de reflexão, sua resposta se direcionou ao

fato de atribuir o “ser homem” à concepção de família. Relatando que *“já fui casado, mas não no papel”* e que foi um relacionamento longo, mas que sua companheira faleceu. Em seu segundo e último relacionamento afirmou que *“foi mais sério”* em relação ao primeiro, e que após uma breve reflexão sobre estes momentos da sua vida, informou que neste *“abandonou a casa”*, porém, me explicou segundo suas palavras: *“não sei te dizer o porquê fiz isso”*. Marcos ressaltou em sua fala com uma expressão de arrependimento e confusão, pois embora a pergunta não tenha como objetivo desnudar a vida pessoal do entrevistado, ele buscou alguma justificativa para o seu ato, mas não conseguiu elaborar, reafirmando que *“apenas saí de casa”*, segundo ele. Desta forma, compreendendo que vivemos em uma sociedade cisheteropatriarcal (AKOTIRENE, 2019), Marcos relacionou o sentido de ser homem ao fato de pertencer a uma família nos moldes hétero-normativos tradicionais. A última pergunta do bloco consiste em indagar aos entrevistados como definiriam sua própria masculinidade, porém, nesta pergunta Marcos não soube responder.

Da mesma maneira, esta perspectiva de família permeia a resposta que Carlos, 25 anos, forneceu. Pois, apesar da diferença geracional para Marcos, Carlos relaciona o ser homem ao arquétipo do homem provedor e protetor de sua casa: *“ser homem é meio que ser protetor da família e tomar a frente das coisas”*. Pois segundo ele: *“não sei se é correto dizer isso, mas é o gênero mais forte pra algumas coisas (...) tem muitas coisas que os homens têm que tomar atitude”*. Desta forma, quando perguntado sobre sua percepção de masculinidade, Carlos afirma em sua autopercepção que considera o gênero masculino como *“mais forte, tanto fisicamente, quanto emocionalmente”*.

Guilherme, 30 anos, por sua vez afirma que ser homem está relacionado a: *“ter integridade, ser correto no que faz, ter uma ética de vida e além disso ser exemplo para as pessoas ao seu redor”*. Sobre a definição de sua masculinidade, Guilherme também responde baseando-se em uma noção de família bem similar às que Marcos e Carlos afirmam, pois: *“ter uma esposa, filhos, uma casa, estabilidade”*. Esta perspectiva de Guilherme está relacionada com uma breve exposição de sua história de vida, visto que relatou que seu pai saiu de casa enquanto criança, e isso o influenciou, segundo sua resposta, a ser: *“o extremo oposto do que ele* [seu pai] *foi”*. Assim, sua masculinidade está baseada *“em ser o contrário, olhando o exemplo da minha mãe (...) a minha mãe é o meu maior exemplo de masculinidade, porque ela assumiu o papel de estabilidade, que seria o papel do homem da família”*. Por

fim, os entrevistados Gustavo, 58 anos, e João, 55 anos, não souberam responder às questões sobre suas definições do ser homem e suas masculinidades, seja por fatores particulares, como foi o caso do Gustavo ou das limitações e afetamentos do campo sobre o entrevistado, como no caso do João, ambos explicitados na segunda seção deste capítulo.

Todas estas respostas corroboram com uma noção particular do ser homem como diretamente vinculado à família, no sentido de assumir um papel basilar desta. Esta concepção também está alinhada com o que preconiza, segundo nossas observações, de uma masculinidade hegemônica presente neste *locus*. Visto que, o *habitus* de gênero hegemônico observado neste local entre os entrevistados, está fortemente baseado em uma noção cisheteropatriarcal de família e diretamente vinculado à construção simbólica de sua própria masculinidade e identidade.

O fator idade é um elemento central na autopercepção da masculinidade, porque situa o homem em fases de sua vida com maior ou menor prestígio social atribuído, segundo as informações colhidas. As respostas dos homens mais jovens, Carlos e Guilherme, por exemplo, enfatizam um papel de dominância masculina frente às relações de gênero, mas não somente estas, como também no sentido da figura arquetípica simbólica de um homem provedor material e simbólico, ao mesmo tempo que “mais forte”. Contudo, esta concepção não é diferente daquela que Marcos entende como homem, pois indiretamente ele atribui à resposta sobre o sentido de ser homem e sua relação com a masculinidade identificada como relacionada à ideia de pertencer a uma família de modelo cisheteropatriarcal, onde o homem é classificado como o centro pulsante deste núcleo. Entretanto, as respostas se diferenciam à medida que Carlos e Guilherme, ao demonstrarem em suas respostas a figura de um homem “forte”, “estável” e “a frente das coisas”, refletem as expectativas sociais atribuídas na localidade às suas masculinidades e se colocam no sentido de correspondê-las.

Estas expectativas locais se direcionam então a partir do *input* etário, mas também da noção do estigma que é atribuído historicamente à região de Guarus, que por sua vez é pautado em noções generalizantes, racistas e preconceituosas com os moradores do território. Assis (2021) afirma que:

> (...) o “campista” é uma categoria moral mobilizada para caracterizar o morador da cidade de Campos dos Goytacazes em contraste com o “morador de Guarus”, habitante da área moralmente segregada em relação à primeira (Idem, 2021, p. 23).

Desta forma, baseando-nos no conceito de “símbolos de estigma” elaborado por Assis (op. cit.) que analisa empiricamente a constituição histórica, antropológica e social de Custodópolis, podemos compreender que em Guarus, de maneira geral, constitui-se uma masculinidade hegemônica com características próprias, embora não divergentes, de um molde cisheteropatriarcal global. Como ex-moradora da região do Parque Novo Mundo era comum perceber a existência de duas cidades dentro de uma mesma cidade, de modo que, ao atravessar o rio Paraíba do Sul, me deparava com outras regiões morais, que embora não sejam nem de perto similares aos contextos de segregação do *apartheid* sul-africano ou da situação palestina, me confrontava com uma separação invisível, mas perceptível entre Guarus e Campos dos Goytacazes, relacionados aos locais de moradia como determinantes na definição de prestígio social de uma pessoa:

> Eles são importantes para designar o status social de um indivíduo. Na cidade de Campos, (...) o local de moradia transmite informações sociais sobre os seus respectivos moradores. Há expectativas de estilos de vida de moradores de determinadas áreas da cidade, (...) em Guarus cujos moradores são tomados como possuidores de uma identidade social deteriorada em relação aos demais moradores da cidade, sobretudo, aqueles que residem na margem direita do Rio Paraíba do Sul (ASSIS, 2021, p. 25).

Desta forma, ao homem de Guarus, de modo geral, incidem outros fatores que contribuem na deterioração de suas identidades sociais e, por conseguinte, na construção do seu *habitus* de gênero. Como o foco deste trabalho é o de analisar os impactos da vivência dos homens em territórios vulneráveis na construção de masculinidades, nos deteremos em entender estes processos com base em nossa análise empírica segundo este objetivo. Assim, é possível perceber no campo da pesquisa, sobretudo, na aplicação das entrevistas e observação do campo uma ampliação desta deterioração da identidade social do homem morador de Guarus, incidindo os fatores do etarismo, cor/raça, condição de saúde, empregabilidade e, obviamente, o local de moradia que condicionam uma erosão simbólica da masculinidade, que se apresenta neste *locus* associada a múltiplas condições estigmatizantes.

Entretanto, dentro da heterogênea região de Guarus existem bairros mais estigmatizados pelos próprios moradores locais. Como por exemplo os casos do Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Parque Novo Eldorado, classificados como os

mais violentos, e os bairros formados por conjuntos habitacionais do Morar Feliz, distribuídos entre o Parque Prazeres, Parque Visconde do Rio Branco, Parque Santa Clara, Parque Aldeia, Parque Novo Eldorado e Parque Santa Rosa. Ou seja, dentro de Guarus, ser morador destes bairros é sinônimo de ser considerado morador de locais ultraviolentos e estigmatizados.

Estes elementos contribuem para a composição de zonas morais diferentes dentro da própria região de Guarus. Na área de abrangência do CRAS Custodópolis, obtivemos respostas dos entrevistados moradores do Parque Novo Mundo, Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Santa Rosa e Parque Santa Clara. Em todos os casos analisados, os entrevistados demonstram precisar diferenciar-se positivamente do estigma negativo que lhes é atribuído de maneira arbitrária, pelo simples fato de serem moradores de bairros classificados como violentos. Esta diferenciação é tanto para dentro, isto é, para as relações sociais estabelecidas em Guarus, quanto para fora, nas relações sociais consolidadas do outro lado do rio Paraíba do Sul. Em todo caso, as masculinidades que se apresentaram, demonstram uma tendência alinhada às suas percepções do que é de “ser homem” vinculado a um aspecto familiar, isto é, a família como o núcleo central no processo de construção de suas masculinidades. Mas não qualquer configuração familiar e, sim, uma disposição de família nuclear burguesa que é hétero patriarcal. Este elemento comum entre os entrevistados corrobora com as análises aqui tecidas sobre o que dispõe a masculinidade hegemônica que abarca as relações sociais e de gênero nos territórios analisados.

Estes homens, mesmo apresentando uma suposta condição de igualdade na busca por algum tipo de benefício no CRAS Custodópolis, apresentam diferenças significativas em suas trajetórias. Os homens mais jovens, Carlos e Guilherme, se encontram em situação de trabalho formal, ou seja, posicionam-se mais próximos do auge das expectativas sociais atribuídas ao gênero masculino na localidade, a partir de uma noção pautada na masculinidade hegemônica. Enquanto os mais idosos, afetados tanto pelo etarismo classificatório, quanto por condições de saúde mais deterioradas, estão mais distantes do cumprimento dessas expectativas, o que contribui em seus *status* sociais de desemprego. Trata-se de um *status* pois, em Guarus, o fato de não possuir um trabalho, apresenta-se como um fator de distinção social negativa atribuído, pois possuir ou não um vínculo empregatício configura-se

como uma marca no indivíduo, resultando em uma espécie de baixo acúmulo de prestígio social.

Esta análise se dá principalmente pois a masculinidade hegemônica local é propositiva sobre qual a masculinidade se caracteriza como a mais honrosa, ou seja, esta proposição está intimamente ligada ao homem laboral que se dignifica pelo trabalho, seja este formal ou informal. Assim, para a masculinidade hegemônica, independentemente da idade do indivíduo (apesar das dificuldades encontradas pela população idosa para inserir-se no mercado de trabalho formal), os homens que dispõem de alguma atividade laboral que culmine em ganho financeiro pela via do trabalho, seja formal ou informal, é um homem que não perde a sua honra e sua dignidade. Como também, os homens estarem atrelados a ganhos de benefícios sociais é, em certa medida, uma desonra, uma vergonha, ou como aqui nomeamos, uma erosão do que consolida a sua masculinidade. Isto se consolida de forma mais evidente, quando o entrevistado Guilherme afirma sentir "*vergonha"* ao se dirigir ao CRAS. Compreendemos que todos os usuários que acessam e são beneficiados pelos programas sociais do Sistema Único da Assistência Social são cidadãos de direitos e que merecem viver com dignidade, conferindo então a responsabilidade ao Estado de fornecer as ferramentas necessárias para tanto.

Há ainda os fatores de cor/raça que moldam as relações sociais em um racismo estruturalmente desenvolvido no seio da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019), e ditam arbitrariamente a quantidade e a qualidade das oportunidades e acessos que os indivíduos tendem a ter. Somando todos os outros elementos estigmatizantes que se entrecruzam na jornada de construção contínua da masculinidade destes sujeitos, é possível compreender que esta erosão simbólica da masculinidade na região de Guarus, possui fatores tanto endógenos como exógenos à esta realidade social.

As concepções de ser homem apresentadas pelos entrevistados são associadas às noções de uma ética definidora de suas masculinidades através do trabalho, mas não somente liga-se a este aspecto. Carlos em sua resposta sobre o sentido de ser homem que atribui, afirma que a construção de sua masculinidade perpassou os aspectos de sua religião cristã. Segundo o historiador das religiões Mircea Eliade (2011), o cristianismo consolidou-se ao longo de sua história, seja as vertentes católicas, seja as vertentes protestantes, como um fenômeno religioso fortemente vinculado a dois aspectos fundantes: o monoteísmo e o patriarcado. As

figuras centrais das epopéias bíblicas são, majoritariamente, homens com trajetórias heróicas. Este arquétipo é muito difundido nos meios religiosos destas confissões cristãs no tempo presente, pois Eliade (idem) afirma que se trata de um elemento central na existência deste fenômeno religioso.

Esta resposta do Carlos é também relevante no fato de que a religião é um elemento profundamente presente neste contexto social. Em uma das várias caminhadas que realizei no entorno, com o objetivo de mapear os aspectos das construções de moradia do bairro, localizar comércios, pontos de convivência e lazer, pude perceber um fato que chamou a atenção e que dialoga com a resposta do Carlos. Na região do CRAS Custodópolis existem ao menos cinco instituições religiosas cristãs e uma espírita presentes no entorno.

Centralizada na praça de Custodópolis, que recebe o nome oficial de praça José Dias Nogueira, existe a igreja católica Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Na mesma calçada, há alguns metros à direita da paróquia, localiza-se uma Igreja Universal do Reino de Deus. Ao fundo da praça, caminhando em direção ao Parque Nova Campos, encontra-se a Igreja Batista de Custodópolis. Junto a uma rua posicionada à esquerda da igreja católica, existe a Igreja Evangélica União com Cristo. Enquanto que à direita do CRAS há mais duas instituições religiosas, a Assembleia de Deus Ministério Custodópolis e o Grupo Cristão Espírita Casa de Jorel.

Imagem 10 - Paróquia Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 11 - Igreja Universal do Reino de Deus



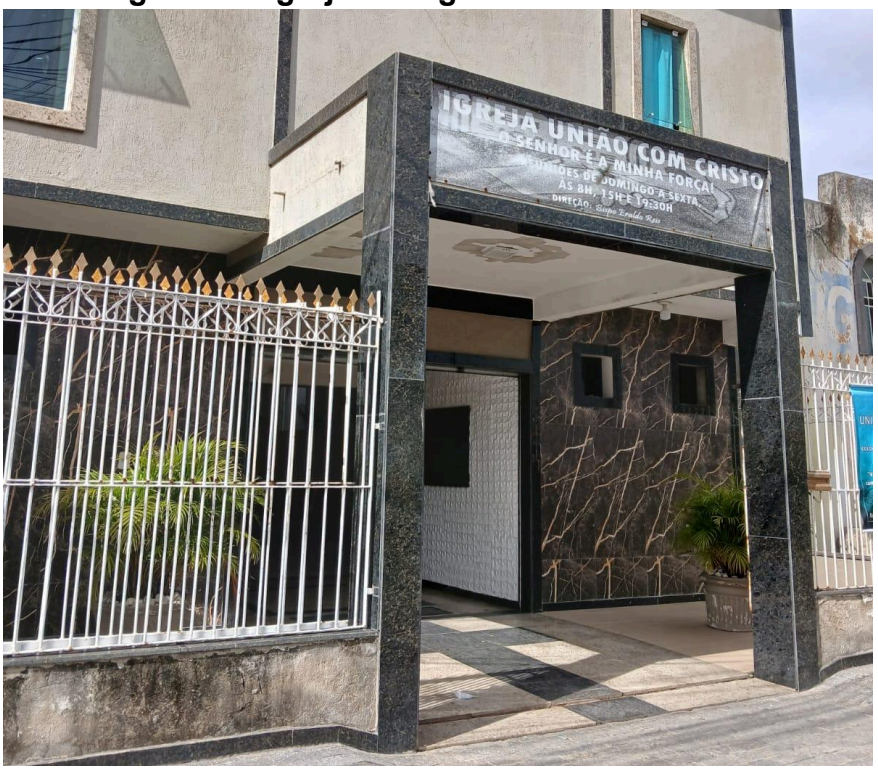
Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 12 - Igreja Batista de Custodópolis



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 13 - Igreja Evangélica União com Cristo



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 14 - Assembleia de Deus Ministério Custodópolis



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 15 - Grupo Cristão Espírita “Casa de Jorel”, de matriz kardecista



Fonte: Arquivo pessoal.

Esta forte presença religiosa majoritariamente cristã no entorno do CRAS se apresenta como um característica local, cujos entrevistados em maior ou menor grau se identificam. Trata-se também de um elemento que estrutura a construção das masculinidades neste território, pois a religião é uma instituição que apregoa inúmeras normas e modos de ser e agir também a partir do gênero e da sexualidade. Nesta perspectiva, Eliade (2011, p. 290 - 316) afirma que as múltiplas hierofanias[40] presentes já na origem do cristianismo fazem menção a uma certa predominância da figura masculina. Por hierofania, o autor ainda complementa que a revelação do sagrado aos homens no fenômeno religioso pode estabelecer “o poder, a firmeza, a permanência” e, assim, consolidar hierarquias sociais a partir de preceitos religiosos (ELIADE, 1992, p. 77). No contexto local, o fato de pertencer ao cristianismo é classificado como algo positivo em relação às demais religiões. Ademais, ser cristão apresenta-se como algo diretamente relacionado é o que apregoa a masculinidade hegemônica, sobretudo, por se vincular a um *ethos*

[40] A “hierofania”, segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, significa revelação ou aparição do sagrado. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hierofania>. Acesso em 06 mai. 2025.

religioso pautado na lógica do trabalho como instrumento de dignificação do homem nas sociedades capitalistas modernas (WEBER, 2004).

Desta forma, a forte presença da religião no local também está intimamente ligada ao trabalho como elementos que reforçam uma visão de enfrentamento ao estigma do morador de Guarus. Ser cristão e trabalhador é para o homem deste território um fator de distinção positiva em relação a este estigma. Assim, para a masculinidade hegemônica tipicamente local em relação aos seus parâmetros arbitrários de classificação dos homens, independentemente da idade, cabe a estes indivíduos exercer alguma atividade laboral que promova ganho financeiro, seja formal ou informal, a fim de que estes homens que não percam sua honra e sua dignidade perante a comunidade. Visto que estar atrelado a ganhos de benefícios sociais é, em certa medida, uma desonra para alguns, como observado a partir da demonstração da vergonha de Guilherme em estar no CRAS solicitando seus direitos sociais. Desta forma, é possível perceber em diferentes gradações esta erosão simbólica dos elementos que constituem e consolidam essas masculinidades observadas empiricamente no campo da pesquisa.

Vale ressaltar, no entanto, que esta erosão pode se dar de forma temporária na vida destes homens e que além disso ela pode ser variável segundo outros contextos sociais e culturais, inclusive dentro da própria cidade. Contudo, é possível perceber que estes homens que adentram no CRAS para solicitar seus direitos sociais, demonstram, segundo os elementos endógenos observados neste contexto social específico, vivenciar este processo contraditório em seus cotidianos.

Portanto, trata-se então de um conceito construído com o objetivo de melhor descrever alguns dos processos de construção de masculinidades em um contexto de vulnerabilidade social, mas que certamente pode ser atribuído, desde que contextualizado, em outras realidades sociais. Por fim, como um conceito sociológico construído para compreender esta realidade específica analisada no campo, obviamente pode e deve ser criticado para que melhor se aperfeiçoe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram discutidos e abordados os aspectos tanto os aspectos históricos e sociais de Guarus e a permanência do estigma sobre o território como uma longa duração que perdura desde o período colonial, embora assuma novas roupagens. Elementos como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), preconceito racial de marca (NOGUEIRA, 2007) e um preconceito de classe relacionados a uma aporofobia[41] aos moradores de Guarus por parte dos moradores da parte central da cidade de Campos dos Goytacazes, são perceptíveis durante a realização das observações de campo e nas entrevistas aos cinco homens.

A construção social e histórica de Guarus é pautada desde o início da colonização pelos poderes políticos que se constituíram no território, através de uma cosmovisão estigmatizada excludente e segregadora. Além de ter sido sempre classificado como um local problemático e que deveria ser evitado. Se em um primeiro momento ao longo dos séculos XVI e XVIII o "problema" era o indígena goytacá, classificado como selvagem, brutal e canibal, ao longo do século XVIII e XIX o "problema" passa a ser o negro aquilombado, que resistia aos horrores da escravidão.

Desta forma, desde os primeiros contatos do homem branco com os povos autóctones indígenas na costa da então Capitania de São Thomé, processos de classificação e hierarquização baseados no critério raça, determinaram as relações sociais seja na região da atual Guarus, seja na parte central de Campos dos Goytacazes. Ao longo da primeira metade do século XX as figuras de Custódio e Grevi Siqueira, ex-proprietários de negros escravizados e latifundiários da maior parte das terras à margem esquerda do rio Paraíba do Sul exercem grande influência no território. Sobretudo, a partir da venda de loteamentos a preços mais baixos na região que viria a ser a então "Cidade de Palha" (ASSIS, 2016). Após a morte de Custódio Siqueira, visto por muitos habitantes da primeira geração de migrantes (op. cit.) como alguém benevolente, a região da Cidade de Palha é renomeada para Custodópolis, em outras palavras, "Cidade de Custódio".

Entretanto, nem os irmãos Siqueira, muito menos o poder público municipal obtiveram sucesso em pensar o planejamento da região de Guarus, fruto de ondas

---

[41] Refere-se à repulsa ou preconceito em relação aos pobres ou à pobreza. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/aporofobia>. Acesso em 07 mai. 2025.

migratórias de trabalhadores rurais, tanto de municípios vizinhos, quanto da própria cidade de Campos dos Goytacazes. De acordo com as variações dos ciclos produtivos vivenciados pelo Brasil e suas crises econômicas decorrentes ao longo do século XX, a região de Custodópolis, bem como Guarus como um todo, se apresentou como locais possíveis de se residir a um baixo custo para estes migrantes (ASSIS, 2016; 2021). A ausência de vontade política atrelada aos dissabores do mercado e o aprofundamento das desigualdades sociais sistêmicas, a região de Guarus permaneceu sendo classificada como uma periferia urbana violenta na cidade de Campos dos Goytacazes, um local que deve ser evitado (sic). Em parte, estas noções são frutos destes processos históricos, mas também em decorrência da retroalimentação dos estigmas relacionados ao preconceito racial e a aporofobia latente na cultura campista contemporânea.

Estes processos históricos, sociais, econômicos e culturais certamente influenciam a construção das sociabilidades no território de Guarus. Mas diferentemente do que o senso comum campista apregoa, o morador desta região percebe as potencialidades dos bairros, segundo as entrevistas coletadas junto aos homens, embora todos reconheçam que os espaços públicos precisam de investimentos, reformas e melhorias. Por outro lado, o gênero — parte central deste trabalho — é sem dúvidas um elemento complexo, heterogêneo e multifacetado nas relações sociais. No âmbito das entrevistas é possível compreender o fator preponderante que o patriarcado (LERNER, 2019), através da masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), exerce sobre os processos de individuação dos homens em contextos de periferias urbanas. O fato de serem homens utilizando o espaço de um CRAS, que vivenciam um momento de suas vidas de total ou parcial ausência de recursos básicos para sua sobrevivência física, fez com que a pesquisa se adequasse a estas realidades.

O conceito de erosão simbólica das masculinidades, por exemplo, se constituiu através da observação sistemática da dinâmica do CRAS Custodópolis, bem como da análise densa das entrevistas concedidas por estes homens. Elementos endógenos como a postura destes homens no CRAS, sua linguagem corporal, confusões em relação às perguntas sobre ser homem, seus afetamentos em relação a depender de alguma forma de um auxílio financeiro ou material público, uma condição de apatia, baixa autoestima, assim como elementos exógenos relacionados ao etarismo, preconceito racial, estigma em relação ao local

de moradia, ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal e informal, condições de saúde deterioradas, pouco acesso à cidade e seus equipamentos públicos para consumo de cultura, esporte e lazer, reforçam um processo, ainda que temporário, de erosão simbólica de suas masculinidades que afeta o seus *habitus* de gênero. O que não quer dizer que estes homens se considerem como vitimados, muito menos incapazes de se autorrealizarem, no entanto, entre a ideologia heroica apregoada pela masculinidade hegemônica e a realidade concreta, estabelecem-se múltiplas barreiras políticas, culturais e sociais que contribuem na inibição da realização plena dessas masculinidades. A observação participante demonstrou favorável à hipótese de que há, em certa medida, uma influência manifesta do local e lugar social na constituição de masculinidades e em sua complexificação, promovendo um aprofundamento da heterogeneidade deste processo social.

A compreensão sociológica desta afirmação se baseia no sentido de que, na instituição, demonstra ser um ambiente de ocupação e uso de maioria do gênero feminino — tanto da equipe técnica, quanto das usuárias. Assim, os homens atendidos pelo CRAS, estando mais distante do que dispõe a masculinidade hegemônica local, não precisam acessar o recurso simbólico de hierarquização de gênero, conforme estrutura o patriarcado, pois a lógica do ambiente é de homogeneização do público atendido, que tende para o gênero feminino. Sobretudo, pois, afirmar-se de maneira autoritária e se impor a partir de condutas comumente difundidas através do padrão masculino hegemônico, não resulta na prática em ganhos efetivos para estes homens neste ambiente institucional.

Um fato observado durante a pesquisa e que certamente caberá uma investigação sociológica em uma escala ampliada, é que a maioria dos homens observados no CRAS Custodópolis possui uma idade acima dos 50 anos. Entre os entrevistados, três possuem entre 55 e 61 anos, enquanto dois possuem entre 25 e 30 anos. O fator etário geracional é um elemento importante no aprofundamento deste processo de erosão simbólica da masculinidade, seja em decorrência de ser uma etapa da vida marcada por mais processos de adoecimento, seja pelo preconceito presente no senso comum relacionado ao etarismo classificatório. Entretanto, o principal elemento observado como influente neste processo é o aspecto do trabalho. Ser visto como “homem trabalhador” neste contexto social sobrepõe-se a outras características, é como se possuir um *status* de trabalhador servisse para moldar um maior prestígio social, conferidor não só de renda, mas de

simbolismo moral. Ademais, o trabalho é um elemento de distinção positiva em relação ao estigma experienciado no fato de “ser de Guarus”. Desta forma, o trabalho apresenta-se como um eixo estruturante em um processo de construção das masculinidades neste território.

Sabemos, contudo, que tal empreitada de pesquisa reflete uma pequena realidade social, um ínfimo recorte, que embora esteja vinculada às dinâmicas locais, regionais e globais, apresenta características nativas próprias e que certamente é variável de lugar para lugar. No entanto, acreditamos que o conceito possa ser investigado em uma escala mais ampla e até mesmo em realidades de classe mais bem abastadas, em contextos escolares, religiosos, de produção de cultura de massa, na vida política institucional burocrática, enfim, em diferentes arenas públicas e privadas da vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALVARENGA, Flávia Ribeiro de. **Formação histórica do subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes - RJ:**um processo de segregação. 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22541/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Fl%c3%a1via%20Ribeiro%20de%20Alvarenga.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 out. 2024.

ALVES, Priscila Viana. **PROGRAMA MORAR FELIZ:** entre política pública habitacional e segregação socioespacial no município de Campos dos Goytacazes-RJ. VXIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís, p. 1-11, jul. 2016.

ASSIS, Renan Lubanco. **Morador de Custodópolis e morador de Guarus:** a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, 2016.

_____. **O outro lado do rio:** mobilizações coletivas e estratégias de enfrentamento em um bairro de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ . Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021.

BARBOSA, Daguimar de Oliveira; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades. **Opsis**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 58-83, 16 fev. 2014. Editora Letras do Cerrado da Universidade Federal de Catalão. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/23131/15908>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas** (6. ed.). São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). (org.). **Perfil de assistentes sociais no brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília-DF. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório de Programas e Ações:** Campos dos Goytacazes (RJ). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=330100&aM=0.> Acesso em: 25 abr. 2025.

BRUM, João Vitor. Quase 130 mil pessoas vivem em extrema pobreza em Campos, segundo levantamento da Prefeitura. **G1.** Campos dos Goytacazes, p. 0-0. 24 abr. 2024. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2021/04/24/quase-130-mil-pessoas-vivem-em-extrema-pobreza-em-campos-segundo-levantamento-da-prefeitura.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Os Sete Capitães**. 2015. Pesquisa e texto: Avelino Ferreira. Revisão: Gustavo Smiderle. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/novo/index.php/blog/68-categorias/noticias/business/memorial/381-os-sete-capitaes>. Acesso em: 01 out. 2024.

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (Município). Constituição (2021). Lei nº 9.109, de 18 de novembro de 2021. **Lei Nº 9.109**.

_____. **Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes**, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. **Diagnóstico Socioterritorial**. Campos dos Goytacazes: 2023. 131 p. Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/RT-79-Diagnostico-Socioterritorial-2023.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAMPOS, Daniel de Souza; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. Homens e Proteção Social: desafios para a política nacional de assistência social. **O Social em Questão:** Revista do Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, v. 43, n. 22, p. 239-256, jan. 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_10.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

CONNELL, Raewyn William. **Masculinities**. Los Angeles: University of California Press, 1995.

CONNELL, Raewyn William; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>. Acesso em 28 abr. 2025.

CONNEL, Raewyn William. PEARSE, Rebecca. **Gênero:** uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CORDEIRO, Hélvio. **Quilombo:** terra de esperança. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2012

COSTA, Adriana Ribeiro. **Patriarcado, violência doméstica e homem agressor:** uma análise a partir de demandas apresentadas ao setor do Serviço Social na área criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no 6º Núcleo Regional. Monografia (Graduação). Universidade Federal Fluminense - ESR. Departamento de Serviço Social. Campos dos Goytacazes. 2022.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História das crenças e das ideias religiosas:** De Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. Vol. 2. Jorge Zahar: 2011a.

FALCÃO, H.G.; TEIXEIRA, Simonne. Construindo a história dos povos indígenas da bacia do baixo Paraíba do Sul. In: II CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2., 2010, Campos dos Goytacazes. **Anais do evento.** Campos dos Goytacazes: 2010. p. 1-7.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento das diversidades. **Cadernos de Formação**, Porto Alegre, p. 71-83, mar. 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial:**: modos, temas e tempos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445287>. Acesso em 28 ago. 2024.

Pouca arborização no meio urbano agrava a intensificação das ondas de calor. **Jornal da USP.** São Paulo. 27 set. 2024. Disponível em: < https://jornal.usp.br/radio-usp/pouca-arborizacao-no-meio-urbano-agrava-a-intensificacao-das-ondas-de-calor/#:~:text=O%20que%20a%20gente%20tem%20verificado%20%C3%A9,que%20acontece%20em%20%C3%A1reas%20n%C3%A3o%20arborizadas%E2%80%9D%2C%20comenta.&text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20falta%20de%20arboriza%C3%A7%C3%A3o%20contribui,o%20asfalto%2C%20preservando%20um%20pouco%20da%20umidade>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. **A Terra Goytacá à Luz de Documentos Inéditos**. Livro I. L'edition D'art. Bruxelles/Paris. 1920.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história de opressão das mulheres pelos homens. São Paulo, Cultrix: 2019.

LUNA, Williams. **Uma escola de "promessas"**: religião e mercado de trabalho entre os jovens do ensino médio. 2019. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

MALHEIROS, Márcia. **Homens da Fronteira:** índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes. (História, Tese de Doutorado). Niterói, UFF, 2008.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do pacifico ocidental:** Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1: Crítica da Economia Política, o Processo de Produção do Capital. Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. Como libertar os escravos? Debates políticos sobre a abolição no vinte e cinco de março - jornal abolicionista em campos dos goytacazes, 1884-1888. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RIO - OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA, 2012, São Gonçalo. **Anais do evento.** São Gonçalo: Anpuh-Rio, 2012. p. 1-12. Disponível em: < https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338306542_ARQUIVO_artigoanpuh-TanizeMonnerat.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

NARCISA, Tayana; BONETS, Vitor. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **Cnn Brasil**. Belém. 27 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no brasil. **Tempo Social**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

PARK, Ezra Robert. A comunidade urbana como configuração espacial da ordem moral [1925]. In: PIERSON, Donald. (org.). Estudos de ecologia humana. São Paulo: Martins, 1948a. Tomo I: Leituras de Sociologia e Antropologia Social.

PEIXOTO, Osório. **Os momentos decisivos da História de Campos dos Goytacazes.** Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1984.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 16, n. 32, p. 307-328, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRADO, Solange Faria. A construção do discurso de pobreza em relatórios oficiais: a província do Espiríto Santo na primeira metade dos oitocentos. **Oficina Do Historiador**, 11(2), 25–41, Vitória, 2018. Disponível em < https://doi.org/10.15448/21778-3748.2018.2.27523>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: **Record**, 2001.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SILVA, Erineusa Maria da. FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Habitus de gênero: tensionamentos ao conceito de habitus em Bourdieu. **Pro-Posições**. Campinas, SP | V. 34, e20200045, 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 123-144, jul. 2009. Disponível em: < https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4510/3792>. Acesso em: 20 abr. 2025.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22, nº. 63, p. 153 - 155, fev. 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>. Acesso em 13 fev. 2024.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa américa. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597>. Acesso em: 12 out. 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.

APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ELEMENTOS BÁSICOS

Idade:

Cor:

Gênero:

Morador de qual bairro:

Primeira vez no CRAS:

BLOCO 1 - CIDADE E BAIRRO

1 - É nascido em Campos dos Goytacazes? Se não, de qual cidade?

2- É morador do bairro a quanto tempo?

3- Quais elementos locais do seu bairro precisam de melhoria?

4- Quais elementos do bairro o senhor considera como positivos?

BLOCO 2 - PERCEPÇÃO SOBRE SER HOMEM NO CRAS

5- Qual a sua principal demanda que o fez procurar o CRAS?

6- O senhor, como homem, sente alguma dificuldade no atendimento no CRAS?

7 - Como o senhor se sente trazendo uma demanda que precisa de atendimento no CRAS?

BLOCO 3 - PERCEPÇÃO DE GÊNERO

8 - O senhor se considera o responsável pela sua unidade familiar?
Se não, quem seria?

9 - Como o senhor definiria o que é ser homem?

10 - Como o senhor define a sua masculinidade?